

Revista de debates da FASE

[PROPOSTA]

2019 - Ano 42, nº 129



Edição
**DIREITO
À CIDADE**

Editorial

Esta edição da **Revista Proposta** chega até você em um momento de mudanças profundas e de muitas preocupações com os rumos que o país vem tomando. Do ponto de vista dos direitos humanos, temos assistido a muitas perversidades políticas levadas a cabo pelo atual governo, em consequência das escolhas feitas em 2018. Nesse contexto conservador e de desmonte das políticas públicas para as cidades, além de todos os retrocessos e descaminhos que estão sendo impostos à política e à economia do Brasil atual, vemos no horizonte a redução abrupta e diária da possibilidade de alcance de qualquer direito.

O ano de 2019 foi, de fato, dramático para a grande maioria da população do país. A cena trágica mais visível no cotidiano popular urbano foi a da violência contra as pessoas já anteriormente submetidas às crescentes formas de desigualdades. Apesar das tentativas de resistência popular a essa violência espalhada nas cidades, o alvo tem sido o de sempre: a população jovem, negra e periférica, hoje ainda mais empobrecida e socialmente vulnerabilizada. Além da morte concreta dessa população, o contexto é de morte paulatina de garantias mínimas ao direito à cidade, representada objetivamente pela erosão de cada iniciativa construída por governos da última década em termos de política urbana.

O atual governo federal não só descontinuou programas e orçamentos para as cidades – que já resistiam precários –, como mantém colocada a venda de serviços públicos essenciais em diferentes áreas (transportes, portos, aeroportos, saneamento etc). Também descontinuou e ordenou o fechamento da maior parte dos conselhos e outros espaços de promoção e de controle social de programas voltados para as políticas urbanas e ambientais.

Enquanto movimentos sociais e coalizões populares nacionais ligadas ao direito à cidade se recompõem desses retrocessos, emergem em territórios populares movimentações e iniciativas locais que procuram resistir no fato concreto, na ocupação, na comunidade ameaçada pela ação predatória do mercado imobiliário, na luta pela moradia, contra a violência e o preconceito. Podemos dizer que os resultados disso ainda não são os mais expressivos (devido à leniência dos governos locais), mas não se deixar abater diante de tantas violações promovidas pelo Estado é um dos traços dessas lutadoras e lutadores.



FOTO: Bruno Itan / Fotos Públicas

A revisão de Planos Diretores pelo país incrivelmente ainda mobiliza energias sociais coletivas em defesa de cidades mais democráticas e participativas. Trata-se de duras tentativas de diálogo. Em geral, são processos caracterizados pelo fechamento à participação popular. No entanto, é daí que surgem novas relações e conexões entre distintas formas de organização popular e comunitária, muitas das quais inspiradas em trajetórias recentes de movimentação social, o que nos transmite expectativas de que experiências de incidência em políticas e resistências nos territórios renovarão os caminhos, os conteúdos e os próprios sujeitos populares urbanos nos próximos anos.

É com essa energia e entusiasmo coletivos, seja a partir de práticas desenvolvidas pela própria FASE, por lideranças políticas e acadêmicas ou por organizações parceiras, que essa edição da **Revista Proposta** procura oferecer diferentes testemunhos, narrativas, relatos e experiências sociais coletivas. Eles estão organizados nas seguintes partes: “Desmonte dos direitos e das políticas urbanas em um contexto de mudanças conservadoras”; “Ativismo popular nas cidades e incidência sobre as políticas urbanas”; “Olhares sobre a violência e as transformações no espaço urbano” e “Dossiê Recife: os direitos na cidade, lutas coletivas e resistências”.

Boa leitura!

Índice

Parte 1:

Desmonte dos direitos e das políticas urbanas em um contexto de mudanças conservadoras

- Um mosaico macabro: modulações contemporâneas sobre trabalho, moradia e violência de Estado [8]
Cibele Saliba Rizek
- [18] O desmonte de políticas urbanas e o brutal desafio de reconstituir lutas
Entrevista: Carlos Vainer
- “As resistências nos dão esperança” [21]
Entrevista: Guilherme Boulos
- [23] “A unidade e a solidariedade devem ser reforçadas a todo tempo”
Entrevista: Marcos Helano Fernandes Montenegro e Edson Aparecido da Silva

Parte 2:

Ativismo popular nas cidades e incidência sobre as políticas urbanas

- Ocupe Estelita [28]
Cristina Gouvêa e João Paulo Lima e Silva Filho
- [32] Articulação Recife de Luta no processo de revisão do Plano Diretor da cidade do Recife (PE)
Rud Rafael e Socorro Leite
- O Plano Diretor em Santarém (PA) [36]
Sara Pereira
- [40] Participação Popular nos Planos Diretores Estratégicos de São Paulo: entre a pactuação e a luta
Henrique Botelho Frota
- Revisão do Plano Diretor em Fortaleza: por que ainda investir nessa disputa? [44]
Valéria Pinheiro

Parte 3:

Olhares sobre a violência e as transformações no espaço urbano

- [50] Cidade, racismo e violência
Ana Paula Portella
- Vida militarizada: pontos sobre a violência urbana no Rio de Janeiro [52]
Rachel Barros
- [58] Fortaleza e os ecos da violência urbana: segregação, sujeição criminal juvenil e os desafios de continuar vivo
Geovani Jacó de Freitas
- São Gabriel da Cachoeira: uma cidade indígena sob ameaça [62]
José Carlos Matos Pereira

Parte 4:

Dossiê Recife: Os direitos na cidade, lutas coletivas e resistências nos territórios

- [66] Plano diretor ou plano de negócios?
Fernanda Carolina Costa
- Disputas e dívidas na área central do Recife [70]
Lula Pinto e Rud Rafael
- [73] As mulheres negras, a negação dos direitos e o acesso às políticas públicas
Rosimere Nery Peixoto
- Pescadoras e pescadores urbanos e o atual cenário da pesca artesanal, a partir da comunidade Ilha de Deus (PE) [78]
Ação Comunitária Caranguejo Uçá
- [82] A proibição das drogas como estratégia de controle do povo negro
Fran Silva
- Um tribunal popular das juventudes pelo direito de viver em Pernambuco [86]
Léo Machado
- [90] Qual o futuro das ZEIS e do PREZEIS a partir da experiência de advogados e advogadas populares do Recife?
Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH)
- SINTRACI: Organização urbana e comércio informal como alternativa ao desemprego [96]
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal de Recife (SINTRACI)
- [100] “Nós mulheres, nosso nome é Resistência!”
Coletiva Justiça Sócio Ambiental do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Democracia só se constrói
com participação de
todas as pessoas

#SomosTodas
#Democracia



Saiba mais em www.abong.org.br

#somos
#todos ONG



FOTO: Rosilene Milotti / FASE

Parte 1

Desmonte dos
direitos e das políticas
urbanas em um
contexto de mudanças
conservadoras



FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

Um mosaico macabro: modulações contemporâneas sobre trabalho, moradia e violência de Estado

Recuperando dimensões históricas para compreender dinâmicas como a formalização da precariedade do trabalho e da moradia, assim como a lógica miliciana no Brasil

Cibele Saliba Rizek: Professora Titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1972), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1994). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU/ Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, também da Universidade de São Paulo, e professora convidada do programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

Este texto busca refletir a respeito do encolhimento e da crescente impossibilidade de uma das ideias que conformaram os horizontes de uma era na história do pensamento e das ciências sociais no Brasil. Trata-se do fim da hipótese integradora que norteou normativa e intelectualmente os horizontes de transformação social e política brasileira ao longo, no mínimo, da segunda metade do século XX. A partir do encolhimento e, no limite, desaparecimento do horizonte de integração pelo trabalho assalariado formal e pela conquista da moradia (na forma da casa própria associada aos processos de periferização e ao acesso a serviços públicos), ganha vulto a necessidade de pensar os novos marcos regulatórios e suas incidências na transformação das linhas de clivagem legais e morais entre trabalhadores e não trabalhadores, entre trabalhadores, vagabundos, bandidos.

Assim, essa é uma primeira reflexão que pretende apontar e tematizar as transformações recentes em dois âmbitos – trabalho e moradia – diante de duas leis: a nova lei trabalhista e nova lei de regularização fundiária, ambas aprovadas em 2017 e, portanto, no momento pós-golpe parlamentar de 2016. Esse embaralhamento das linhas e fronteiras entre legalidades e ilegalismos cria um conjunto de zonas cinzentas que recolocam em questão categorias binarizadas, trazendo novos desafios cognitivos diante de poros e dobras, diante de fronteiras móveis criadas pelos novos marcos de legalidade que institucionalizam e provavelmente produzem novas precariedades.

Busca-se ainda compreender como esse conjunto de investidas contra o solo da experiência coletiva do trabalho e da moradia vem se constituindo desde 2017 e como se articula com as linhas de força que permitem pensar os nexos entre encolhimento da experiência de classe e uma gestão da exceção em um mosaico perverso, mas coerente e articulado.

Transformando as linhas entre formalidade e informalidade: o trabalho

Para compreender algumas das transformações recentes introduzidas pela nova legislação trabalhista, é necessário recuperar algumas dimensões históricas que remetem à presença dos trabalhadores de suas organizações e ações para o processo de consolidação do Estado como ordem jurídica dotada de legitimidade no Brasil. Essa presença pode ser reconhecida, tal como inúmeros textos e autores testemunham, na efetividade da legislação social e do trabalho, ou mesmo na centralidade das lutas de trabalhadores e sindicatos na transição democrática entre a ditadura militar e a chamada Nova República. Dessa perspectiva, ganha densidade a disputa em curso a respeito da chamada “herança da Era Vargas”, recentemente modulada e radicalizada em torno do último desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ancorado na nova legislação trabalhista de 2017. Esse quadro de práticas e disputas empreendidas ao longo da história brasileira constituíram matrizes indispensáveis para a compreensão dos mecanismos

pelos quais os trabalhadores foram incluídos nos diagramas de uma sociabilidade capitalista desigual, com suas especificidades, e como esses mesmos diagramas de integração vêm sendo modulados no cenário de um conjunto de reformas legais em curso. Trata-se, sobretudo, da passagem de um conjunto de elementos e articulações, que permitia o auto reconhecimento dos assalariados como trabalhadores e como classe, para seus entraves e obstáculos a esse duplo reconhecimento, que se configuram principalmente pela individualização das situações de trabalho e pela institucionalização da precariedade, tal como permite, estimula e preconiza a nova legislação de 2017.

Diante do indício das transformações anunciadas na nova lei pós-golpe parlamentar de 2016, talvez seja ainda importante apontar um processo de forte permanência de um conjunto de características e elementos estruturais das relações de trabalho no Brasil, passível de ser percebido nos processos de longa duração, apesar das políticas que tentaram preservar e produzir inserção e inclusão pelo assalariamento no âmbito das linhas de regulação do mercado de trabalho. Também é importante destacar que, mesmo que os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff tenham buscado essas formas de inclusão, entre 2003 e 2016 os traços estruturantes do emprego e das trajetórias dos trabalhadores não chegaram a ser alterados de modo significativo. Esses

processos e sua reincidência parecem colocar no horizonte das ciências sociais a pergunta sobre a dinâmica e as frágeis linhas de consolidação da democracia no Brasil ou, dito de outro modo, o que W. G. dos Santos chamou de democracia impedida a partir do caráter inédito do golpe de 2016. Trata-se então de perguntar sobre a natureza da subalternidade da maioria da população brasileira e sobre a natureza da dominação social, política e econômica no Brasil – vinculando esse impedimento ou truncamento democrático aos processos estruturais da produção e reprodução da desigualdade.

“

Nunca houve segmentação rígida dos mercados formal e informal de trabalho no Brasil, o que exige permanentemente a mobilização de possibilidades e qualificações em confronto com os recursos socialmente disponíveis

Para compreender alguns dos sentidos da nova legislação do trabalho – que parece demonstrar de modo claro as razões e tramas que conduziram ao golpe parlamentar de 2016 – é preciso reconhecer que, durante o longo processo de instituição, modulação e desmontagem da CLT, o assalariamento formal se conformava (e, de certo modo, continua se conformando agora de modo ainda mais intermitente) com um conjunto de períodos raramente contínuos que marcavam as trajetórias da maioria dos trabalhadores brasileiros, que experimentava o ingresso e a saída nas relações assalariadas e não assalariadas de trabalho ao longo do curso de suas vidas. Alguns autores, como Adalberto Cardoso, apontaram que a partir de cerca de 40 anos de idade as chances desse ingresso em relações de assalariamento formalizadas eram – e ainda são – bastante diminutas.



FOTO: Ricardo Stucker / Fotos Públicas

Nunca houve segmentação rígida dos mercados formal e informal de trabalho no Brasil, o que exige permanentemente a mobilização de possibilidades e qualificações em confronto com os recursos socialmente disponíveis nas passagens da antiga formalidade do assalariamento para a condição de trabalhadores informais (saídas de emergência diante do desemprego e da precariedade ou da falta de moradia, o que se agrava pelo fato de o seguro-desemprego ser recente -1991 - e de curta duração).

Em livro recentemente reeditado, Adalberto Cardoso demonstrou que o mercado de trabalho se mostrou praticamente fechado para os trabalhadores de mais de 40 anos, o que raramente corresponde à idade necessária para a aposentadoria. Assim também, quando considerada a inflexão dos anos 1990, observa-se que a maioria dos que saem do assalariamento formal desde então migra para os setores informais de obtenção de renda, quase sempre como autônomo ou trabalhador por “conta própria”. Esses e outros dados apontam que a migração formal-informal e vice-versa não é residual no país, o que quer dizer que não há estanqueidade entre essas formas de inserção no mercado de trabalho. Assim, mesmo quando os trabalhadores permaneceram durante parte considerável de suas trajetórias dentro dos marcos do assalariamento formal, um evento de desemprego pode significar um trânsito por ocupações informais por longos períodos de tempo.

Esses elementos apontam que a experiência do assalariamento formal se desenhou de modo efêmero e quase sempre intermitente para grande parte dos trabalhadores brasileiros. A exceção até as últimas reformas propostas fica por conta do funcionalismo público, não por acaso alvo de um conjunto de ataques recentes por parte do que se pode reconhecer como contrarreformismo forte desde 2016, mas especialmente a partir do governo de Jair Bolsonaro. Ainda é necessário considerar, como parte do longo processo de preparação das reformas propostas recentemente, o fato de que a inserção trabalhista prescindiu em grande parte da escolaridade como mecanismo de estruturação de trajetórias e carreiras, já que o mercado de trabalho se mostrou parcialmente aberto aos que se utilizaram dos recursos sociais disponíveis para efetivar sua inserção. Esse traço presente nas formas de emprego parece apontar para a importância das formas de sociabilidade e dos processos de disponibilização de recursos sociais (incluindo as formas de sociabilidade religiosa, por exemplo, e seus mercados). Cabe aqui enfatizar os vínculos entre formas de sociabilidade (religião, crime, ONGs, associações) e constituição de mercados, e sua presença nos modos de obtenção de emprego e renda. Constituem-se assim mercados religiosos, políticos, do crime, mercados do bem, mercados de produção cultural que se tornam mediadores importantes no que se pode reconhecer como “inserção no emprego e/ou nas formas de obtenção de renda”. O mesmo se pode afirmar das políticas sociais ou do crime em suas relações com a instituição de formas de operação que, a

partir de Michel Misse, poderiam ser reconhecidas como “mercadorias políticas”, cuja densidade parece ser crescente em meio ao quadro conservador e autoritário das relações de poder institucionais e não institucionais.

Se por um lado, as formas de sociabilidade, assim como as políticas sociais, acabam por constituir mercados, por outro é fundamental que se reconheça que essas mesmas formas acabam se enredando em práticas que são necessariamente políticas. A dimensão política como momento inescapável das formas de sociabilidade permeia encontros, relações e jogos de poder e negociação nos diferentes campos de ação social, mobilizando disposições subjetivas nos e dos processos de constituição de identidades de gênero, raciais, religiosas, entre outras, identidades crescentemente centrais para que se possa entender movimentos sociais e práticas de resistência em um complicado jogo de dobraduras. Desse ponto de vista, as formas de sociabilidade estão inextricavelmente enredadas em desdobramentos políticos para além dos mecanismos institucionais ou para institucionais. Com ou sem a presença das mediações institucionais, essas dimensões políticas presentes nas formas de sociabilidade acabam por pressupor o Estado como ordem jurídica e/ou como elemento de

Dados sobre remoções de janeiro de 2017 a junho de 2019

28.228 famílias removidas e 170.177 famílias ameaçadas de remoção.

Principais justificativas relatadas para as remoções:

- Reintegração de posse – 60 ações de remoção;
- Famílias em áreas de risco – 12 ações;
- Famílias em áreas de proteção ambiental - 12 ações.

Ameaças de remoções ainda não efetivadas:

- Presença em áreas de risco (281);
- Reintegração de posse (175);
- Urbanização de favelas (162).

Das áreas ocupadas mapeadas pelo Observatório de Remoções:

- 75% são terrenos públicos dos quais 86% são terrenos vazios;
- Um grande número desses casos se localiza no extremo Sul de São Paulo (21%), seguido do extremo Leste (16%) e da região do ABC (12%);
- 127 das ocupações removidas ou ameaçadas têm a presença de movimentos de moradia

codificação da ação pública, o que se estende à legitimidade de direitos, deveres, moralidades, informações, legalidades e seus avessos.

A essas informações, explicitadas no quadro com dados da Pnad Contínua (pág. 14), onde se lê repetidamente a palavra recorde apontando para um certo ineditismo da situação presente, pode-se acrescentar o fato de que a reforma trabalhista de 2017 (que viabilizou a reforma da previdência de 2019), apesar das incertezas que ainda persistem, permitiu a crescente formalização de situações precárias ou não protegidas de trabalho. As leis 13.429 e 13.469/2017 pretenderam promover uma inversão paradigmática na hierarquia dos modos de regulação das relações de trabalho, reduzindo direitos e aumentando tanto os deveres dos trabalhadores quanto o poder dos empregadores. Como se deduz a partir das informações disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), as desigualdades sociais aumentaram com a inversão das taxas de formalização do emprego protegido e das tendências de estabilização do mercado de trabalho dos anos dos governos Lula e Dilma. Pode-se constatar, então, a persistência dessas macrotendências do mercado de trabalho no Brasil, o que parece indicar que o vínculo entre a reforma trabalhista e o aumento dos postos de trabalho/ emprego não tem como se sustentar. Pelo contrário: com uma diminuição do investimento público e com as taxas de crescimento econômico próximas de zero, o encolhimento dos postos de trabalho e da massa salarial acompanha as políticas de austeridade desde o golpe de 2016 e da PEC do congelamento de gastos públicos.

No entanto, apesar de o salário médio não ter crescido, se comparado com o ano de 2018, as reações à estagnação dos rendimentos bem como ao nível de empregos foram mínimas. O eixo do conflito político se deslocou para uma disputa pelo controle de instituições de Justiça, do Supremo Tribunal Federal (STF), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Ministério Público e Polícia Federal, conforme os processos de radicalização em torno dessa agenda político-moral imposta por uma direita que se fantasiou de movimento social no Brasil a partir de 2013. Esta citação, retirada de um jornal de ampla circulação, aponta um deslocamento cuja dimensão ainda será necessário avaliar:

“Lavajatistas, bolsonaristas e a uberdireita (que quer fechar ou tomar STF e a Procuradoria), grupos no Congresso e os diversos partidos da Justiça, todos batem-se pelo poder arbitrário de mandar gente para a cadeia, de fugir da polícia ou de decretar o esbulho de direitos civis, quem sabe políticos. Os direitos sociais já vão para o vinagre por inércia lamenta-se de modo vazio o desemprego, que não terá melhora notável até 2022.... Há quem se anime com o aumento do número de pessoas trabalhando, mais 2,2 milhões de um ano para cá. Mais de 80% desses novos empregos são da categoria ‘empregado sem carteira assinada’ e por ‘conta própria’. A soma ... de todos os rendimentos do trabalho cresce no ritmo mais lento desde agosto de 2017....

No mínimo, o zero à esquerda dos salários deveria preocupar quem quer a ressuscitação do PIB [Produto Interno Bruto], em tese desejo geral. Nem isso. A penúltima manifestação trabalhista de nota ocorreu em abril de 2017, contra a reforma da Previdência. A última foi o caminhonazo dos amigos de Jair Bolsonaro, o que ajudou a arrebanhar o país em 2018. A reforma trabalhista passou quase sem um pio. Assim foi o fim da contribuição sindical obrigatória, último e maior interesse da burocracia sindical.... A nova massa de trabalhadores, que vive de bico, não tem sindicato ou quase representação de outra espécie. Os celetistas estão apavorados. Até o militante funcionalismo federal está quieto diante do talho iminente prometido pelo governo. Houve protesto contra esse ministro da Educação, que fez questão de desdourar a pílula do corte de gastos com disparates atribuídos, corte que era um arrocho no governo inteiro. Os salários, o trabalho que vira bico em 80% dos casos ou a ruína dos estados, nada disso motiva política organizada ... (das classes populares) e de seus ausentes representantes. Há risco alto de que, em 2020, universidades federais tenham de fechar, que falte subsídio para remédio popular e dinheiro para livro didático.... O país se politiza ao extremo, no extremo satânico da ideologia que cobre de névoa os problemas sociais.”¹

Os dados apresentados, os comentários de jornal, as esquinas das grandes cidades, que parecem evidenciar o aumento significativo de população de rua, atestam a distância crescente e o desvanecer da chamada herança Vargas, assim como dos momentos que em se afirmavam direitos e invenções pela luta sindical e dos trabalhadores na luta pela democratização, ainda que haja um processo acirrado de politização de outras agendas. Esses novos eixos de politização encobrem as questões relativas à produção e ao trabalho, e exacerbam um conflito que recobre instituições, produção de conhecimento, escolas e universidades, chegando mesmo a qualificar como de esquerda ou de direita a escolha de procedimentos médicos, como o parto normal (assimilado a posições de esquerda) ou cesariana (identificada com posições de direita). A estagnação de salários e empregos foi silenciada. Saiu da agenda de debate e discussão política. Em seu lugar, adquiriu centralidade a pauta das reformas – primeiro a trabalhista, em seguida a da previdência, depois a reforma administrativa e tributária. Essa pauta, acrescida das questões morais, constituiu uma agenda de negociação entre um Executivo de traços evidentemente autoritários e um Legislativo crescentemente submisso e apequenado diante das ameaças mais ou menos veladas da presidência e do núcleo de poder configurado pelos filhos do presidente.

Um conjunto de ameaças recentes lembra, porém, que os movimentos e protestos de massa são vistos como risco permanente, ainda que relativamente ausentes da cena pública ao longo de 2019. Essas dimensões colocam

¹ Vinicius Torres Freire. <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/viniciustorres/2019/09/salario-e-um-zero-a-esquerda-no-pais-da-extrema-direita.shtml>

interrogações sobre esse conjunto complexo de relações de força. Estamos diante de um deslocamento de fronteiras dos eixos de politização? Diante de um encolhimento das pautas e dos processos relativos ao trabalho ou de seu silenciamento? Por um lado, é preciso lembrar da intensa desidratação dos sindicatos pela individualização e precarização institucionalizada das formas de uso do trabalho com a explosão do assalariamento formal. Por outro, talvez seja imprescindível perguntar sobre o que restou das formas de organização dos trabalhadores diante desse encolhimento de sua expressão pública. Essas são algumas das perguntas que pairam sobre a discussão da conjuntura brasileira nesse primeiro ano de governo Bolsonaro.

Transformando as linhas entre formalidade e informalidade: a moradia

Uma outra dimensão da dicotomia formal/informal, bem como da conformação da experiência de classe ou de sua dissolução, é a das formas populares de moradia, permanentemente associadas às situações de informalidade e ilegalidade. Essas

– além do comércio informal e de seu empresariamento – também têm sido alvo de um conjunto de novas medidas legais, como a que diz respeito às novas normas de regulação fundiária configuradas pela Lei nº 13.465 (a partir da aprovação da Medida Provisória MP 759 que a precedeu). É assim importante reiterar que:

“Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências.” (Lei nº 13.465/2017)

Para além da questão da regularização privada de terras públicas – dimensão imprescindível para compreender, por exemplo, as transformações e a destruição da floresta amazônica ao longo de 2019 -, cabe ressaltar os aspectos da lei que se voltaram para a questão da habitação de interesse social, em especial para a regularização fundiária urbana. O processo inclui medidas



FOTO: Valdeir Galor / SMCS - Fotos Públicas

Pnad contínua*

- Número recorde de trabalhadores por conta própria: 1,4% (mais 343 mil pessoas) frente ao trimestre anterior, e 5,2% (mais 1,2 milhão de pessoas) frente ao mesmo período de 2018.

- Rendimento médio real habitual (R\$ 2.286) caiu 1% frente ao trimestre anterior, e não teve variação significativa frente ao mesmo trimestre de 2018.

- A taxa composta de subutilização da força de trabalho (25%) igualou o recorde da série, subindo em ambas as comparações: tanto em relação ao trimestre anterior (24,6%) quanto ao mesmo trimestre móvel de 2018 (24,6%).

- A população subutilizada (28,5 milhões de pessoas) é recorde da série iniciada em 2012, com alta em ambas as comparações: 2,7% (mais 744 mil pessoas) frente ao trimestre anterior, e 3,9% (mais 1.066 mil pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2018.

- O número de pessoas desalentadas (4,9 milhões) é recorde da série histórica e ficou estável em ambas as comparações. O percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada foi de 4,4%, repetindo o recorde da série e mantendo estabilidade em ambas as comparações.

O número de empregados no setor privado com carteira assinada (exceto trabalhadores domésticos) foi de 33,2 milhões de pessoas, ficando estável frente ao trimestre anterior e subindo 1,6% (mais 521 mil pessoas) frente ao mesmo período de 2018.

Já o número de empregados sem carteira assinada (11,4 milhões de pessoas) subiu em ambas as comparações: 2,8% (mais 309 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e 3,4% (mais 372 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2018.

* Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto de 2019.

jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com a finalidade de incorporar os núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes (título de posse da terra, que dá ao ocupante segurança jurídica sobre a propriedade). As medidas urbanísticas que estão implicadas na lei visam adequar o parcelamento à cidade regularizada e à implementação de infraestrutura básica (água, energia, esgoto, vias de acesso etc), ainda que seja possível regularizar lotes sem a infraestrutura necessária. Parece ser possível hoje – dois anos após a aprovação da lei – afirmar que esse processo acabou envolvendo remoções e realocação de favelas, loteamentos irregulares, ocupações de edifícios e de terrenos em áreas públicas de mananciais frequentemente criminalizadas como “irregulares” e ilegais.

Um quadro preliminar da situação e dos agravantes da nova lei pode ser desenhado a partir de algumas informações. A primeira diz respeito ao fato de que, apenas para citar o exemplo de São Paulo, calcula-se um crescimento do déficit habitacional de aproximadamente 1,337 milhão, em 2015, para 1,8 milhão em 2019, com forte concentração na região metropolitana. Apenas na cidade de São Paulo, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) – por mais questionável que o índice possa ser – seriam necessárias 474 mil moradias para superar a carência de unidades habitacionais. Como resposta a essa situação de carência e vulnerabilidade, pode-se mencionar os resultados ainda preliminares e agravantes da nova lei de regularização fundiária, que se somam ao aumento da pobreza e da desigualdade dos últimos anos:

- A regularização do direito de laje vem promovendo, em São Paulo, uma verticalização acentuada das favelas;

- Houve um crescimento do déficit de moradias apesar e por causa do programa Minha Casa, Minha Vida, e uma de suas principais causas é o chamado ônus excessivo dos alugueis. O preço dos alugueis em alta, combinado ao trabalho incerto e/ou desemprego (1,8 milhão), acabou gerando 391.000 domicílios em espaços precários, isto é, 2 milhões de pessoas ou 11% da população, especialmente de favelas e áreas de mananciais e/ou proteção ambiental.²

- A alternativa a esses espaços é a ocupação de uma grande quantidade de edifícios vazios no Centro da cidade pelos movimentos que organizam sua própria demanda, assim como os consórcios que partilham esses edifícios entre os movimentos. A resposta vem sendo a criminalização dos movimentos sociais pela constante ameaça de repressão e prisão de suas lideranças e pelas remoções que podem resultar em pagamento da chamada “bolsa aluguel” de R\$ 400, que certamente alimentará a intensificação das ocupações precárias. Em relação aos imóveis vazios no Centro, a resposta foi a criminalização dos movimentos sociais e as reintegrações de posse, inclusive com a prisão de lideranças importantes.

A partir desse conjunto de informações aparentemente dispersas cabe ressaltar algumas linhas de força. A primeira diz respeito à concomitância de novas legislações relativas à formalização da precariedade no âmbito do trabalho (09/2017) assim como no âmbito da regularização fundiária (07/2019). Essa concomitância, associando dois marcos regulatórios pós-golpe de 2016, aponta para processos de fragilização da

² Dados da pesquisa da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Folha de São Paulo São Paulo, cotidiano 7/09/2019

experiência coletiva do trabalho, assim como para a experiência popular e coletiva da moradia em territórios populares. As duas leis deslocam e/ou redesenham as fronteiras entre os âmbitos que separaram o legal do ilegal, produzindo modos de gestão e/ou enfrentamento desses ilegalismos, quer por formalização do que era informalizável, quer pela violência real e simbólica das ações de remoção e criminalização dos movimentos de moradia, que vêm desempenhando um lugar central de resistência aos governos Temer e Bolsonaro. As remoções e o teto paulistano de 400 reais da chamada “bolsa aluguel” – montante inteiramente insuficiente para qualquer solução de moradia mesmo das mais precárias – vêm produzindo novos contingentes de famílias cuja situação piora consideravelmente. Esses processos ajudam a compreender, além da verticalização das favelas e das ocupações de edifícios do Centro da cidade (organizadas ou não por movimentos de moradia), um acentuado crescimento demográfico e em área construída das áreas periféricas mais precárias do município – Cidade Tiradentes, a Leste, e Anhanguera – extremo Oeste. Também se esclarecem as razões das punições exemplares às lideranças dos movimentos que encabeçam e organizam as ocupações no centro da cidade de São Paulo.

Ainda é necessário observar que a forma de criminalização dos movimentos sociais sofreu alterações significativas: as acusações que a embasam não se baseiam na questão da propriedade, já que a função social da propriedade é uma das garantias legais do Estatuto da Cidade. As recentes acusações são relativas à formação de organização criminosa, o que acabou possibilitando a denúncia de 19 dirigentes dos movimentos de moradia. Dessas acusações, quatro prisões foram efetuadas. Elas acabaram por tomar como ponto de partida o incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, em maio de 2018, no centro da cidade de São Paulo. Todos os aprisionados são negros e pobres. Carmen Silva Ferreira, da ocupação 9 de julho, já tinha sido acusada de extorsão em 2017, acusação que foi retirada em 2018, quando foi comprovado que as contribuições dos residentes da ocupação que dirige (em média R\$ 200) tinham como destino os melhoramentos da condição de habitabilidade do edifício, bem como limpeza e coleta de lixo. O edifício já foi vistoriado pela prefeitura, tendo recebido prêmios internacionais como solução de moradia em São Paulo.

No caso da ocupação coordenada por essas lideranças, o apoio da população residente é bastante claro. Os moradores se mobilizaram fortemente pela libertação das lideranças, tais como Preta Ferreira, Ednalva Franco, Angélica Lima e Sidney Ferreira, presos em 24 de junho. O caráter político da prisão de Carmem, Sidney e Preta ficou evidenciado tanto pelas acusações como pelos fatos que cercaram a saída deles da prisão. Todos têm endereços fixos, sem qualquer implicação ou ficha criminal anterior. Ainda mais emblemáticos foram os fatos que ocorreram no dia em que Preta Ferreira foi solta, em São Paulo, em 10 de outubro de 2019. Nesse dia, Juliana Cardoso, vereadora do Partido dos Trabalhadores, acompanhava a

família dos dirigentes presos para receber Preta, que sairia da prisão por meio de habeas corpus. Seis veículos policiais acorreram ao local. Ao que tudo indica, a polícia monitorava o carro onde estavam a família de Preta e a vereadora Juliana Cardoso que, mesmo tendo se identificado, permaneceu por mais de uma hora sob vigilância policial, além de ter tido uma arma apontada para sua cabeça. Ao ser interrogada pela imprensa, a polícia teria declarado que tudo não passava de uma operação padrão.³

A situação descrita acima, entretanto, é muito mais geral, tendo se repetido em inúmeras ocasiões e cidades brasileiras. O recente massacre de Paraisópolis, em que morreram nove jovens por uma intervenção policial, foi também tristemente emblemático; o caso de tortura de um rapaz em supermercado da zona sul da cidade de São Paulo pelos seguranças do estabelecimento, assim como o número alarmante de mortes de crianças, jovens e adultos em favelas e territórios populares do Rio de Janeiro, parecem apontar para o que Singer chamou de normalização de um estado policial. Esse estado de exceção normalizado e banalizado – ele também – parece ter se esvaziado como pauta de um debate público.

Como articular esse macabro mosaico de leis e seu impacto na dissolução do solo coletivo da experiência tanto do ponto de vista do trabalho como da moradia, justapostas a intervenções policiais brutais, às investidas que correspondem a uma gestão urbana crescentemente militarizada, à iniciativa de inocular policiais dos supostos “excessos” – entenda-se execuções – cometidos em nome de uma política de segurança?

Labirintos jurídicos, deslocamentos das fronteiras que separam legalidades de ilegalismos, utilização e atualização de uma legislação de segurança nacional crescentemente voltada para movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), permitem entrever uma trajetória de recrudescimento dos procedimentos repressivos, bem como de sua normalização e banalização. As falas presidenciais que incriminam movimentos sociais como exemplos de terrorismo⁴ encorajam e estimulam medidas repressivas, assim como interpretações jurídicas e disposições legislativas crescentemente fora dos parâmetros constitucionais. Essas dimensões se espriam para o âmbito do homem comum, ele também estimulado à adoção e à legitimação de práticas de violência contra mulheres, negros, população LGBTQI+, “invasores de terras” ou de “propriedade alheia”.⁵

³ Ver André Singer – A Naturalização do Estado Policial in <https://comissaoarns.org/blog/2019-10-24-a-naturaliza%C3%A7%C3%A3o-do-estado-policial/> consultado em novembro de 2019

⁴ Ver <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-quer-tipificar-invasao-de-propriedade-por-mst-mtst-como-praticaterrorista-22702521>

⁵ Ver Guilherme de Jesus France In <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2019/04/05/0-legado-de-3-anos-da-Lei-Antiterror-segundo-este-autor> novembro, 2019

Talvez seja possível reconhecer nesse mosaico, só aparentemente formado por justaposições, uma lógica perversa. Na tentativa de caracterizá-la, venho identificando o que parece ser possível reconhecer como uma lógica miliciana ou uma lógica de milícias – o que não pode ser assimilado ao fenômeno das milícias com delimitação territorial clara – especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro. Dessa perspectiva, essa lógica pode ser identificada como um processo de privatização e de terceirização da violência praticada e gerida nas fronteiras entre legalidades e ilegalismos de todos os tipos. Essa lógica se ancora na produção do medo e na venda de segurança, ao lado do controle, ele também privado, do acesso a serviços públicos de água, energia, transportes, televisão a cabo, internet. Uma lógica de negócios, dentre os quais o grande arranjo securitário cimentado por um conjunto de extorsões, é perfeitamente compatível com os labirintos jurídicos que redefinem práticas e fronteiras entre legalidade e ilegalidade, além de ratificar sordideiras continuidades.

Por outro lado, também é preciso reconhecer que, para além da capilaridade dessa lógica miliciana, as milícias são constituídas por uma base social composta por policiais e militares expulsos de suas corporações, que conformam grupos bastante numerosos: 1.367 policiais militares foram expulsos entre janeiro de 2008 e dezembro de 2018 no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a polícia militar expulsa 150 membros por ano. Ainda é importante sublinhar a forte indicação de continuidade entre os grupos militares de extermínio constituídos durante a ditadura militar e a performance contemporânea das milícias.⁶ Também não é excessivo lembrar os vasos comunicantes entre um estado policial normalizado e a presença dessa lógica no centro mesmo do poder, como parecem atestar as evidências do assassinato de Marielle Franco.

Gostaria de concluir esse texto, marcado ao mesmo tempo pela amargura diante da situação brasileira e pela esperança de constatar que, apesar de tudo isso, os movimentos de resistência, ainda que tímidos, e, em parte, silenciados, atestam cotidianamente sua continuidade, com três citações. Elas são

⁶ José Cláudio Souza Alves, *Dos Barões ao extermínio: a história da violência na Baixada Fluminense, APPH-CLIO*, Rio de Janeiro, 2003

imprescindíveis para que esse texto não pareça mais um delírio persecutório da chamada “polarização política” brasileira nos dias que correm. São testemunhos públicos que ajudam a reconhecer a situação de exceção em que nos encontramos.

“Há uma continuidade do Estado. O matador se elege, o miliciano se elege. Ele tem relações diretas com o Estado. Ele é o agente do Estado. Ele é o Estado. Então não me venha falar que existe uma ausência de Estado. É o Estado que determina quem vai operar o controle militarizado e a segurança daquela área. Porque são os próprios agentes do Estado. É um matador, é um miliciano que é deputado, que é vereador, é um miliciano que é Secretário de Meio Ambiente. (...) Eu estou falando de um Estado que avança em operações ilegais e se torna mais poderoso do que ele é na esfera legal. Porque ele vai agora determinar sobre a sua vida de uma forma totalitária. E você não consegue se contrapor a ela. (...) O discurso da família Bolsonaro, a começar pelo pai, já há algum tempo, e posteriormente o pai projetando nos filhos politicamente. Eles são os herdeiros do discurso de um delegado Sivuca [José Guilherme Godinho Sivuca Ferreira, eleito deputado federal pelo PFL em 1990], que é o cara que cunhou a expressão “Bandido bom é bandido morto”, de um Emir Lorangeira [eleito deputado estadual em 1990], do pessoal da velha guarda, do braço político dos grupos de extermínio. (...) Sem esses elementos, sem esses indivíduos, sem essa conexão direta com a estrutura do Estado, não haveria milícia na atuação que ela tem hoje. É determinante. Por isso que eu digo, que não é paralelo, é o Estado. E tem políticos que estão sendo eleitos com essa grana. A grana da milícia vai financiar o poder de um político como Flávio Bolsonaro e o poder político de um Flávio Bolsonaro vai favorecer o ganho de dinheiro do miliciano. Isso roda em duas mãos. É determinante então que essa estrutura seja assim. Ela só se perpetua porque é assim.”⁷

⁷ José Cláudio Souza Alves in https://apublica.org/2019/01/no-rio-de-janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-estado/?utm_source=Republicadores&utm_campaign=b197034467-EMAIL_CAMPAIGN_2019_01_28_05_31&utm_medium=email&utm_term=0_069298921c-b197034467-288596577 consultado em novembro de 2019

“Durante longo período, o presidencialismo brasileiro foi caracterizado como sendo de ‘coalizão’, aquele arranjo no qual o centro do Executivo negocia cada passo com uma nuvem de partidos ou consórcios de interesse pouco significativos por si mesmos, mas dotados do inestimável recurso que é o poder de veto. Pois bem, isso que agora vemos ser construído, tudo indica que em consonância a plano muito bem pensado em escala transnacional, é regime bem diferente. Pode ser denominado, à falta de outro termo, ‘presidencialismo de ocupação’. Em análise recente, Wanderley Guilherme dos Santos usou o termo ‘ocupação’ para caracterizar o empenho do novo governo em tratar opositores como ‘estrangeiros’. (...) Não se trata de mera ocupação de postos e de acesso a recursos. É algo mais fundo que se vai formando, e sua lógica não é propriamente política, pelo menos não enquanto a organização e o exercício do poder forem pensados num registro democrático. Trata-se de lógica copiada da estratégia militar. (...) Um Estado que faz questão de tornar evidentes a forma e o exercício do poder, em contraste com aquilo que se desenha aqui, bem ao gosto de uma sociedade adepta ao jogo do faz de conta. Brutalidade criminosa não falta, nem falas ameaçadoras mais destinadas a desviar a atenção do que a dirigir. O importante nesse modelo é que o trabalho sujo é como que terceirizado, deixado ao encargo de setores da chamada sociedade civil e dos sicários que para tanto forem contratados.”⁸

“A Polícia Civil do Rio de Janeiro pediu recentemente o arquivamento do inquérito contra os policiais responsáveis pelo massacre no morro do Fallet, ocorrido no começo deste ano. Na ocasião, policiais militares trucidaram 15 pessoas, colocando 13 delas em uma casa, na qual foram torturadas durante mais de três horas para, ao final, serem mortas a faca. Os moradores ouviram aterrorizados pessoas gritando desesperadamente: “Não me matem”. Depois de mortos, os corpos foram empacotados em sacos pretos e jogados em uma camionete enquanto policiais fortemente armados posavam em cima dos cadáveres, como se estivessem a tirar fotos de um safári na África. (...) Este caso é apenas um exemplo emblemático entre tantos outros que explicitam a natureza genocida do Estado brasileiro. Ele é a expressão de que o AI-5 já foi decretado no Brasil. A única questão diz respeito onde ele impera e qual a sua extensão. O Estado brasileiro já explicita sua natureza fora da lei, sua lógica de exceção e de extermínio contra populações pobres e negras. Basta apenas saber quando ela também será aplicada nos bairros nobres. A depender do desejo de Bolsonaro 3º, virá o mais rápido possível.”⁹

⁸ Gabriel Cohn – A nova cara do presidencialismo in *Le Monde Diplomatique* 6/11/2018 in <https://diplomatique.org.br/a-nova-cara-do-presidencialismo/> consultado em novembro de 2019

⁹ Vladimir Safatle – O AI 5 já foi decretado. In <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/11/o-ai-5-ja-foi-decretado.shtml?origin=folha>

Referências Bibliográficas

Cardoso, Adalberto - A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Edition: 2ª revista e ampliada, Publisher: Amazon in https://www.researchgate.net/publication/299611002_A_Construcao_da_Sociedade_do_Trabalho_no_Brasil_Uma_investigacao_sobre_a_persistencia_secular_das_desigualdades acesso agosto de 2019

Feltran, G. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana, Universidade Federal de São Carlos – Revistas USP, 14/08/2011 in <file:///C:/Users/Marco/Downloads/37711-Texto%20do%20artigo-44372-1-10-20120810.pdf>, acesso agosto de 2019

Freire, Vinícius T. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vini-ciustorres/2019/09/salario-e-um-zero-a-esquerda-no-pais-da-extrema-direita.shtml> acesso setembro de 2019

COUTINHO Leonardo da Silva, Saionara. Le Brésil des réformes du travail et l’institutionnalisation de la précarité. <https://journals.openedition.org/ideas/2224> consulté nov. 2018

CESIT – VV. AA. Dossiê Reforma Trabalhista – in <https://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/> consulté nov. 2018

FRENCH, John D. Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001

SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira. Editora Campos, Rio de Janeiro, 1979

Carelli, R - Brésil .La réforme du droit du travail de 2017 in Brésil .La réforme du droit du travail de 2017 <https://mail.uol.com.br/?xc=9a4bbd8b65f3afaf0bd3170d979d8994#/webmail/0//INBOX/page:2/MTlyMjA5> consultado em julho de 2019

Georges, I e Rizek, C. S. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores in *Revista Contemporânea* v. 6, n. 1, p. 51-73 Jan.–Jun. 2016

Vieira, Ana Luisa - Regularização fundiária e remoções: políticas públicas em São Paulo e a formulação da Lei nº 13.465 – Relatório de Pesquisa. IAU USP 2019

Lins, Regina e Rolnik, Raquel – Relatório Bianual das Remoções – 2017-2019 in <http://www.labcidade.fau.usp.br/observatorio-de-remocoes-apresenta-o-relatorio-2017-2018/> acesso em agosto de 2019

Jornalistas Livres - Prisão de lideranças do Movimento de Moradia é conluio entre promotores e policiais. In <https://jornalistaslivres.org/prisao-de-liderancas-do-movimento-de-moradia-e-conluio-entre-promotores-e-policiais/acesso> em setembro de 2019

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques> acesso em agosto de 2019

São Paulo tem déficit de 474 mil moradias, diz estudo – Folha de São Paulo, 7 de setembro de 2019

Fundação João Pinheiro – Estatísticas e Informações - Déficit habitacional no Brasil – 2015 Belo horizonte, 2018.



a cidade

não é um negócio,

cidade

RIO 2016
JOGOS DA
EXCLUSÃO

FOTO: Gilka Resende / FASE

O desmonte de políticas urbanas e o brutal desafio de reconstituir lutas

Entrevista com Carlos Vainer, relator da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca)

A Revista *Proposta* conversou com Carlos Vainer¹, relator da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca)², sobre o desmonte das políticas urbanas no Brasil. Ainda que o avanço da extrema direita tenha aprofundado a questão, ele analisa a mercantilização das cidades a partir de um contexto anterior. “Esse desmonte vem de um período longo, em que uma série de mecanismos de planejamento e de participação democrática foi sendo progressivamente fragilizada”, pontua o economista, sociólogo, doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela Université de Paris I e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ Carlos Vainer integra o Conselho Deliberativo da FASE e o Grupo de Trabalho Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Dirige no IPPUR o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, a Rede de Observatório de Conflitos Urbanos, o Observatório Socioambiental de Barragens e o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual. Foi diretor do IPPUR/UFRJ e Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Integrou o Dams and Development Forum/UNEP e a Comissão Especial sobre Atingidos por Barragens do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

² www.plataformadh.org.br

Estamos diante de um acelerado desmonte das políticas urbanas no Brasil. Quais são as consequências desse desmonte para uma população que já vive em situação tão desigual e tão desprotegida no acesso a direitos básicos nas cidades?

Acho que, em primeiro lugar, temos que considerar que o desmonte das políticas urbanas não começou agora, nem que o desmonte das políticas urbanas começou depois do golpe que derrubou Dilma Rousseff. O desmonte das políticas urbanas vem de um período longo, em que uma série de mecanismos de planejamento e de participação democrática foi sendo progressivamente fragilizada. Se a gente compara, por exemplo, o lugar e o papel que os orçamentos participativos tiveram na segunda metade dos anos 1980 e dos anos 1990 ao papel que tiveram nos anos 2000, vamos ver como esses mecanismos de democracia da gestão urbana e do planejamento urbano foram fragilizados, e vamos ver ainda como uma série de governos - inclusive os de coalizões lideradas pelo Partido dos Trabalhadores e outros partidos mais progressistas - foi aderindo progressivamente a padrões de planejamento estratégico, que transformaram a cidade em uma mercadoria.

Isso teve o seu auge, e a sua faceta mais exposta, no que chamamos de a cidade dos megaeventos da Copa do Mundo e, em particular, do caso do Rio de Janeiro, das

Olimpíadas, onde toda a cidade foi colocada a serviço do grande negócio, e onde, portanto, se consolidou a cidade de exceção, essa que na verdade já sucateava o que restava de planejamento e de políticas urbanas, submetendo-os aos interesses de grandes corporações. E eu não estou falando aqui da corrupção. Independentemente dela, a implantação de Parcerias Público Privadas (PPPs) realiza o que chamo de democracia direta do capital.

Evidentemente, alia-se a esse processo de desmonte o avanço da extrema direita, com a eleição de um governo federal e com governos estaduais e locais também de extrema direita. A forma truculenta de abordagem das populações tradicionais, das populações urbanas, das populações negras, da juventude negra, dos LGBTQI+, de uma série de grupos cuja discriminação, vitimação e criminalização não são algo recente, ganha na atualidade uma dimensão mais evidente, mais aberta, mais desavergonhada, que se autoproclama como um padrão moral de funcionamento das nossas cidades, e que realmente traz um dado novo. Não quero dizer que tudo continua como antes, mas sim que é um processo que teve início já há alguns anos.

Acho que essa abdicação progressiva das políticas, da democracia urbana, e a subordinação continuada das cidades aos interesses das PPPs estão entre as razões pelas quais a resistência ao golpe foi tão frágil, porque para parcelas da população - é triste dizer, mas é verdade! -, poucas coisas mudaram. Estou me referindo a quem já não tinha serviço de saúde, a quem já tinha uma escola degradada. Para aqueles que estavam sendo removidos de suas áreas, de suas ocupações urbanas, a remoção de "Pedro" é igual a remoção de "João", ou seja, não interessa quem está removendo. Mas interessa saber que havia pessoas ali perdendo o acesso à moradia. Fizemos contas na época da Copa do Mundo: eram mais de 100 mil famílias sendo removidas no Brasil.

O dramático agora é a criminalização mais brutal dos movimentos de resistência, as ameaças que pairam sobre isso, que fazem com que as condições de luta e resistência sejam muito mais árduas do que foram no período em que, pelo menos, um certo padrão de respeito à diversidade e à democracia era proclamado, quando não plenamente realizado. Então, essa é a minha visão sobre os desafios que a gente enfrenta hoje.

E, mais particularmente em relação ao processo de desregulamentação em favor das privatizações dos bens de serviços urbanos, e mesmo no caso de políticas que estavam ali tentando se instituir, como o programa Minha Casa, Minha Vida, o que o senhor analisa?

O programa Minha Casa, Minha Vida já era um profundo processo de privatização da questão da habitação social, entregando praticamente tudo aos empreendedores privados, desde a localização e a seleção dos projetos, em conluio com

prefeituras locais já subordinadas ao interesse do mercado. Isso fez com que o programa Minha Casa, Minha Vida tivesse se transformado em um vetor de favorecimento do capital imobiliário, aprofundando, com raras exceções, o processo de segregação social e a expulsão das populações mais pobres para as periferias das cidades. Ou seja, o terreno, nesse sentido, foi aplinado antes do golpe, antes da vitória da extrema direita, do bolsonarismo ou do witzelismo, no Rio de Janeiro, ou sei lá mais o quê em diferentes cidades, sobretudo nas do Sudeste e do Centro-Oeste.

Não conheço suficientemente a realidade nordestina para dizer se e em que medida as cidades e os estados onde a coalizão liderada por partidos mais progressistas foi capaz de resistir a isso, ou se continua atuando na rota das PPPs e das remoções. Pelo pouco que eu pude ver no Recife, os processos de expulsão prosseguem, o processo de entrega de parcelas da cidade ao grande capital imobiliário continua sem grandes obstáculos. Ou seja, a situação é grave porque se espera - pelo menos ali onde o governo teoricamente esteja comprometido com pautas mais democráticas e igualitárias - a implementação de políticas urbanas mais democráticas e igualitárias.

Então, temos aqui esse desafio brutal de reconstituição de lutas, de frentes urbanas que sejam capazes de resistir a esse processo em condições bem mais difíceis, diante da "formalização" ou da "legalização" da violência e da truculência que antes já existiam, mas de maneira mais "escondida" ou "envergonhada", e que agora estão abertas e proclamadas com uma virtude de Estado. Essa é a dimensão mais dramática do fato de que hoje setores truculentos de extrema direita estejam governando parcelas expressivas do país. É duro concluir por aí, não é? Mas é real!



FOTO: Rosilene Milotti / FASE



FOTO: Hugo Arce / Fotos Públicas

“As resistências nos dão esperança”

Entrevista com Guilherme Boulos, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Nos últimos anos, passamos a conhecer e a conviver com um novo perfil de ativismo popular urbano, tendo emergido um novo perfil da militância política, com outros modos e gramáticas para fazer e disputar as cidades, incorporando a luta por novos direitos e novas agendas urbanas. Guilherme Boulos é coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), filósofo formado pela Universidade de São Paulo (USP), psicanalista, professor e escritor. Aqui ele fala sobre termos esperança em meio ao caos.

O que mais te anima hoje em termos de horizonte utópico e de crenças para enfrentarmos mais fortalecidos o atual caos social e ambiental urbano?

Nos últimos anos, o campo democrático popular no Brasil sofreu muitas derrotas. Essas derrotas, é claro, também atingiram um projeto de direito à cidade. Houve o desmonte de políticas públicas, com o aumento da barbárie, do autoritarismo, da militarização das nossas cidades. Mas seria um erro não ver que nesse período também surgiram e se fortaleceram resistências, com uma nova geração de jovens, com movimentos culturais pipocando nas periferias. Esses mesmos jovens estão tomando as universidades pela primeira vez na história do país. Formaram-se como resultado de políticas sociais, de cotas, uma maioria negra nas universidades públicas, uma juventude que está cada vez mais combativa,

uma juventude que tem mais consciência dos seus direitos. Ao mesmo tempo, houve o fortalecimento de lutas como as do movimento feminista, a luta antirracista, a luta LGBTQI+, a própria luta do movimento sem-teto, que é uma luta antiga por moradia digna, mas que tem se dinamizado, disputado o centro da cidade, feito disputas por espaço de maneira geral. Aliás, várias lutas têm surgido mundo afora pela disputa do espaço público nas cidades, e o Ocupe Estelita¹ foi um exemplo importante em Recife. São lutas por parques, lutas de enfrentamento ao projeto de especulação imobiliária, lutas que vão moldando um novo projeto utópico de cidade e de sociedade, que vão enfrentando a lógica da segregação e da destruição. Hoje, de fato, eles² estão no governo. Hoje temos um período de retrocessos, de desmonte, mas seria um erro não enxergar que existem resistências no Brasil, que existem movimentos vivos no país, e que esses nos dão esperança de construir uma alternativa futura. Como diz o poeta popular, periférico, Sérgio Vaz³: “agora que deu tudo errado, tem chance de dar certo”. Ou seja, desse processo de desmonte, desse processo de destruição, surgem também resistências e a perspectiva de uma nova alternativa, de um projeto mais democrático, mais participativo e mais popular de cidade. Cabe a nós fazer parte dessa construção.

¹ Ver página 28 desta revista.

² Refere-se à extrema direita.

³ Mora em Taboão da Serra (Grande São Paulo). Além de poeta, é agitador cultural.



FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

“A unidade e a solidariedade devem ser reforçadas a todo tempo”

Entrevista com Marcos Helano Fernandes Montenegro e Edson Aparecido da Silva, integrantes do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas)



FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

A Revista Proposta convidou Marcos Helano Fernandes Montenegro, Coordenador Geral do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), e Edson Aparecido da Silva, Secretário Executivo do Observatório, para refletirem sobre a conjuntura brasileira e sobre a necessidade de agendas e mobilizações coletivas da sociedade civil frente aos atuais retrocessos.

Em governos anteriores, grandes programas na área urbana foram desenvolvidos e até hoje as avaliações sobre os efeitos deles dividem críticos e simpatizantes. Houve também uma certa divisão entre as visões e as agendas de movimentos sociais, de setores acadêmicos e de fóruns urbanos, dentre outros. Superado esse estágio, quais novos pontos de partida poderiam conduzir o campo popular urbano do Brasil na direção de agendas conjuntas e de mobilizações coletivas, em um país marcado por tantas discrepâncias urbanas e com um governo hiperconservador?

O atual governo dá continuidade e aprofunda a agenda anti-popular e anti-nacional no pós-golpe de 2016. Suas ações, patrocinadas pelo imperialismo e pelos setores mais reacionários do empresariado, encaminham a retomada das privatizações, a retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, o ataque aos movimentos sindical e popular no campo e nas cidades, e a valorização do capital financeiro na economia em detrimento do aumento da produção e da geração de emprego e renda. Como consequência, temos também uma retomada, em ritmo acelerado, das desigualdades.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, o rendimento médio real da população composta pelos 50% que detêm as menores rendas, que havia chegado

¹ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017/2018.

Direito à água e ao saneamento

O Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas) nasce durante o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que aconteceu em 2018 em Brasília. Seu propósito é promover, de maneira autônoma e crítica, a ação conjunta de instituições acadêmicas e de movimentos sindicais

a R\$ 853 em 2014, continuou em queda, caindo para R\$ 821 e para R\$ 820, em 2017 e em 2018 respectivamente. No outro extremo, em 2018, o rendimento médio mensal real do 1% da população com maior renda atingiu R\$27.744. Assim, se elevou para inacreditáveis 33,8 a razão entre os maiores e menores rendimentos médios mensais reais no país. No Brasil pós-golpe de 2016, enquanto os mais pobres ficam mais pobres, os mais ricos estão ficando ainda mais ricos.

“

Qualquer debate sobre desafios relacionados às políticas urbanas deve estar vinculado ao aumento das desigualdades, que tende a se aprofundar sob a égide desse governo ultraconservador

O quadro das desigualdades se acentua nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam os maiores valores do Índice de Gini² do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos. A pobreza também é maior nas regiões Norte e Nordeste, onde o rendimento médio real da população composta pelos 50% com os menores rendimentos, em 2018, foi respectivamente R\$ 628 e R\$ 547, enquanto nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul este valor atingiu respectivamente R\$ 962, R\$ 971 e R\$ 1.057.

O mercado e a grande mídia têm tentado impor a agenda do “Estado Mínimo” como a grande saída para a solução dos males que assolam o país. Na verdade, a história tem mostrado que a superação desse quadro só é possível praticando-se exatamente o oposto disso. Somente um Estado forte e democrático, que priorize o desenvolvimento nacional sustentável com geração de emprego e renda, consegue promover saídas para a crise e assegurar os direitos sociais, a exemplo dos direitos à moradia, à saúde, à educação, à cidade, à água e ao saneamento, com o resgate da dignidade da parcela da população brasileira que vive hoje em condições de pobreza.

Qualquer debate sobre os desafios relacionados às políticas urbanas deve estar vinculado ao aumento das desigualdades, que tende a se aprofundar sob a égide desse governo ultraconservador que age de forma a esvaziar o papel do Estado enquanto indutor do desenvolvimento econômico e social. Além disso, a luta pela revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, conhecida como “Teto dos Gastos”, cujo objetivo

² Instrumento para medir o grau de concentração de renda.



FOTO: Ondas / Divulgação

principal é acabar com as vinculações obrigatórias que garantem verbas mínimas para saúde e educação, devem pautar a agenda dos movimentos e organizações populares.

Especificamente no âmbito das políticas urbanas, o governo desmontou o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades. Na esteira do desmonte dessas políticas públicas, o atual governo ataca o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), historicamente importante para o financiamento da habitação e saneamento básico, com o mantra da garantia da “liberdade econômica”. Mira no interesse de curto prazo do trabalhador que, sufocado pela crise econômica que reduziu os postos e a renda do trabalho, não tem como deixar de acessar o seu saldo no Fundo, liberado para saques antes não autorizados. O processo de descapitalização do FGTS é radicalizado em proposta de Armínio Fraga, porta-voz do setor financeiro privado, que aponta para sua extinção. O que se pretende é extinguir os fundos públicos para que seus recursos migrem para as instituições financeiras privadas. É notório que o esvaziamento ou a extinção do FGTS impactará diretamente as políticas públicas de habitação e saneamento básico.

No mesmo diapasão, um dos pontos constantes da proposta “Plano Brasil Mais”, enviada ao Congresso Nacional pelo atual

governo, proíbe o aumento real para o salário mínimo, e prevê a suspensão do repasse do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dessa forma, esvazia o papel do banco público como instrumento de financiamento do desenvolvimento. A meta é garantir a transferência de recursos estatais para o setor privado por meio do pagamento da dívida pública, além da transferência de empresas públicas para o setor privado.

Portanto, a defesa dos instrumentos de financiamento das políticas públicas deve estar na agenda dos movimentos sociais e populares. Também deve pautar as suas ações a defesa da integração das políticas públicas, na perspectiva do direito à cidade, com vistas à universalização do acesso à moradia, ao transporte, à saúde, à habitação, ao saneamento básico e ao ambiente saudável. Essa mesma integração deve se dar na base dos movimentos, ou seja, a prática da unidade e da solidariedade entre eles deve ser reforçada a todo o tempo. “A luta de um deve ser a luta de todos”.

Assim, é preciso articular com as lutas mais gerais em defesa da democracia e de sua ampliação os esforços para resgatar e fortalecer os instrumentos de participação e controle social sobre as políticas públicas, que vêm sendo desmontadas pelo atual governo. Esses são os desafios que devem estar colocados como novos pontos de partida na condução do campo popular urbano do Brasil na direção de agendas conjuntas e de mobilizações coletivas.

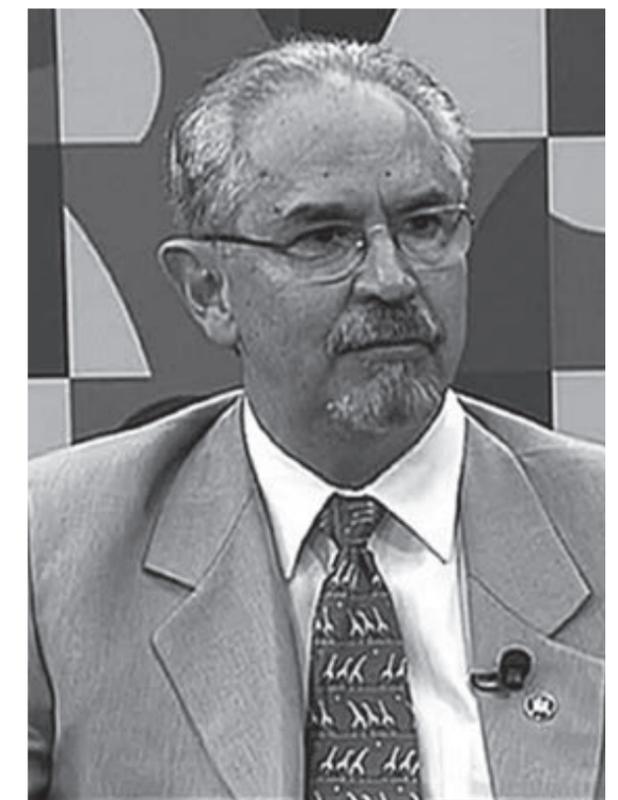
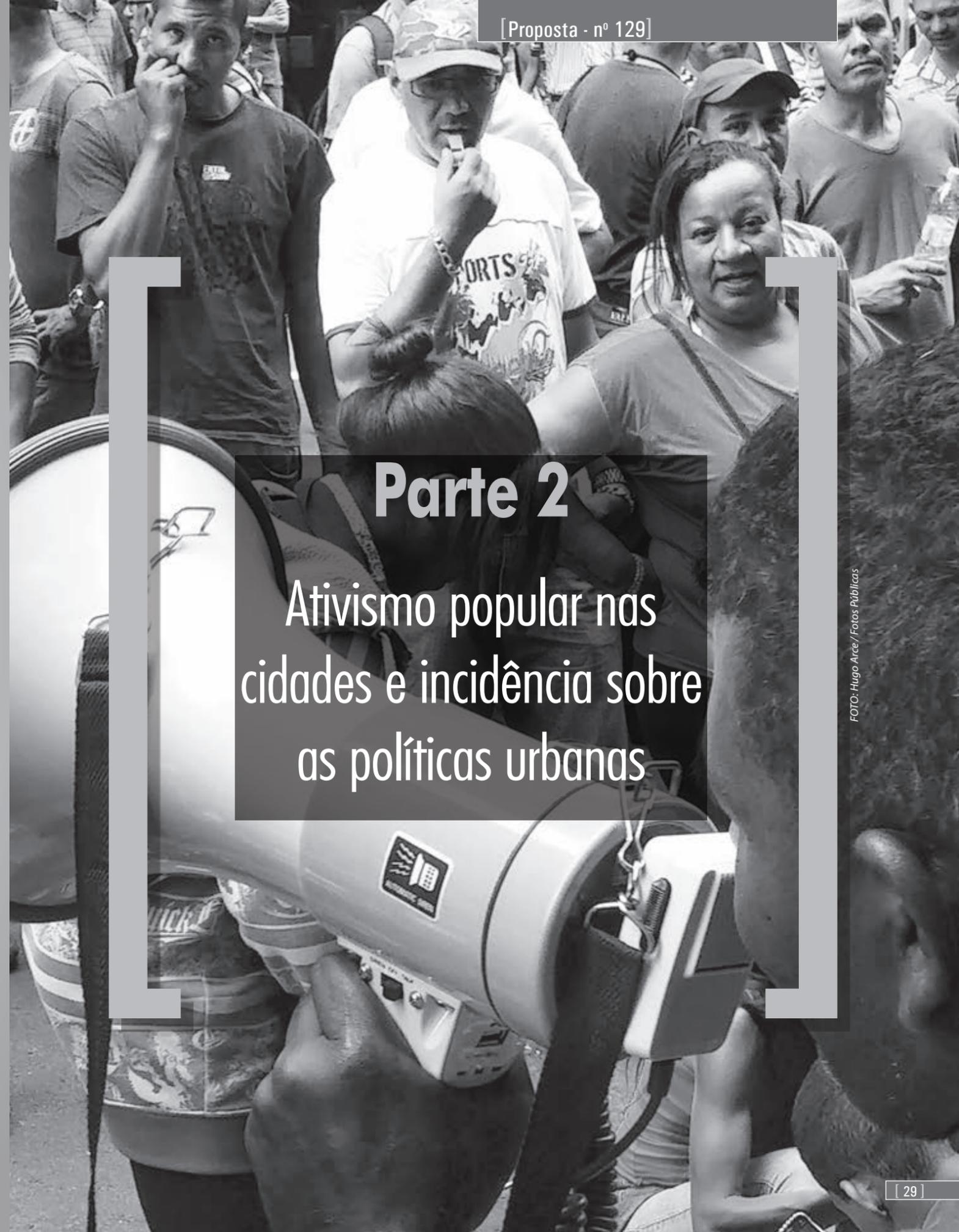


FOTO: Ondas / Divulgação



www.fase.org.br

 /ongfase  @ongfase  @ongfase  /ongfase  /ongfase



Parte 2

Ativismo popular nas cidades e incidência sobre as políticas urbanas

FOTO: Hugo Arce / Fotos Públicas



DIREITO SEU,
DEVER NOSSO!

FOTO: Chico Ludermir / Direitos Urbanos

Ocupe Estelita

A luta pelo Estelita aglutinou pessoas e, a partir dela, foi formulando os temas, as críticas e as reivindicações. Colocou em perspectiva o caráter sistêmico da cidade e da política, articulando pautas como moradia, mobilidade, paisagem, memória, raça, gênero, lazer, identidade, meio ambiente, economia etc.

Cristina Gouvêa e João Paulo Lima e Silva Filho: Cristina Gouvêa é arquiteta e urbanista, integrante do grupo Direitos Humanos Recife e do Ocupe Estelita. João Paulo Lima e Silva Filho é sociólogo, integrante do grupo Direitos Humanos Recife e do Ocupe Estelita.

Em março de 2019, o Consórcio Novo Recife concluiu a demolição do conjunto de galpões de açúcar junto ao pátio ferroviário do Cais José Estelita¹. Pouco tempo depois, removeu os tapumes e exibiu por trás de um gradeado (até mais ou menos suave para um lugar que até ali era guardado por cães, seguranças armados e arame farpado) o grande terreno cheio de destroços, com uma faixa de gramado novo na frente, parecendo um tapete. Estando na beira d'água, agora dá para ver na Avenida Sul, por trás do muro do outro lado, uma ou outra copa de árvore balançando e o centro da cidade, para onde o Projeto Novo Recife dá as costas.

Aos poucos vão sendo demolidas as outras construções como os grandes tonéis, as três casas dos antigos funcionários da rede ferroviária e outros galpões menores. O alvará de demolição apresentado à porta da obra diante dos manifestantes do Ocupe Estelita pelo próprio secretário de Controle Urbano, João Braga, era irregular, recauchutado de outro alvará ilegal emitido em 2014. Eram edificações até banais os galpões: estruturas porto-ferroviárias comuns do período colonial da nossa paisagem. Havia pedidos de tombamento em escala estadual e federal pelo valor histórico das construções. Legítima reivindicação.

¹ O Cais José Estelita é um cais que se encontra na Ilha de Antônio Vaz em Recife, liga o bairro do Cabanga ao de São José e é banhado pela Baía do Pina. Do lado oposto à baía existe uma série de galpões da extinta Rede Ferroviária Federal.

Contudo, o que de fato os tornou uma marca no Recife não foi tanto o seu passado, mas os seus últimos anos. Eles foram postos em foco e em funcionamento. Foram marcados, desenhados e se tornaram uma referência na história urbana do Recife. Até sua ausência agora é um marco memorial dos crimes cometidos para que o interesse privado prevalecesse sobre o público. Por sete anos, muito se lutou por eles, muito se discutiu, muito se viveu neles e através deles. Eles foram lugar e tempo da experiência e da metáfora, um mirante, um Aleph². Ao ponto de não parecer absurdo tratá-los como parceiros vivos de uma luta³.

“Uma outra cidade é possível”. A frase exibida nas faixas desde o primeiro ato no Cais não é apenas uma projeção política, mas uma memória do que realmente existiu ali. Seja o que for erguido, mesmo que venha mais da mesma cidade excludente e chata, está gravado e claro que outras possibilidades pulsam, tanto em relação ao espaço construído, quanto às formas de viver a cidade e de disputar seus rumos.

Depois de quatro anos de tramitação silenciosa do projeto de impacto na prefeitura, em 2012 foi anunciado que seria erguido no Cais José Estelita o “novo bairro”, a exemplo das

² Conto de Jorge Luis Borges, mencionado por Chico Ludermir em artigo publicado no Marco Zero. <https://marcozero.org/o-estelita-e-um-aleph-2/>

³ <https://www.facebook.com/leonardo.cisneiros/posts/2595632410451118>

malfadadas torres gêmeas. O modelo das torres de luxo – eram 13 –, que há muito vinha se alastrando lote a lote nas áreas eleitas pelas empreiteiras, seria metido no Centro de uma vez, em 10 hectares aproveitando o terreno barato, a ligação pela recém-construída Via Mangue com os dois maiores shoppings da cidade, as áreas caras da Zona Sul à beira-mar e da Zona Norte, à beira-rio, e ainda o vácuo de planejamento deixado pelo desmonte do projeto urbanístico Recife-Olinda. Isso em contraste com a explosão do comércio popular do Centro, os territórios de resistência como Coque, Coelho, Brasília Teimosa e Ilha de Deus, os vazios, os pontos históricos ora em roupa desgastada, ora em verniz turístico.

Quando essa notícia saiu no jornal, a reação na internet começou, depois propôs e ocupou uma audiência pública, seguiu em debates presenciais em salas de cinema, parques, universidades, em tardes de ocupações culturais na beira do Cais, no Conselho de Desenvolvimento Urbano, no Iphan, no judiciário, no Ministério Público, no Conselho da Cidade, no acampamento que, em 2014, para evitar a primeira tentativa de demolição ilegal, ocupou o interior do terreno por algumas semanas, abriu as portas, fez casa, fez parque, fez água, plantou sementes no impossível, escan-

carou a potência do lugar e do político-coletivo-vivo. Essas ações obrigaram a prefeitura a iniciar um processo de negociação que culminou com uma reintegração de posse violenta e um projeto de redesenho, transformado em lei urbanística, com algumas melhoras, mas essencialmente o mesmo e ainda contrário ao Plano Diretor vigente. Nova reação na prefeitura, na Câmara dos Vereadores, no Shopping Rio Mar e na porta da casa do prefeito. Essas últimas com menos impacto nas instituições, pois já havia sido feita a “lavagem de projeto” com o redesenho.

“
Nem ela é a
mesma de sete
anos atrás e
nem nós

Mais alguns anos de tramitação silenciosa enquanto o país se agitava entre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a eleição e início de mandato de Jair Bolsonaro em 2019, a “desintegração” de posse, a demolição com as mesmas barracas novamente sob os galpões e manifestantes montados sobre as máquinas. As ações seguem na justiça com uma lista extensa de denúncias, inclusive com investigação da Polícia Federal que indica que houve fraude no leilão em que o terreno foi adquirido. Algumas unidades já estão à venda. O embargo pelo Iphan já não é impedimento. Faltam algumas autorizações e, ao que parece a essa altura, falta também dinheiro para alavancar a construção.

Cidade mercado e mobilização popular

Mediante o fato de que todo o ritual para justificar a existência de um projeto daquele perfil mais confirmou uma tendência de gestão de “cidade para o mercado” – com iniciativas conjuntas entre poder público e mercado imobiliário – do que uma cidade presumivelmente mais democrática, pode parecer que apenas uma conclusão pessimista e derrotista fosse possível: a da vitória da lógica que se combatia. Ela, de fato, é muito forte. Leva golpes, mas com o tempo se recompõe e vai aprendendo a reagir às forças contrárias.

Mesmo assim, nem ela é a mesma de sete anos atrás e nem nós. Novas agendas, formas de luta, narrativas e sujeitos políticos passaram a fazer parte das dinâmicas societárias, locais ligados aos direitos na cidade, ora rompendo e ora dialogando com a agenda e a estrutura mais clássica do direito à cidade e da reforma urbana. Mal ou bem, a leveza produzida por um movimento sem projeto de poder, sem uma estrutura burocrática, ajudou-o a ganhar volume e a poder contar com muitas formas de adesão, ou seja, com um leque bastante variado de investimentos pessoais no engajamento coletivo. Isso criava frentes de atuação e de identificação complementares e com uma articulação interna curiosa, às vezes consciente e outras sendo praticamente invisível. Pessoas que acreditavam mais e as que acreditavam menos nas instituições puderam combinar seus esforços, mesmo quando discordavam entre si das estratégias a serem adotadas.

O Estelita aglutinou pessoas em torno de um caso pontual e, a partir dele, foi formulando os temas, as críticas e as reivindicações. Colocou em perspectiva o caráter sistêmico da cidade e da política, articulando a partir desse objeto concreto diversas pautas como moradia, mobilidade, paisagem, memória, raça, gênero, lazer, identidade, meio ambiente, economia etc., bagunçando as categorias pré-existentes e também criando e compartilhando um caldo de informações sobre o projeto em si, sobre a cidade e sobre os recursos e o funcionamento da democracia, o ideal e o real. As ações não tinham planejamento de longo prazo, aconteciam muito de forma reativa ao que se apresentava a cada momento. Isso muitas vezes foi visto nas autocríticas como uma desvantagem, mas é importante lembrar que essa forma de funcionar, além de trazer a vantagem da imprevisibilidade que pega de surpresa os adversários, tem a ver com uma dinâmica de circulação permanente de informação e criação de um constante e latente estado de alerta, que pode ser lido como um salutar exercício de vida democrática.

A cada etapa da resistência, expunham-se mais os mecanismos das pequenas e grandes corrupções geradas pelas relações pouco republicanas entre o setor privado da construção civil

e o poder público. Não uma grita genérica contra os corruptos, nem uma saga justiceira, mas um desvelamento de pequenas e grandes farsas no seio das instituições democráticas, de um modo de funcionar. Isso tem o mérito importante de modular uma crítica a algo que era sentido e intuído, mas não explicitado pela dinâmica política que até então jogava toda a sujeira para debaixo do tapete da trama política institucional. É um legado do movimento. E gerava duas reações de novo opostas-complementares: de um lado eram frequentes as demandas por instrumentos de controle social da democracia, exigiam-se correções de rota das instituições para que se melhorassem as condições de luta pelos direitos, e de outro o pé na porta de quem sabe que não há tempo a perder e parte para a política direta ao pélo das instituições.

A parte difícil disso é que seria interessante perceber, nesse sentido, o quanto o Estelita fora sintoma de um movimento societário de falta de confiança, ou desilusão, em relação à democracia tal como exercida no Brasil que, em meio a uma complexidade de contextos interagindo justamente no momento de inflexão do projeto lulopetista na escala nacional, ajudou as forças reacionárias a tomarem forma e corpo: a mesma energia crítica e de insatisfação que era nesses termos canalizada para o movimento foi instrumentalizada para a defesa de agendas conservadoras, reacionárias e mesmo autoritárias e antidemocráticas.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, essas forças chegaram ao poder (ironicamente) pelas vias democráticas. Todas as lutas hoje se reconfiguram em torno dessa realidade que sacudiu o chão de garantias democráticas mínimas sobre o qual vínhamos nós, os diversos grupos, perfis e formas de organização mais progressistas e mais à esquerda, lutando e nos relacionando em nossas diferenças. Esse contexto exige que mobilizemos de novas formas o aprendizado desses anos recentes em que cada um, à sua maneira, interagiu mais ou menos criticamente com a democracia, criando novas pontes, protegendo antigas conquistas, reaprendendo uns com os outros. Com ou sem as torres, todo um repertório de recursos e competências políticas vividas no Estelita está à disposição para ser novamente apropriado.

A batalha de sete anos pode ter tido resultados considerados pequenos, como o simples adiamento da construção do empreendimento de luxo, as alterações no projeto tais como a conexão viária entre a frente d'água e o Centro, a proibição de grades, o comércio adicionado ao térreo das edificações, alguma redução de gabarito e do tamanho dos apartamentos. Tudo isso pode ter nos deixado cansados, mas se considerarmos todo o percurso como fruto, também temos algo que não se apaga: toda uma pedagogia do ativismo e do estar politicamente no mundo, na militância e também na vida de cada um se pensando e pensando a cidade enquanto vive.

“
O que de fato os
tornou uma marca no
Recife não foi tanto
o seu passado, mas
os seus últimos
anos

FOTO: Chico Ludermir / Direitos Urbanos





FOTO: Leonardo Cisneiros/Direitos Urbanos

Articulação Recife de Luta no processo de revisão do Plano Diretor da cidade do Recife (PE)

Sem ilusão de que a realidade se transformaria só com a mudança da lei, um campo político, alinhado ao direito à cidade, pautou a revisão do Plano Diretor como um processo para discutir outro modelo de cidade

Rud Rafael : Educador da FASE em Pernambuco e coordenador da Articulação Recife de Luta.

Socorro Leite: Diretora nacional da ONG Habitat para a Humanidade e coordenadora da Articulação Recife de Luta.

O FIM

*Recife, cruel cidade
águia sangrenta, leão.
Ingrata para os da terra,
boa para os que não são.
Amiga dos que a maltratam,
inimiga dos que não,
este é o teu retrato feito
com tintas do teu verão
e desmaiadas lembranças
do tempo em que também eras
noiva da revolução.*

O INÍCIO

*"Hoje, serena flutua,
metade roubada ao mar,
Metade à imaginação,
Pois é do sonho dos homens
Que uma cidade se inventa."*

Carlos Pena Filho
(Guia Prático da Cidade do Recife)

Uma cidade se faz nas disputas das leis, do chão e do imaginário. No caso do Recife, hoje a capital mais desigual do Brasil¹, essas disputas são elementos fundantes da cidade. A sua origem é marcada pelos seus fatores geográficos, mas seu destino, como aponta Carlos Pena Filho², foi selado pelo elemento imaginário. Surgida a partir do porto, a cidade se torna a capital da Capitania Hereditária de Pernambuco, a mais próspera durante parte significativa do período colonial, quando vigorou o ciclo econômico da cana-de-açúcar, em virtude da invasão holandesa. Diferente dos portugueses, que tinham como referência cidades que partiam de ocupações de áreas acidentadas, montanhosas, os holandeses viam na planícies alagadas as semelhanças necessárias com Amsterdã e outras cidades de sua terra natal. Fizeram de Recife o epicentro de sua ocupação e, literalmente, puseram fogo em Olinda.

Outro elemento do imaginário da cidade é seu caráter vanguardista e revolucionário, como os ocorridos de 1817, 1824 e 1848, que fizeram com que a cidade ficasse conhecida como A Noiva da Revolução³.

¹ Ver <https://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/recife-capital-brasileira-da-desigualdade/>

² Advogado, jornalista e importante poeta pernambucano.

³ Recife ficou conhecida assim por ser palco de episódios como a Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Praieira (1848).

O Recife foi assim se urbanizando, com o povo construindo o próprio chão. As planícies alagadas davam lugar a um novo território construído a muitas mãos. Para ter um lugar para levantar um teto valia aterrar, colocar entulho e ir erguendo uma casa. Muitas vezes, como no caso das palafitas, nem chão havia. Era sobre a água mesmo que se vivia. Quer dizer, ainda se vive.

As associações de moradores e conselhos de bairro foram dando um novo sentido de organização a esses agrupamentos de pessoas cada vez maiores. E quando muita gente, que já tinha sido removida de outras áreas e, por isso, tinha ocupado áreas de morro, se viu ameaçada de perder o chão, foi criado o Movimento Terras de Ninguém.

Enquanto o Recife se expande, várias lutas permitem o avanço de algumas leis que resguardam as identidades e protegem as pessoas da expulsão de seus lugares. A instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) e posterior criação do Plano de Regularização dessas áreas (o Prezeis) inspirou outras cidades e evitou a remoção de boa parte das pessoas que ocuparam seu lugar de moradia. Contudo, mesmo com tais medidas, o que se vê nas décadas seguintes é o avanço do mercado imobiliário, respaldado e apoiado pelo poder público.

Nem as legislações federais, a exemplo do Estatuto das Cidades, da lei que cria o Sistema Nacional de Habilitação de Interesse Social (SNHIS) e outros marcos nos anos 2000 foram suficientes para democratizar a cidade. Nem o fato de terem nascido aqui, defendem sempre as (os) recifenses, esses marcos importantes para a defesa da função social da propriedade foram capazes de tirar Recife da inércia.

Provocadas por essa máquina de exclusão que virou Recife, forças sociais, que saem de diferentes campos de disputa na cidade, começam a reconfigurar um campo para pautar a revisão do Plano Diretor do Recife entre 2017 e 2018. Sem muita ilusão de que a realidade se transformaria apenas com a mudança de uma lei, esse campo político, que se alinhava sob a ótica do direito à cidade, passa a pautar o plano como um processo para discutir um outro modelo de cidade. Assim, parte das organizações que compunham o antigo Fórum Estadual de Reforma Urbana (Feru) se uniu a novos atores provenientes da luta em torno do movimento Ocupe Estelita, do Coque (R)Existe, do Comitê Popular da Copa, de ambulantes, sem-teto e grupos de assessoria técnica, começando a provocar o debate acerca do Plano Diretor, na tentativa de influenciar no processo participativo e gerar o debate necessário. Em paralelo, outras provocações foram acontecendo no sentido de pautar soluções mais inclusivas para a cidade: levantamentos de informações sobre conflitos

fundiários, que explicitavam a importância de proteger as comunidades como ZEIS; mapeamentos de imóveis vagos na região central do Recife, a fim de pautar a disponibilização desses imóveis para moradia social; entre outros.

Tais processos dão origem, em meados de 2018, à Articulação Recife de Luta (ARL). A ideia foi pautar de forma organizada o processo e os conteúdos do Plano Diretor. Contudo, logo ficou claro que os planos da prefeitura do Recife não incluíam um processo participativo adequado para viabilizar a revisão do Plano e demais legislações previstas no Plano de Ordenamento Territorial (POT), contratados com recursos do Banco Mundial. A proposta metodológica apresentada no Conselho da Cidade para revisão do Plano Diretor previa a compactação de todo o processo participativo em quatro meses. Mesmo já organizada para a defesa de um processo justo, a sociedade civil não lucrativa⁴ presente no Conselho sofre, então, sua primeira derrota em função da aliança entre a prefeitura e o mercado imobiliário.

Daí por diante, um calendário de ações programadas para acontecer inicialmente em 11 meses pelo termo de referência da consultoria passa a ser implementado em quatro meses, sem a mobilização adequada e sem a necessária habilitação dos sujeitos para a participação, sem a apresentação de diagnóstico e estudos prévios que embasassem a elaboração do plano. Diante desse atropelo, a ARL resolve que vai questionar o processo por dentro e por fora a partir de um imenso esforço de agregar forças e sensibilizar para a importância da discussão, promovendo uma agenda de conversas com grupos e comunidades e participando dos momentos formais de revisão do Plano para denunciar o atropelo do processo.

A Articulação Recife de Luta passa a promover mobilização de grupos e comunidades, debates temáticos, materiais audiovisuais e participar de todos os debates possíveis relacionados ao tema, convocando à participação e à resistência. A tentativa de se fortalecer internamente para um debate em linguagem técnica e de sensibilizar e agregar outros foi uma tarefa árdua e muitas vezes dolorosa, já que o processo jogava contra. Por isso, muitas das provocações feitas não conseguiram agregar de fato os sujeitos ao processo.

Apesar de todas as restrições de informação, tempo e espaços adequados à construção coletiva, a Recife de Luta passou a trabalhar em conteúdos, buscando incorporar os diversos olhares despertados pela própria articulação

“

(...) da população residente de 13 mil pessoas em 1910, 5 mil foram desalojadas em 12 meses. A evasão levou embora cerca de 10 mil pessoas num período de 13 anos

⁴ O setor empresarial é considerado sociedade civil. Aqui estamos nos referindo a entidades sem fins de lucro, como associações, organizações e movimentos sociais.

para esse debate. Com base na preocupação em ampliar o reconhecimento do direito à cidade dos diferentes sujeitos sociais e tentar reduzir os impactos das estratégias de ocupação da cidade pelo mercado imobiliário, foram trabalhadas 30 propostas⁵, que materializavam as discussões realizadas e se transformaram em uma agenda política comum.

A essa altura, a ARL já tinha formalizado denúncias junto ao financiador (Banco Mundial), ao Ministério Público e aos Tribunais de Contas. Nada fez a prefeitura recuar em seus planos. Decidiu-se, então, que se faria um ato durante a conferência⁶ e que as delegadas e delegados ligados à ARL se retirariam. Assim ocorreu e a abertura do evento foi interrompida sob a denúncia de manipulação do processo e da própria conferência. Não havia condições de participação e defesa das propostas que, inclusive, nem constavam no texto principal da conferência. A farsa da participação chegava ao seu auge, só que dessa vez com uma ruptura clara dos que tentaram contribuir durante todo o processo.

Entendendo que a luta pela cidade se materializa no Plano Diretor, mas também na dinâmica concreta de resistências da cidade, a Articulação Recife de Luta em 2019 buscou potencializar processos de convergência no Recife. Foi assim quando, por exemplo, puxamos uma plenária conjunta no Estelita, no início deste ano, envolvendo a luta pelo Cais, mas também representações de outros conflitos, como o da comunidade Caranguejo Tabaiaras, do Edifício Holiday, da comunidade do Bode, de comerciantes informais, que foram construindo conexões nas suas resistências e uma agenda de fortalecimento mútuo. E nesse sentido, de buscar reconectar territórios e resistências, tem se produzido vários avanços. Um deles foi o Encontro de Comunidades, em outubro de 2019, que buscou intercambiar experiências de 10 comunidades do Recife, em contextos diferenciados envolvendo a questão da moradia.

A relação entre o Recife das lutas, das leis e do imaginário permanece em constante disputa, aberta para a história e buscando produzir novos possíveis sentidos para o direito à cidade. Parafrazeando Chico Science, seguimos caminhando juntas e juntos, produzindo novas pontes, ressaltando a potência dos nossos rios e reverberando nossos *overdrives*.

⁵ Todos os materiais mencionados podem ser encontrados na página: www.recifedeluta.org

⁶ Conferência do Plano Diretor do Recife



Foto: Gilka Resende / FASE



FOTO: Bob Barbosa

O Plano Diretor em Santarém (PA)

A revisão do Plano Diretor de Santarém foi marcada pela disputa entre os interesses dos empresários do agronegócio e a luta dos movimentos sociais a fim de garantir a proteção dos bens comuns

Sara Pereira: Educadora da FASE na Amazônia.

O Plano Diretor é tido como o principal instrumento da política urbana brasileira, assim consagrado no art. 182 da Constituição. E a lei federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade - regulamenta os requisitos para elaboração e revisão desse Plano, preconizando o princípio da gestão democrática da cidade como elemento basilar de todo o processo, o qual se materializa, fundamentalmente, pela participação popular.

Em Santarém (PA), o processo de revisão do Plano Diretor foi marcado pela disputa entre os interesses dos empresários do agronegócio de incidir sobre a destinação dos territórios para seus empreendimentos e a luta dos movimentos sociais a fim de garantir a proteção dos bens comuns para usufruto da população.

A compreensão desse contexto exige menção à expansão da fronteira agrícola em Santarém com o avanço do monocultivo da soja no início dos anos 2000, notadamente a partir da instalação da multinacional Cargill em 2003. Um dos principais cartões postais da cidade é o encontro das águas esverdeadas do rio Tapajós com as barrentas do Amazonas, que correm paralelas numa harmoniosa convivência. Tal harmonia, porém, não se repete na relação de chegada da soja com a histórica dinâmica urbana da região. A instalação do porto graneleiro da Cargill extinguiu a praia da Vera Paz, que era muito frequentada por ficar localizada bem no centro da cidade. Além de privar a comunidade do acesso à praia (que foi aterrada para dar

lugar ao porto) e ao rio, o porto da Cargill também expulsou comerciantes que tinham barracas no local, pescadores que ali aportavam suas canoas e comercializavam o pescado, além de sepultar um sítio arqueológico que continha registros de mais de 10 mil anos de ocupação humana¹. Ademais, o monocultivo da soja se apropriou de áreas rurais antes ocupadas predominantemente pela agricultura familiar, provocando desterritorialização e êxodo rural e, conseqüentemente, o inchaço das periferias urbanas.

Como é sabido, empreendimentos portuários, e outros grandes projetos, chegam com o falacioso discurso desenvolvimentista, anunciando emprego e renda. Mas, como também se observa historicamente, esse anúncio não se concretiza. Os empregos gerados são poucos e se dão, sobretudo, no momento inicial dos empreendimentos. Depois, os postos de trabalho são reduzidos e aos operários locais restam, quando muito, ocupações com baixa remuneração.

Não bastasse a frustração com as falsas promessas, as famílias que vêm do campo para a cidade sofrem com as mudanças nas relações comunitárias e com as novas

¹ GOMES, Denise Maria Cavalcante. GOUVÊA, José Gouvêa Luiz. Contextos domésticos no sítio arqueológico do Porto, Santarém, Brasil, identificados com o auxílio da geofísica por meio do método GPR. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n3/10.pdf>.

dinâmicas de vida. Principalmente porque o espaço a elas “destinado” não é aquele com boa infraestrutura, dotado de equipamentos públicos e de fácil acesso a bens e serviços. Vão morar nas periferias, com falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à água potável, transporte público insuficiente, energia elétrica irregular, sem coleta de lixo ou com serviço precário, sem iluminação pública, com escassez de áreas de lazer e distante dos locais de atendimento à saúde. Normalmente, essas ocupações se dão às margens de igarapés e lagos, os quais acabam sendo transformados em córregos de lixo, aterrados precariamente, violando a legislação ambiental e gerando habitações irregulares, inadequadas, insalubres e de risco.

As mulheres são ainda mais afetadas, pois além de todos os problemas já mencionados, enfrentam também o risco da violência sexual, o medo de se locomover em ruas inseguras, a inexistência de creches para deixarem suas crianças enquanto saem para o trabalho e a dificuldade de se adaptar longe de seus familiares e da rede de solidariedade comunitária, com a qual podiam contar no dia a dia da vida interiorana.

Igualmente comum é notar que a gestão pública (que tanto apoia e defende o agronegócio) não dá conta de atender o crescimento das demandas por políticas públicas urbanas provocadas pelo vertiginoso adensamento populacional nas periferias das cidades. São hospitais super lotados, acidentes de trânsito cada vez em maior proporção, falta de postos de trabalho, aumento da criminalidade, violência contra a mulher, crescente número de sem tetos, abuso de crianças e adolescentes, entre outras mazelas.

O crescimento econômico tão alardeado pelos donos dos grandes negócios fica concentrado em seus próprios bolsos. À população são impostos os ônus de uma reconfiguração urbana marcada pela excludente dinâmica da expropriação territorial.

Além disso, quem resiste e fica no campo sofre com a contaminação por agrotóxicos e com a especulação imobiliária, que pretende transformar assentamentos em condomínios de luxo, privatizando o uso de igarapés e praias que são, na verdade, bens comuns do povo.

E foi exatamente na perspectiva de avançar na apropriação dessas áreas que empresários do agronegócio e do setor imobiliário se mobilizaram para incidir no processo de revisão do Plano Diretor de Santarém, estabelecendo barganhas eleitorais com políticos locais, numa espécie de troca de favores.

Na Conferência final do processo de revisão da lei, em 23 e 24 de novembro de 2017, a população aprovou a proposta que mantinha a região do Lago do Maicá (na área urbana de Santarém) para pesca artesanal, atividade turística de base comunitária e embarque e desembarque de pequeno porte para comunidades ribeirinhas, derrotando a proposta do agronegócio que reivindicava a área para construção de portos graneleiros, cujo licenciamento ambiental foi suspenso por determinação judicial por ferir o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada das populações tradicionais, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sem aceitar a derrota, os sojicultores saíram do evento prometendo reverter o resultado da votação na Câmara de Vereadores.

O texto aprovado na Conferência foi transformado em Projeto de Lei (PL) e encaminhado à Câmara Municipal para

a devida tramitação. Entretanto, o PL seguiu inerte por todo o ano de 2018, apesar das cobranças dos movimentos sociais. Surpreendentemente, no apagar das luzes da última sessão legislativa de 2018, e aproveitando a desmobilização popular por conta das festas de fim de ano, o PL foi levado à votação no plenário, com mudanças substanciais no texto da Conferência final, favorecendo a derrotada proposta dos sojicultores. Mesmo com todo o protesto dos movimentos sociais, o prefeito sancionou a lei aprovada pelos vereadores, atendendo o desejo dos empresários do agronegócio.

Essa sorrateira manobra dos sojeiros e políticos locais, que derrubou uma legítima conquista popular no processo de revisão do Plano Diretor de Santarém, revela a captura da gestão municipal pelos interesses do agronegócio, que visa à apropriação dos bens comuns (lagos, rios, igarapés, floresta...) para a expansão de seus empreendimentos (monocultivos de soja, portos, hidrovias, ferrovias). Por consequência, ocorrem também a financeirização das cidades e a favelização das áreas urbanas e periurbanas.

Além disso, o que aconteceu em Santarém demonstra a fragilidade institucional do planejamento urbano no qual os instrumentos urbanísticos, sobretudo aqueles que não podem prescindir da participação popular, são elaborados meramente para cumprir uma exigência legal, mas nem de longe se configuram em processos verdadeiramente democráticos, em que as deliberações do povo sejam asseguradas. O que prevalece é a concepção de cidade enquanto negócio, na qual Legislativo e Executivo agem como “corretores de imóveis” ávidos para fechar a melhor transação. Assim, os agentes do capital tomam o lugar do poder público, incidindo diretamente sobre o planejamento municipal de modo a garantir que as áreas de seus interesses passem a seus domínios sob a proteção da lei.

Com o discurso de que o município tem que prover todas as condições que julgam vitais para a atração de investimentos privados, e em nome do tão propalado crescimento econômico local, vereadores e prefeito se postaram com total subserviência aos interesses do agronegócio e do setor imobiliário, destinando à acumulação financeira privada o que antes era bem comum do povo, jogando na lata do lixo o interesse coletivo, a qualidade de vida da população e a justiça socioambiental.

Em que pese a traição do Legislativo e do Executivo, os movimentos sociais deram um banho de organização e mobilização e foram vitoriosos em todas as etapas em que a participação popular era autônoma e não estava subjugada às imposições dos “donos do poder”. Para além disso, o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém também demonstrou

que a luta pelo direito à cidade na Amazônia não está circunscrita às organizações que atuam predominantemente no espaço urbano, nem tampouco as bandeiras de luta se restringem às clássicas pautas da reforma urbana: habitação, saneamento, transporte. O que mais mobilizou a população a participar foi a defesa dos territórios e dos bens comuns, como o Lago do Maicá e as praias do Tapajós que estavam sendo pleiteadas para condomínios fechados e construção de resorts. Assim, os sujeitos engajados no processo ampliaram-se das tradicionais federações e associações de moradores para pescadores, agricultores rurais, indígenas, quilombolas e assentados agroextrativistas, além de ambientalistas, professores e estudantes universitários.

“

A pluralidade de sujeitos atuantes na luta pelo direito à cidade desvela o vínculo simbiótico que os povos amazônidas tecem na vivência rural-urbana

A pluralidade de sujeitos atuantes na luta pelo direito à cidade desvela o vínculo simbiótico que os povos amazônidas tecem na vivência rural-urbana, em que as dinâmicas não se sucumbem aos limites geográficos, ao contrário, estão alicerçadas também nas subjetividades que permeiam a relação com o rio, igarapés, lagos e floresta. Relação esta que não se restringe ao aspecto contemplativo e paisagístico, tendo a ver com as tradições culturais da população, materializadas em suas necessidades cotidianas, como, por exemplo, comprar peixe direto na canoa do pescador, tomar banho de rio e/ou igarapé aos finais de semana, abraçar a samaúma² e/ou passear pela floresta encantada, apreciar o pôr do sol na orla da cidade saboreando uma cuia de tacacá ou uma farofa de piracui com banana.

É esse retrato sociocultural/ambiental que emoldura a luta dos movimentos sociais de Santarém, expressa no processo de revisão do Plano Diretor, contra a lógica capitalista do mercado, e ratificada pelo Estado, que impõe uma urbanização excludente e segregadora que visa expropriar territórios para privatizar e disponibilizar à acumulação financeira os bens comuns do povo.

O direito à cidade aqui reivindicado é pautado pela concepção de que a população deve ser vista não como consumidora, acessando apenas os espaços que pode pagar, ou se resignando ao tecido urbano precarizado, mas como produtora da cidade, incidindo nos processos políticos que podem definir o uso do solo, das águas e da floresta, a fim de garantir a reprodução dos modos de vida dos povos amazônidas, de maneira a promover o bem estar e a justiça socioambiental. Para tanto, as diversas pautas urbanas são sintetizadas na bandeira de luta pela defesa e preservação dos comuns³ como elementos constitutivos do seu bem viver nas cidades.

² Árvores que podem chegar a até 70 metros.
³ Referente aos bens comuns.



FOTO: Bob Barbosa



FOTO: Vior Nisida / Instituto Pólis

Participação Popular nos Planos Diretores Estratégicos de São Paulo: entre a pactuação e a luta

Refletindo sobre dinâmicas estabelecidas entre diferentes coletivos urbanos e também entre eles e os organismos estatais, bem como sobre efeitos de sua incidência na lei

Henrique Botelho Frota : Advogado. Mestre em Direito Urbanístico pela PUC-SP. Membro do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais - IPD-MS. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU. Atualmente Coordenador Executivo do Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

O presente texto tem por objetivo discutir os limites e possibilidades da incidência de grupos populares e movimentos sociais nos processos institucionais de planejamento urbano, utilizando-se do caso dos Planos Diretores Estratégicos (PDE) de São Paulo aprovados em 2002 e em 2014. A proposta é tentar identificar elementos que auxiliem no debate sobre a real efetividade da participação popular e sua capacidade de redirecionar os rumos do planejamento urbano no sentido da justiça sócio-territorial e do direito à cidade.

Ao eleger a experiência vivenciada em São Paulo para provocar uma reflexão, é necessário advertir desde o início que não se pretende de forma alguma restringir a complexa realidade brasileira a um só caso. Nossa rede urbana é marcada por profundas diferenças. Por essa razão, a análise de situações particulares - ainda que, no caso, estejamos tratando da maior cidade do país em termos econômicos e demográficos¹ - não é capaz de produzir, por si só, paradigmas e explicações gerais que deem conta de todas as realidades locais.

¹ O Município de São Paulo é o mais populoso do país, ultrapassando os 12,2 milhões de habitantes de acordo com as estimativas do IBGE, muito mais do que o segundo colocado no ranking, Rio de Janeiro, que possui cerca de 6,7 milhões de habitantes. No ano de 2018, as receitas orçamentárias da capital paulista superaram os 54,3 bilhões de reais, maior valor entre todas as cidades brasileiras.

Por outro lado, não podemos ser levados por uma leitura excessivamente localista e relativista. Os processos de incidência no planejamento urbano nas distintas cidades não estão isolados. Muitos grupos sociais articulam-se em redes regionais e/ou nacionais que lhes permitem intercambiar experiências e definir estratégias conjuntas. Importa também o fato de que certos atores possuem atuação simultânea em diversas cidades, tanto grupos econômicos quanto movimentos sociais. E, cada vez mais, o avanço tecnológico permite uma rápida circulação de informações. Além do mais, não podemos desconsiderar que as estruturas econômicas, ideológicas e políticas desconhecem os limites locais e permeiam as múltiplas escalas. Vendo por essa perspectiva, se formos capazes de perceber o que existe de comum e estrutural e, ao mesmo tempo, de distinguir o que é particular de cada realidade local, a experiência de São Paulo pode contribuir com processos vividos em outras cidades.

Outro aspecto que necessita ser esclarecido é que, por uma questão de escolha diante da limitação do presente texto, vamos nos ater a alguns aspectos dos processos de participação durante a elaboração dos planos diretores, procurando levantar questões sobre as dinâmicas estabelecidas pelos diferentes coletivos entre si e também entre eles e os organismos estatais, bem como os possíveis efeitos de sua incidência no texto da lei aprovada.

Portanto, não abordaremos aqui a questão da aplicação e efetividade dos planos diretores após sua aprovação, debate igualmente importante, mas que demandaria outro artigo para discussão.

Os desafios do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo de 2002

Depois de tentativas frustradas de revisão da legislação urbanística nos anos 1990, uma conjugação de fatores levou a Prefeitura de São Paulo, durante a Gestão Marta Suplicy (2001-2004), a finalmente conseguir aprovar um Plano Diretor atualizado conforme as diretrizes da Constituição de 1988. Certamente, a edição do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) foi um componente relevante. Mas não o único.

É preciso considerar que o projeto político daquela gestão estava relativamente aberto às bandeiras de luta por uma cidade mais justa e democrática, contando com quadros técnicos em setores estratégicos do planejamento urbano que apresentavam uma visão alinhada com as diretrizes do Estatuto da Cidade. Havia também alguma porosidade à incidência de movimentos populares, organizações da sociedade civil e segmentos acadêmicos que vinham historicamente construindo a agenda da reforma urbana e que se mobilizaram na Frente Popular pelo Plano Diretor.

Mas esse cenário não garantiu que a elaboração do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002 fosse tranquila. Entidades empresariais lideradas pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovil-SP), articuladas na chamada Frente pela Cidadania, fizeram a mais ferrenha oposição à proposta de Plano Diretor. A principal insatisfação do mercado imobiliário deveu-se à proposição de um coeficiente de aproveitamento básico 1,0 para toda a cidade, acima do qual deveria pagar a outorga onerosa de direito de construir. Também discordavam da demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e da previsão de instrumentos que puniam os proprietários se não cumprissem com a função social da propriedade, dentre outras questões.

Outra articulação que fez oposição ao PDE de 2002 foi o movimento Defenda São Paulo, que reúne dezenas de associações de moradores de bairros de classe média e média alta. Sua maior defesa foi a manutenção das zonas residenciais exclusivas de baixa densidade, o que assegurava a regiões da cidade um padrão elitizado de ocupação.

Havia também resistências de setores internos da própria Prefeitura de São Paulo, como na Secretaria de Finanças, e de vereadores ligados a segmentos do mercado privado ou com agendas políticas conservadoras.

E mesmo a Frente Popular pelo Plano Diretor apresentou críticas quanto ao processo participativo e a insuficiente previsão de

áreas demarcadas como ZEIS em regiões bem localizadas da cidade. Diante das várias disputas de interesses e das críticas quanto à participação, a Câmara Municipal decidiu por também abrir um processo participativo, tendo realizado 26 audiências públicas e mais dezenas de reuniões com diferentes segmentos. Desse processo liderado pelo Vereador Nabil Bonduki, relator do projeto de lei, foi proposto um substitutivo com modificações que faziam concessões aos diversos grupos. Assim, por quase unanimidade, o PDE foi aprovado em 2002 com a incorporação de todos os instrumentos do Estatuto da Cidade, incluindo a demarcação de ZEIS pela primeira vez na história de São Paulo. Mas também foram asseguradas as zonas residenciais exclusivas, que reservavam os bairros de classe média e alta, impedindo que famílias de outras camadas sociais pudessem viver ali. E, a favor do mercado imobiliário, foram previstas regras de transição e coeficientes de aproveitamento básico que variavam de 1,0 a 2,0 conforme a zona.

O Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2014

Depois da aprovação do PDE de 2002, houve tentativas de revisão para atender a interesses privados durante as gestões de Gilberto Kassab. Contudo, os segmentos da sociedade civil que haviam se mobilizado na aprovação do plano conseguiram impedir as tentativas de alterações, inclusive com ações judiciais.

Quando Fernando Haddad assumiu o comando da Prefeitura, em janeiro de 2013, o prazo de dez anos estabelecido pelo Estatuto da Cidade para revisão do Plano Diretor já havia se esgotado e a gestão assumiu o compromisso de apresentar uma proposta de lei. Em pouquíssimo tempo, a equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano realizou um processo participativo, procedeu a estudos técnicos e apresentou uma minuta de projeto de lei que foi enviado à Câmara Municipal já em setembro do mesmo ano.

Na opinião de Nabil Bonduki e Rossella Rossetto², a revisão que culminou com a aprovação do Plano Diretor Estratégico de 2014 teve um processo mais participativo, bem conduzido e intenso do que o que ocorreu com o PDE de 2002. No entanto, mesmo com muito mais acúmulos, com um cenário bem mais avançado em termos de conhecimento técnico, estudos, experiências e tecnologia, a brevidade com que o projeto de lei foi proposto despertou novamente críticas a respeito da insuficiência do processo participativo. Até mesmo porque, além dos grupos e segmentos que já haviam atuado na revisão anterior, muitos outros coletivos e movimentos despertaram para o debate. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que não havia atuado durante a revisão na Gestão

² BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella. A reforma urbana no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2002 e 2014. IN: BONDUKI, Nabil (org.). A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.



FOTO: Vitor Nisida/Instituto Polis

Marta Suplicy, foi um dos novos atores que entraram em cena. E as "Jornadas de Junho de 2013" mostraram a multiplicidade de demandas urbanas não necessariamente vocalizadas por grandes movimentos sociais.

Isso fez com que, novamente, o Poder Legislativo tivesse que ampliar as possibilidades de contribuição com a realização de 65 audiências públicas e negociações com os diversos segmentos. Ao todo, foram recebidas cerca de 10 mil contribuições. O novo PDE foi finalmente aprovado e sancionado pelo prefeito em julho de 2014, com uma estratégia territorial mais clara, apresentando avanços e novos instrumentos urbanísticos³. Mas também com concessões feitas a interesses privados, da mesma forma como ocorreu anteriormente.

³ Foram demarcadas mais ZEIS na cidade, aprimorada a regulamentação dos instrumentos da função social da propriedade, instituída a cota de solidariedade, dentre outros avanços.

Alguns aprendizados da experiência de São Paulo

As experiências relatadas indicam que os movimentos populares não podem se satisfazer com os calendários oficiais de participação designados pelo Poder Público, pois, mesmo em gestões alinhadas com agendas progressistas, eles são extremamente insuficientes. A incidência popular precisa ser encarada estrategicamente, com atuação dentro e fora das institucionalidades, em todos os estágios do debate sobre o Plano Diretor.

Outra questão é que a desigualdade de condições e de poder impõe a realização de alianças entre os grupos populares e os quadros técnicos, tanto os que estão dentro do Poder Público quanto aqueles que atuam nas universidades e organizações da sociedade civil. Também não devemos ter a ilusão de que existem gestões municipais totalmente alinhadas com os interesses populares. Embora haja contextos e grupos políticos bem mais receptivos às demandas pelo direito à cidade, isso não significa que as forças conservadoras estejam anuladas. É preciso sempre explorar as fissuras institucionais, inclusive acionando o Judiciário se for o caso.

A visão bastante difundida de que o Plano Diretor é um contrato social parece um tanto ingênua ao pressupor que os atores envolvidos estariam imbuídos de um espírito republicano e de uma conduta ética e transparente. As incontáveis experiências nas cidades brasileiras, incluindo São Paulo, mostram que a vida real é bem mais selvagem. Os interesses, especialmente do mercado privado, não são todos postos na mesa. O poder econômico opera por meio de mecanismos não democráticos. As regras do jogo são constantemente desrespeitadas.

O que a experiência do PDE de São Paulo revela é que não existe um pacto forte entre as diversas forças sociais em torno do Plano Diretor. O que se deu foi uma acomodação dos interesses a partir das concessões feitas, muitas delas incompatíveis entre si diante do projeto de cidade. Movimentos de moradia satisfeitos com as ZEIS e com áreas para construção de habitação popular, segmentos da classe média alta satisfeitos com suas zonas de auto segregação e mercado imobiliário satisfeito com a exploração da terra, ainda que tenha que pagar um pouco mais por isso.

A luta dos movimentos urbanos comprometidos com o direito à cidade não deve se limitar a um ou outro instrumento urbanístico, ou a um ou outro território apenas. É preciso construir uma visão integral do desenvolvimento urbano e pensar a cidade como um todo. Se é verdade que avançamos muito na regulamentação das ferramentas urbanísticas, também é verdade que estamos longe de conquistar o direito à cidade para todas e todos. Ainda estamos lidando com territórios fragmentados e excludentes. Nossa tarefa é superar essa visão e construir novos paradigmas para pensar as cidades.



FOTO: Fábio Lima / ME Portal da Copa - Fotos Públicas

Revisão do Plano Diretor em Fortaleza: por que ainda investir nessa disputa?

Reflexões sobre o lugar do processo de revisão do Plano Diretor na atual conjuntura enquanto uma das searas possíveis de luta por uma gestão democrática da cidade

Valéria Pinheiro: Bacharel em Direito pela UFC, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ; pesquisadora do LEHAB/UFC e membro da Frente de Luta por Moradia Digna e do Campo Popular do Plano Diretor.

A realidade vivenciada em Fortaleza (CE) em termos de gestão urbana se assemelha a muitas outras grandes cidades brasileiras, atualmente. Ao mesmo tempo, os embates e as opções políticas assumem contornos que dizem respeito à correlação de forças que se expressa localmente. No cenário atual, a revisão do Plano Diretor (PD) da capital cearense aparece no horizonte dos movimentos sociais urbanos com um misto de temeridade e oportunidade, mas não de indiferença.

Em 2019, a lei vigente (nº 062/2009) completa dez anos e, depois de meses de cobrança de segmentos notadamente organizados na Frente de Luta por Moradia, aconteceram as primeiras movimentações públicas da prefeitura quanto à sua revisão. Importa registrar, desde já, que o processo anterior de revisão do Plano Diretor levou sete anos, desde o primeiro evento público em que a sua revisão foi o mote, com imediata reação dos movimentos populares, e a sua aprovação na Câmara, em 2009.

Ele foi marcante por vários aspectos. Primeiro por sua duração (2002-2009), que pautou fortemente os movimentos do campo da reforma urbana e outros próximos¹. Também por

¹ Campo protagonizado pelo fórum local de Reforma Urbana – o Núcleo de Habitação e Meio Ambiente/NUHAB, com a aproximação posterior de outros agentes, notadamente ligados à luta pela preservação do meio ambiente.

seu pioneirismo, sendo Fortaleza a primeira capital a lançar uma “campanha advocacy” por um Plano Diretor participativo, anterior à campanha nacional desenvolvida institucionalmente pelo Ministério das Cidades. Tivemos ainda a defesa das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como principal bandeira levantada pelas comunidades organizadas, garantindo a primeira previsão legal deste instrumento em 2009, na cidade. E, por fim, por ter sido o processo responsável por desvelar de forma clara as relações – no mínimo – contraditórias entre uma gestão de um partido que se reivindica(va) de esquerda e setores hegemônicos do capital, notadamente organizações do mercado imobiliário, com consequente desconsideração de muitas demandas populares.

No caso do ciclo de fóruns de reforma urbana nacional, estaduais e locais, veio a organização de parte das forças sociais urbanas nos Comitês Populares da Copa², e, após o megaevento esportivo, tais agentes se agregaram em diversos coletivos. Após cinco anos de existência, passada a Copa da

² Três meses após a aprovação da lei na Câmara, Fortaleza foi escolhida como uma das cidades-sede da Copa do Mundo da Fifa de 2014 e, apesar do cansaço e traumas do longo embate recém-“finalizado”, algumas entidades remanescentes deste passaram a olhar para os possíveis impactos negativos deste megaevento, a partir das experiências de cidades anteriores, e pensar em como se contrapor a isso. No fim de 2009, é lançado o Comitê Popular da Copa de Fortaleza, a partir de uma atividade da ONG Cearah Periferia, que também foi a entidade que coordenou a campanha por um Plano Diretor participativo, enquanto projeto advocacy.

Fifa, o Comitê se dissolve, mas, por demanda das comunidades, cientes da importância de continuarem em um espaço coletivo de resistência, buscam se organizar de outras maneiras.

Alguns meses depois, surge a Frente de Luta por Moradia Digna (FLMD), propulsora inicial do processo atual de resistência. Alguns agentes são recém-chegados neste debate, alguns permanecem. As pautas também oscilam entre permanências e novidades. As estratégias trazem muito do aprendizado com o processo passado, mas necessariamente são readequadas para o tempo atual.

Revisão do Plano Diretor na atual conjuntura

O breve relato acima foi incluído aqui para que não se perca a dimensão histórica dos processos. Nenhuma das ações atuais está desconectada de trajetórias anteriores. Neste artigo, nos propomos a refletir sobre o lugar do processo de revisão do Plano Diretor na atual conjuntura, enquanto uma das searas possíveis de luta por uma gestão democrática da cidade, utilizando-se da experiência e perspectivas de Fortaleza, “cidade competitiva”, “cidade sustentável”, “cidade com futuro”³.

A aproximação do prazo de revisão da lei do Plano Diretor suscitou reflexões e debates preliminares por parte do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB/UFC), compartilhados nos espaços nos quais atuamos, notadamente na Frente de Luta por Moradia Digna. As movimentações advindas do Poder Público passaram a ser acompanhadas e a gerarem reações.

³ Nomes de planos estratégicos lançados pela prefeitura recentemente. Esses trazem projetos e mudanças institucionais de grande impacto no território da cidade, construídos pela gestão e alguns segmentos ligados ao capital imobiliário, em desconexão com a lei do Plano Diretor.

Em janeiro de 2017 é publicado o Decreto 13964, que prevê a contratação de até 33 profissionais “visando contribuir para a atualização do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR) e atividades complementares”, convocadas em julho do mesmo ano. A prefeitura envia então o projeto de lei de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, previsto no PD desde 2009, sem nenhum debate público prévio, conforme define o artigo 290 do PDPFOR. Houve reação das entidades ligadas à Frente de Luta por Moradia Digna que, em conjunto com ações do Ministério Público Estadual (MPE), conseguiram a retirada do texto da pauta na Câmara. A proposta não respeitava o acúmulo sobre o tema, em termos de sua forma, composição e poder de deliberação.

Também em 2017 acompanhou-se a aprovação da nova Lei de Uso e Ocupação do Solo, mais um processo diretamente ligado ao Plano Diretor, mas dissociado dos seus objetivos e dinâmicas, com uma interferência significativa no zoneamento atual, por exemplo, com a instituição unilateral de 20 novas Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS) e boicote às ZEIS, que deveriam ser prioridade. A gestão do prefeito Roberto Cláudio (PDT) privilegia a elaboração de planos estratégicos e a execução de grandes projetos urbanos. Estes não são submetidos ao debate público, as informações detalhadas são inacessíveis e suas prioridades não atendem às diretrizes do PD atual, tendo seu conteúdo assumido protagonismo, inclusive, no processo de debate do ciclo orçamentário. Desde o fim de 2017, a gestão municipal nega que tivesse dado início à revisão do Plano Diretor, informação questionada em todos os espaços possíveis. Dado o correr do tempo, decidiu-se então, em plenária da FLMD, que se iria propor a construção de uma outra articulação específica para este embate⁴.

⁴ A avaliação era de que, dada a dimensão deste tema, caso a Frente encampasse a luta por um Plano Diretor participativo por si mesma, tal pauta poderia se sobrepôr à articulação atual, que tem sua pauta e percursos específicos.

No início de 2018, iniciamos a convocação de Plenárias do Campo Popular do Plano Diretor. Também foram feitas movimentações no sentido de obter um posicionamento da prefeitura que confirmasse oficialmente que o projeto já estava em construção a portas fechadas. Ocorreram três plenárias em 2018. E, em novembro desse mesmo ano, a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente responde por ofício ao MPE que a equipe contratada em 2017 – no edital referido acima – apenas estava trabalhando no Projeto Orla, e não no Plano Diretor.

No início de 2019, as entidades organizadas na FLMD decidem centrar mais forças na articulação pró-revisão participativa do Plano Diretor, já que, em alguns meses, este completaria seus dez anos de validade. Em março deste ano, então, ocorre a 1ª Plenária de (re)articulação do Campo Popular do Plano Diretor, com bastante representatividade. Desde então ocorrem plenárias mensais, algumas reuniões extraordinárias e atividades das suas comissões (formação, mobilização e provocação). Na comissão de formação, por exemplo, atende-se às demandas que chegam de ações em comunidades, associações, coordenações de movimentos sociais, outras redes etc, em temas pertinentes ao Plano Diretor, com destaque para a questão dos vazios urbanos e instrumentos urbanísticos.

O Campo Popular do Plano Diretor atualmente conta com a participação continuada de comunidades várias, movimentos de moradia, assessorias técnicas, universidades, entidades do campo ambiental e algumas representações mais esporádicas, como do campo da cultura, segurança pública e defensores de direitos humanos em geral.

Lutas que guardam relação com o Plano Diretor atravessam este percurso, como a regulamentação de dez ZEIS prioritárias, ameaças de remoção por grandes projetos urbanos e fortes grupos econômicos, disputa por orçamento público para políticas urbanas, pressão contra perdas de territórios ambientalmente frágeis, mudanças legislativas no varejo, planos estratégicos apresentados como direcionadores de gestão pública, avanço da violência nos territórios etc. Em todos os espaços em que atua, o Campo Popular do Plano Diretor busca fazer a conexão entre estes assuntos e a defesa de um Plano Diretor participativo. Isso fortalece a pauta e aproxima uma diversidade de agentes. A participação de grupos das Universidades complexifica a leitura das possibilidades de disputa por uma cidade mais justa e sustentável.

A articulação de parcerias externas também tem sido crucial. O Ministério Público Estadual – notadamente nas suas promotorias de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e na de Conflitos Fundiários – tem se colocado de forma diligente na defesa

de um processo efetivamente legal e democrático. Alguns espaços na imprensa visibilizam a pauta de forma responsável, e não superficial. Movimentos sociais próximos, mesmo com tantas pautas e agendas a dar conta por si mesmos, fortalecem o Campo Popular do Plano Diretor em algumas ações específicas. A reverberação do que é vivenciado em Fortaleza para além dos limites da cidade também fortalece as justas reivindicações locais.

Em julho de 2019, o LEHAB/UFC, uma das entidades do Campo Popular do Plano Diretor, foi procurado pelo gabinete do prefeito para uma reunião sobre a metodologia de revisão do Plano Diretor. A presença de mais de dez assessores do prefeito, por quase três horas, deixou nítido o posicionamento da equipe em hipervalorizar a participação virtual, além do pouco peso da contribuição de segmentos organizados no processo. Esta mesma apresentação foi feita a membros do MPE, que questionaram pontos similares.

“

Não temos ilusões com relação ao Plano Diretor enquanto panaceia jurídico-urbanística. Decidimos investir forças nesta pauta porque conectadas a ela estão diversas disputas estruturais

Nesta reunião, o LEHAB afirmou que ali se posicionava enquanto Campo Popular, pontuando a imprescindibilidade de um Núcleo Gestor que decida sobre o processo de construção da lei, a irresponsabilidade de se finalizar um processo como este em três meses – a não ser que a prefeitura já tivesse uma proposta pronta, fato que se confirmou em seguida – e que a participação virtual não poderia ser o principal canal de formulação, e sim debates presenciais, públicos e com linguagem didática, sujeitos ao contraditório. E, por fim, que o documento final a ir para o Legislativo não fosse fechado unicamente pela gestão. O coordenador técnico do Plano Diretor pela prefeitura afirmou que, do conteúdo das resoluções do Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), eles não consideravam o Núcleo Gestor algo “pertinente”, mas que as demais demandas iam ser avaliadas.

Ainda em julho, um furo de um dos jornais de maior circulação confirma o que o Campo Popular do Plano Diretor afirmava: o projeto de lei do Plano Diretor de Fortaleza já estava pronto, feito a portas fechadas pela prefeitura. A gestão negou, disse que se tratava de um documento preliminar de alguma secretaria, mas ao fazer *download* do documento no site do jornal se verifica que era a minuta da lei, completa, inclusive com carta de encaminhamento da mesma à presidência da Câmara de Vereadores. O documento foi então rapidamente analisado pelas assessorias técnicas do Campo Popular do Plano Diretor e ficou atestado, por exemplo, o retrocesso em relação às zonas ambientais, a desconsideração das ZEIS e uma grande ênfase em instrumentos e coeficientes benéficos para concentração de renda e de poder na cidade. Tal reverberação levou a um passo vitorioso do Campo Popular, pois fez com



FOTO: Fábio Lima / ME Portal da Copa - Fotos Públicas

que a prefeitura negasse o envio de tal documento para a Câmara, inviabilizando o mesmo em grande parte.

O Campo Popular decide, diante das últimas movimentações da prefeitura, entrar com o pedido de uma ação de improbidade no MPE, entregue em 10 de julho de 2019. Além disso, não aceita reunir-se com a equipe do gabinete para ouvir sua metodologia de participação, lançando uma carta ao prefeito em que deixa claro quais são os seus posicionamentos⁵. A imprensa repercute e, em alguns dias, a prefeitura recua e passa a construir, com a colaboração do MPE e do Campo Popular, o edital de convocação

⁵ Posicionamentos que já tinham sido apresentados pelo LEHAB em reunião.



FOTO: José Cruz - ABR / Fotos Públicas

de eleição do Núcleo Gestor. Discordâncias estruturais mais uma vez surgem, e, após intensa reação do Campo, a prefeitura modifica sua proposta de edital, que antes exigia uma extrema burocratização para os movimentos populares votarem e se candidatarem neste espaço. Mesmo assim, manteve a reserva de quatro vagas para entidades patronais, enquanto os movimentos populares de moradia disputam uma. Além disso, no segmento acadêmico, não reconheceu a diversidade e a autonomia das entidades universitárias, reservando ao reitor – no caso da Universidade Federal do Ceará (UFC)⁶, a indicação de seu representante. O Campo Popular também está em plena organização e articulação para a disputa efetiva deste espaço.

Ousadia na luta por mudanças estruturais

Em um processo marcado pela sua dinamicidade e alto teor político, não nos é possível fazer considerações finais. Trazemos, neste breve artigo, o registro do percurso contemporâneo em Fortaleza, atravessado pela diversidade de entidades, instituições, movimentos sociais e pessoas presentes e pela correlação de forças na cidade, com rebatimento, inclusive, nacional. Por isso também consideramos importante a conexão do nosso campo com iniciativas similares em outras cidades. Mesmo com o desmonte da estrutura institucional com vistas ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, nós, da sociedade civil, nos colocamos esta missão.

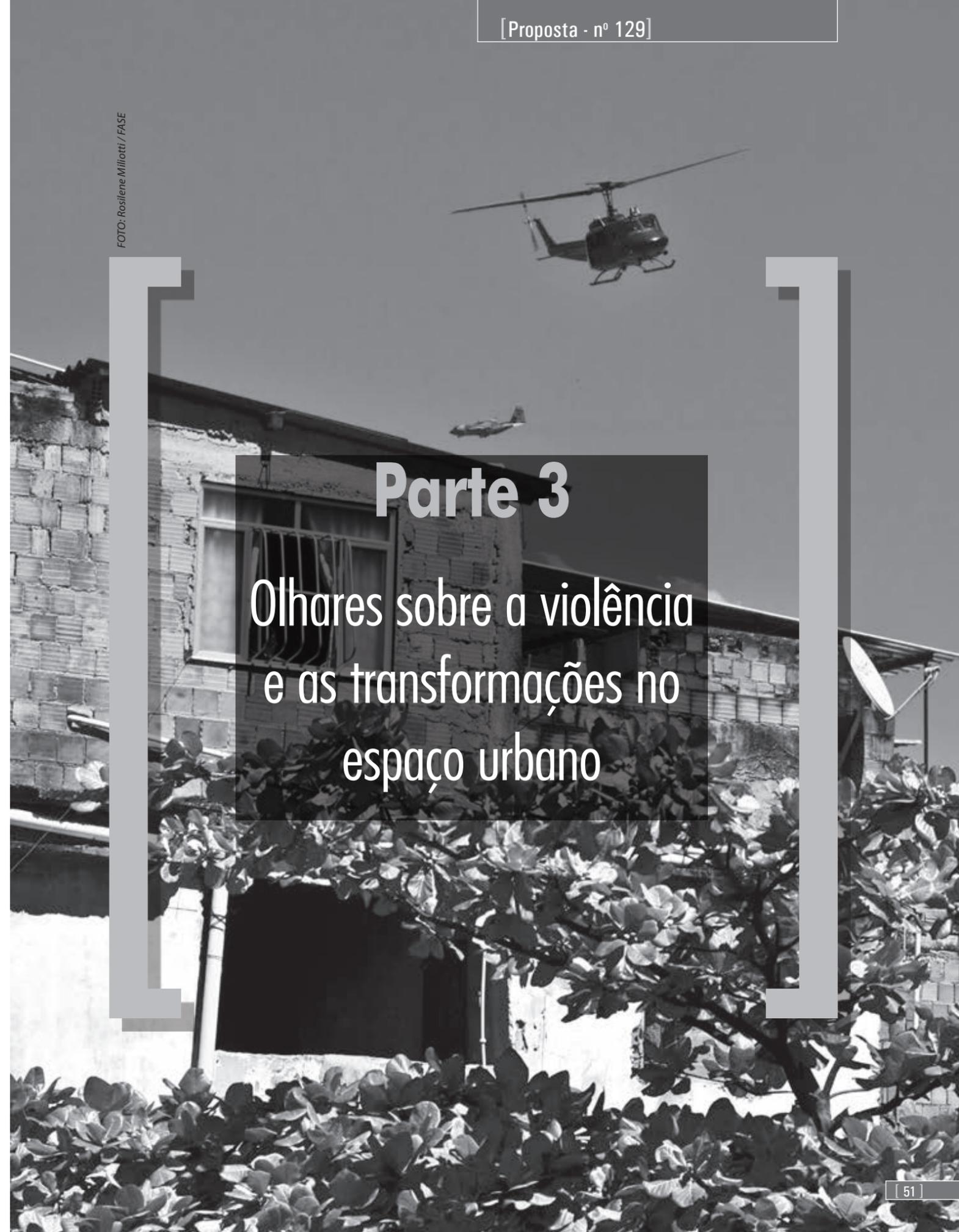
É preciso um esforço nosso de traduzir o impacto concreto da aplicação de instrumentos, índices e zoneamentos na melhora ou piora da vida das pessoas. Não temos ilusões com relação ao Plano Diretor enquanto panaceia jurídico-urbanística. Decidimos investir forças nesta pauta porque conectadas a ela estão diversas disputas estruturais. Através dela podemos exercitar uma visão política ampla e ver se desvelar os grandes interesses da cidade.

Valorizamos no Campo Popular do Plano Diretor a horizontalidade, a troca de saberes, a ampla articulação e a ousadia. Sim! Afinal, o que pode ser mais ousado que escancarar e se contrapor frontalmente aos interesses mais históricos, consolidados e concentrados, que buscam manter a cidade um território em que poucos extraem riqueza e poder, e para a maioria da população resta violência, pobreza, violações e desamparo?

A revisão do Plano Diretor da capital cearense será um embate mais duro e desgastante que o ocorrido no cenário anterior, sem dúvida, posto o acirramento das contradições na cidade, o cenário de crise no país e a quase absoluta impossibilidade de recorrer a instâncias superiores para tal. Mas, justamente por isso, não podemos prescindir de promover a intersecção da dura realidade vivida pela maioria dos moradores de Fortaleza com o ciclo global de acumulação do capital, e combatê-lo, de forma crítica, criativa e profunda.

⁶ O reitor empossado foi o terceiro da lista tríplice, preferido pela gestão federal.

FOTO: Rosilene Millotti / FASE



Parte 3

Olhares sobre a violência e as transformações no espaço urbano



FOTO: Tânia Rêgo / ABR

Cidade, racismo e violência

Mais do que a pobreza, são as desigualdades sociais que explicam a maior ocorrência de violência em determinados territórios. A distribuição desigual de recursos econômicos e socioculturais estabelece áreas de maior vulnerabilidade à violência

Ana Paula Portella: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

“**A** violência se concentra nas cidades”. Essa é uma afirmativa tão comum quanto apressada, que contém verdades, mas também exclui outras realidades históricas e territoriais. É fato que a violência homicida, especialmente aquela cometida com armas de fogo, cresce e se concentra nas periferias das grandes cidades brasileiras, atingindo índices semelhantes aos identificados em países em guerra. Mas, apesar de mais dispersa, quando comparada à realidade urbana, a violência cometida em áreas rurais e indígenas apresenta igual gravidade e maior persistência temporal, já que guarda relações de continuidade com a violência colonial.

Hoje, é difícil refutar a ideia de que a violência é um traço da sociedade brasileira e uma forte marca institucional do nosso Estado, mesmo nos momentos de pleno exercício da democracia. Países que emergem dos processos de colonização são frutos de uma violência macroestrutural que requer incontáveis e contínuas práticas de violência cotidiana para a sua formação, cujos traços nossos 120 anos de República ainda não conseguiram abrandar e, em alguns casos, agravaram e renovaram essas tendências. Essa é a situação da violência nas cidades e da violência racista, que prolonga no tempo a violência escravocrata e a maior mortandade de jovens negros e pobres quando comparada à população branca¹.

Mas a violência é apenas um mecanismo, um meio entre outros, para a resolução de conflitos entre pessoas e grupos, que são inerentes à vida social e às relações pessoais e, por isso, não podem ser eliminados. A possibilidade e as formas de controle da violência são questões que desafiam a humanidade desde a sua origem e, mais especificamente, desde o advento das democracias modernas. Ao longo da história, governos e sociedades se enfrentam com a questão de como evitar (ou reduzir) o uso da violência na resolução de conflitos, de modo a garantir nossa autopreservação como grupo social. O que facilita ou dificulta o uso da violência na resolução destes conflitos? Quais são os fatores que legitimam ou deslegitimam o recurso à violência nos diferentes planos das interações sociais, incluindo a relação entre Estado e sociedade?

Hoje sabemos que, mais do que a pobreza, são as desigualdades sociais que explicam a maior ocorrência de violência – especialmente a letal – em determinados territórios. A distribuição desigual de recursos econômicos e socioculturais, que inclui a oferta de serviços e políticas públicas, estabelece áreas de maior vulnerabilidade à violência, pela inexistência ou fragilidade de mecanismos formais e informais de proteção e segurança. Estes mecanismos não se reduzem à oferta de proteção policial e serviços de segurança pública, mas, antes, se referem a uma ampla gama de recursos associados às possibilidades de interação social dadas pelas características dos espaços urbanos.

¹ Dados do Relatório Atlas da Violência 2019.

A ideia de cidade como “misturador de gente” – nas palavras de Luiz Amorim, amplamente disseminadas pelos coletivos Direitos Urbanos e Ocupe Estelita, do Recife – pode ser tomada como a condição básica e a orientação para definir ações de redução e o controle do uso da violência como meio de resolução de conflitos. A cidade que segrega e a cidade que se abre para o diverso e para a diferença são experiências que se assentam em valores e moralidades muito distintas no que se refere à tolerância à violência.

“**A violência é apenas um mecanismo**”

No Brasil, a sociedade escravocrata, firmemente estruturada na segregação espacial e moral – para a população branca, as pessoas escravizadas não tinham alma e sequer poderiam ser consideradas humanas –, deu origem a centros urbanos que só muito raramente puderam experimentar algo da mistura de gente que produz a democracia nas cidades. Assim, a ideia de que há pessoas mais e menos humanas, mais e menos merecedoras de usufruir dos recursos produzidos por toda a sociedade, tem orientado o ordenamento dos territórios urbanos, do mesmo modo que orienta a definição das políticas econômicas e sociais.

A produção das periferias e sua favelização resultam desse processo de desumanização e, conseqüentemente, exclusão da população preta e pobre. A cidade partida, como diz Zuenir Ventura, não é uma realidade apenas no Rio de Janeiro, mas se estendeu para muitas outras capitais do país e, junto com a emergência dos grandes condomínios verticais e dos shopping centers, tem se tornado o padrão da grande cidade brasileira. Junte-se a isso a absoluta predominância do uso do transporte automotivo individual na mobilidade urbana e completa-se, assim, a segregação entre os diversos, entre pobreza e riqueza, que se movimentam em espaços distintos e incommunicáveis. O reconhecimento e o acolhimento das diversidades e diferenças, elemento fundacional de qualquer sociedade democrática, começa a desaparecer de nosso horizonte, abrindo espaço para a tolerância aos abusos e violência (“desde que não seja comigo ou com os meus”).

O ambiente da cidade vazia, rodeada de torres de vidro e calçadas nuas, com ruas cobertas de máquinas metálicas revestidas de películas escuras, produz medo e insegurança, em um círculo vicioso que, hoje, parece sem fim. Nas periferias e em algumas áreas centrais, a convivência entre as pessoas resiste em meio à desordem urbana e à ausência de serviços e políticas públicas, incluindo segurança, que favorece a atuação de grupos criminosos e, conseqüentemente, a violência armada. Em todo o país, há iniciativas voltadas para o controle e a redução da violência, algumas relativamente bem sucedidas, outras nem tanto. Mas não haverá saída sustentável para esse problema enquanto não enfrentarmos o que nos cinde e que, na minha opinião, se funda no racismo estrutural, que molda nossos afetos e mentalidades, orienta o modo como organizamos a sociedade e os espaços em que vivemos e as escolhas que fazemos para nossos governos.



FOTO: Bruno Itan / Fotos Públicas

Vida militarizada: pontos sobre a violência urbana no Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o tema da violência urbana ganha importância tanto pelos altos índices de letalidade, quanto pelas políticas de segurança implementadas nas últimas décadas

Rachel Barros: Doutora em sociologia pelo IESP/UERJ e educadora popular do Programa da FASE no Rio de Janeiro.

Um dos grandes desafios da vida nas cidades é compreender as dinâmicas da violência urbana, fenômeno multifatorial e em constante transformação. No Rio de Janeiro (RJ), o tema ganha importância tanto pelos altos índices de letalidade, quanto pelas políticas de segurança implementadas nas últimas décadas.

Neste texto, busco evidenciar os alicerces ideológicos que historicamente aparecem nas ações de combate à violência no espaço urbano e, ao mesmo tempo, demonstrar que tais ações, longe de darem uma resposta efetiva para a questão, têm intensificado práticas coercitivas e estabelecido novos parâmetros de gestão.

A violência urbana, enquanto conceito, é entendida por alguns autores como linguagem que articula uma série de discursos com origens distintas, mas que mantém centralidade nos diferentes níveis de violência física e na sua relação com a ameaça à continuidade das rotinas cotidianas (MACHADO DA SILVA, 2008; 2011). Desta forma, problemas relativos ao controle social e à ordem pública que estejam relacionados à quebra das rotinas e à necessidade de repressão fazem parte dessa grande e heterogênea nebulosa que chamamos de violência urbana.

Contudo, enquanto uma linguagem do senso comum, a violência urbana se concentra no debate sobre as práticas

ilícitas relacionadas à violência física. Esta apreensão de sentido associa a violência urbana aos processos de repressão e controle, e impede a sua conexão com outras dimensões – habitação, saneamento, mobilidade, trabalho e renda – que fazem parte do ordenamento urbano e são importantes na continuidade das rotinas. A história da formação do RJ, que tem relação direta com o processo escravagista, é um dos elementos que ajudam a restabelecer esses nexos.

Desde a abolição formal da escravidão e início da primeira república, os discursos de disciplinamento da nova ordem social recaíam sobre os negros libertos, alvos privilegiados do medo branco. Difundido e modulado em cada contexto, esse medo está na base da nossa constituição urbana e na justificativa das políticas autoritárias de controle social (BATISTA, 2003). Não é difícil pensar como as favelas, territórios negros que se originam neste período, passam a ser os principais alvos do processo de disciplinamento das condutas no espaço urbano. O racismo presente na história da cidade do Rio de Janeiro construiu um imaginário coletivo que identifica na população negra e nas favelas os sujeitos e os territórios do perigo, do medo e do caos.

A aposta na coerção e no controle como estratégia para conter a violência vem sendo reiterada ao longo dos séculos, mas é nas últimas décadas do século XX que o estigma dos territórios de favelas como lócus da violência urbana se consolida. Quando



FOTO: Bruno Itan / Fotos Públicas

a linguagem dos direitos é definitivamente substituída pela linguagem da violência urbana, a ação policial se legitima com base no uso extremo da força. A territorialização dos grupos armados atuantes no varejo de drogas, processo que ocorre nos anos 1980, é um elemento importante para entender essa mudança (MISSE, 2003).

A partir dos anos 1990, todo e qualquer território que se enquadre na categoria “favela” é tematizado na esfera pública através da narrativa da “guerra às drogas”. Os dados de homicídio no estado tornam-se alarmantes¹ e as ações baseadas no enfretamento coercitivo atravessam toda esta década e chegam nos anos 2000 com recorrentes episódios de chacina, tais como as de Acari (1990), Candelária e Vigário Geral (1993) e Nova Brasília (1994 e 1995). O envolvimento direto de policiais militares ocorreu em todos os casos.

É também neste período que o procedimento conhecido como auto de resistência² eleva o número de homicídios, casos com baixíssimo índice de investigações concluídas e recorrente incriminação da vítima. Concomitante a esse processo, as milícias, que surgem durante a ditadura militar, começam a ter capilaridade nos territórios da Zona Oeste, Baixada Fluminense e nos espaços da política partidária, com eleições de seus integrantes para vereadores, deputados e prefeitos. Citar esse fato é importante pois, como veremos, hoje as milícias estão no cerne do debate sobre a violência urbana.

¹ Em 1995 o percentual de homicídios no país era de 23,8 por 100 mil habitantes, e no RJ este índice chegou a 70,6 por 100 mil habitantes (WAISELSFISZ, 2011, p. 184).

² Em 2016 o Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e o Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil publicaram uma resolução conjunta substituindo os termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” nos registros policiais por “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”.

Segurança para turista ver

A virada do século XX para o século XXI marca o RJ como um estado violento e da letalidade policial elevada³. A partir de 2008, esses números entram em progressiva queda, especialmente entre 2010 e 2014, período em que o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) está em pleno vigor.

Com apoio da grande mídia, do setor empresarial e de muitos pesquisadores, as UPPs representaram uma inflexão no crescimento histórico da letalidade. A propaganda da polícia de proximidade, da política de “pacificação”⁴, teve impacto na redução do número de tiroteios, medida que funcionou por algum tempo e produziu o efeito para apresentar o Rio de Janeiro como uma cidade controlada e segura, justamente no período em que se tornou sede de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). As UPPs também contribuíram para difundir a ideia de segurança atrelada ao turismo e à venda da imagem de “Smart city”⁵, uma cidade inovadora e controlada militarmente para garantia do entretenimento.

³ Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostram que no ano 2000 o número de mortos por intervenção de agentes do estado a cada 100 mil habitantes era de 427 no estado e 278 na capital; em 2007 esse número aumentou respectivamente para 1.330 e 902.

⁴ Utilizo o termo entre aspas baseada na análise feita por Pacheco de Oliveira (2014), na qual o uso histórico do termo no Brasil está associado a atuações militarizadas, o que na visão do autor também se aplica para o caso das recentes ações de segurança pública.

⁵ Em 2013 o programa “Morar Carioca”, anunciado como legado social dos Jogos Olímpicos de 2016, ganhou o prêmio City Climate Leadership Award na categoria “Cidades Sustentáveis”. Em 2015, o programa de transporte BRT foi premiado com o Sustainable Transport Award, cedido uma vez ao ano para estratégias de transporte consideradas inovadoras. Posteriormente ambos os projetos foram alvos de críticas sobre má gestão e precariedade.

As tropas policiais das UPPs eram responsáveis pela resolução dos problemas públicos junto às secretarias estaduais e assumiram a posição de ente fundamental na gestão das favelas e seus moradores, deliberando sobre festas, horários de circulação e demais rotinas. O programa chegou a instalar 38 unidades entre 2008 e 2014, porém, as medidas que foram anunciadas – desenvolvimento econômico e social, retomada dos territórios de favela pelas forças de segurança, fim do comércio ilegal de drogas – não foram cumpridas. O programa perdeu força a partir de 2013, quando novamente crescem os números de homicídio na cidade.

Vida militarizada

Mesmo após o seu fracasso, as UPPs contribuíram para recolocar a favela como “caso de polícia”. Várias práticas testadas pelas UPPs podem ser enquadradas num processo amplo e irrestrito que chamo de “militarização da vida”, que significa ter na cultura institucional e nas práticas executadas pelas forças militares os parâmetros da atuação política. Esse processo é sentido nas ações cotidianas da população, na gestão das instituições e espaços públicos, na política partidária, na execução das políticas públicas, no discurso tecnocrático associado à segurança pública, sendo também amplamente veiculado nos discursos que legitimam ações beligerantes, violentas e coercitivas.

A agressividade e intensificação das ações coercitivas implementadas após a descontinuidade das UPPs atestam que a militarização da vida está em plena expansão. O RJ se tornou um dos estados que mais sofreram intervenção das forças militares por meio do instrumento Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Em fevereiro de 2018, se tornou o primeiro estado no período democrático a sofrer um processo de intervenção federal militar nas forças de segurança. Além disso, o estado tem investido na criação de tropas policiais financiadas por empresas privadas como a “Polícia Presente”, instaladas em diferentes bairros, e na presença de tropas policiais nas escolas.

Não bastassem esses exemplos, que atestam a irradiação das práticas militarizadas para outras esferas da sociedade, as recentes ações policiais e militares revelam a adoção de formas mais perversas e arrojadas do uso da força.

No dia 07 de abril de 2019, um carro foi alvejado por mais de 200 tiros no bairro de Guadalupe, Zona Norte da cidade. Dentro dele estavam o motorista e pai de família Evaldo Rosa dos Santos, seu sogro, a esposa, seu filho e uma amiga. Evaldo foi assassinado por 80 tiros disparados por militares. O sogro, Sérgio Gonçalves de Araújo, também foi atingido pelos tiros, mas sobreviveu. A mulher, Luciana Oliveira, saiu do carro implorando para que os militares parassem de

atirar. O riso debochado dos militares foi o que recebeu como resposta. O catador de material reciclado, Luciano Macedo, que tentou ajudar as vítimas, também foi gravemente ferido e morreu. Era uma família preta indo para um chá de bebê num dia de domingo.

O caso é estarrecedor por demonstrar um procedimento militar que pode ser resumido na frase “atira primeiro, pergunta depois”. Dos 12 militares envolvidos no caso, um foi solto após alegar não ter feito disparos. Dos 10 militares presos, o Superior Tribunal Militar decidiu soltar nove por maioria de votos. A eles, as únicas sanções foram a proibição de participar de atividades externas, patrulhamento e do uso de armas.

A lei 13.491, que está em vigor desde 2017, regulamentada que todos militares acusados de crime serão julgados pela justiça militar, mesmo em casos de morte de civis. Esse artifício jurídico, que delega à instituição acusada de cometer crimes o dever de julgá-los, é o que permite que o assassinato de Evaldo siga sem punição. A lógica de guerra, do inimigo da pátria que precisa ser exterminado, é o critério que autoriza a ação de militares junto a civis.

O poder executivo cria dispositivos usados pelo poder judiciário para legitimar a impunidade e proteger as forças armadas e instituições de segurança pública da punição pelos crimes que cometem contra a população. O efeito desse ordenamento jurídico é a normatização de práticas baseadas na tortura, na humilhação e no terror.

Na mira do fuzil

Outro caso que demonstra o aumento das práticas letais é a adoção de snipers para ações policiais nas favelas. O governador em exercício, Wilson Witzel (PSC), declarou, em novembro de 2018, que “o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”, referindo-se à promessa constante em sua campanha eleitoral. Em março de 2019, Witzel assumiu que policiais snipers já estavam atuando na segurança do estado, mas sem divulgação.

Os moradores do complexo de Manguinhos, sem saber, foram os primeiros alvos dessa modalidade de atuação policial. Em 25 de janeiro de 2019, Carlos Eduardo dos Santos Lontra, de 27 anos, estava numa das favelas do complexo quando foi alvejado nas costas e morreu. Quatro dias depois, Rômulo Oliveira da Silva, de 37 anos, morreu baleado com um tiro no peito quando transitava de moto pelo mesmo local, após sair do trabalho. Neste mesmo dia, outro jovem foi comprar água de coco para sua filha no mesmo local, e enquanto esperava pela bebida, um

tiro atravessou sua costela e saiu pela barriga. As três vítimas guardam em comum o fato de terem sido alvejadas por tiros que vieram do céu.

A perícia feita numa das torres da Cidade da Polícia⁶, que fica a 250 metros do local dos crimes, constatou que havia seteiras, como são chamados os buracos abertos na parede da torre, voltadas para o território de Manguinhos.

O uso sigiloso dos snipers impede que haja controle externo da ação policial, e o discurso de que todo aquele que porta fuzil deve morrer novamente converte os moradores de favela em criminosos em potencial e transforma o ir e vir cotidiano num risco de morte iminente.

O quarto caso de uso de snipers foi durante o sequestro de um ônibus na ponte Rio-Niterói, em 20 de agosto de 2019. Com apenas 3 horas e meia de negociação, William Augusto da Silva, de 20 anos, foi morto com 5 tiros. O protocolo seguro baseado na negociação foi substituído por “o tomador de refém foi neutralizado por um atirador de precisão do BOPE”. A ação foi celebrada pelo governador, que desceu de helicóptero no local comemorando o assassinato transmitido ao vivo pela televisão. Para William, que era negro, com transtornos mentais e queria ser policial militar, restou apenas ser símbolo da eficácia policial.

“Neutralizar” é a linguagem cirúrgica, asséptica e distanciada que está permitindo a participação de atiradores de elite nas várias ações de segurança pública. E enquanto a sociedade celebra e premia esse tipo de procedimento⁷, os moradores de favela seguem sendo exterminados com extrema precisão, sem nem mesmo saberem quem os atinge.

O último exemplo, que demonstra como a militarização da vida é um processo em crescimento, é o uso de helicópteros como plataforma de tiro. Desde 2018, as polícias civil e militar adotaram o uso de helicópteros com atiradores durante as incursões em favelas. Chamado pelos moradores de “caveirão voador”, o procedimento tem sido responsável por gerar cenas de pânico generalizado. A operação realizada no complexo da Maré no dia 20 de junho de 2018 deixou sete mortos, entre eles o estudante Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos. Após a operação, a ONG Redes da Maré contou mais de cem marcas de tiros no solo, que teriam sido provocadas por disparos feitos do helicóptero da polícia.

⁶ Espaço da polícia civil que abriga 14 delegacias especializadas, localizado entre os bairros do Jacarezinho e de Manguinhos, Zona Norte do RJ.

⁷ No dia 10 de setembro de 2019, a Assembleia Legislativa do Estado do RJ aprovou a concessão da Medalha Tiradentes, maior honraria concedida pela casa, ao sniper que matou William. O projeto teve autoria dos 12 deputados da bancada do Partido Social Liberal (PSL).

Assim como acontece com o uso dos snipers, o protocolo que regula o uso das aeronaves é sigiloso, justificado pelo secretário de Polícia Civil, Marcus Vinícius Bragacom, como medida para “resguardar a vida de policiais e das pessoas inocentes”. Operações em horário escolar, uso de atiradores de elite sem nenhum tipo de controle. Terror e pânico. O discurso tecnocrático adotado pelas instituições de segurança pública tem dado uma aparência racional e necessária para ações que são, no mínimo, crimes contra a humanidade. Os moradores de favelas, especialmente as crianças, são marcados pelo trauma, desenvolvem distúrbios emocionais e psíquicos, ainda pouco mensuráveis.

Tendências em curso

Como conclusão desse extenso debate sobre violência urbana e segurança pública nas cidades, teço algumas afirmativas:

“

Hoje, as milícias estão no cerne do debate sobre a violência urbana

Admitindo que os territórios de favelas e seus moradores são os alvos preferenciais das ações coercitivas empregadas historicamente, não há como esconder o caráter racista das políticas de segurança pública. Caso contrário, o Brasil não seria o 3º país em números absolutos de pessoas encarceradas, das quais 35,9% são presos provisórios e 70% são negros.

A intensificação da tecnocracia militar tem se alimentado do poder judiciário para garantir práticas cada vez mais letais com baixíssimo grau de punição. As instituições militares e de segurança pública tem aproveitado essas brechas legais para adensar a sua cultura institucional de procedimentos terroristas, com tortura e escárnio.

A linguagem beligerante e as práticas de terror nas favelas foram aprimoradas e estão sendo adotadas em diferentes aspectos da vida social. Escolas, símbolos e estética militares, pedagogia e disciplina militar aparecem como elementos fundamentais de uma nova ordem social calcada em valores profundamente conservadores. Por isso, debater a militarização da vida tem rebatimentos importantes no projeto de nação que está sendo gestado, a meu ver profundamente discriminatório e patriarcal.

Junto dessas tendências, faz parte do processo de militarização da vida a expansão territorial das milícias. Os grupos milicianos seguem no controle de empreendimentos públicos de habitação, no fornecimento dos serviços de água, luz e gás, cobrança de taxas para o funcionamento do comércio local e especialmente nos serviços de assassinatos por encomenda. Investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público (Gaeco) e do Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil (DGHP) afirmam que cerca de 180 locais no RJ são controlados por milicianos, muitos em associação com facções que comandam o varejo de drogas.

As dinâmicas que permitem a expansão das milícias são alimentadas pela leniência do poder público. Como seus representantes ocupam hoje diversos cargos políticos, o poder de atuação das milícias tem crescido e se tornado cada vez mais forte. Somado a isto está o assassinato da vereadora Marielle Franco, crime político com fortes indícios de ter sido executado por agentes da milícia.

Do regaste histórico aos dias atuais, vemos que a força coercitiva segue como aposta central das ações de combate à violência nas cidades. Uma tendência de controle completo do ordenamento social, formada por uma cadeia de crimes e ilegalismos que articula agentes estatais, parlamentares, criminosos e paramilitares, com o objetivo de ganhos políticos e econômicos. A população, alimentada pelo medo do caos generalizado, contribui para esse arranjo reproduzindo os argumentos que clamam por mais controle, mais armas e mais morte.

Sem o reconhecimento, a denúncia e o enfrentamento dessa teia bem estruturada de relações, o processo que relatei seguirá em curso com bastante sucesso. Contudo, ainda que seja difícil enxergar mudanças nesse cenário, refletir sobre o tempo presente

é tarefa fundamental para colaborar com os movimentos de transformação, que continuam surgindo a cada violação cometida.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Vera Malaguti. Adesão subjetiva à barbárie. In: Vera Malaguti Batista. (Org.). Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. 1, p. -.

BARROS, Rachel. Urbanização e “pacificação” em Manguinhos: Um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2015.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. Etnográfica. Fevereiro de 2011, 15 (1): 67-82. 2011.

Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública, in: Machado da Silva, Luiz Antônio (org). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MISSE, Michel. O Movimento. A constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In: Baptista, Marcos et al (Orgs.). Drogas e pós modernidade 2. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2012: os padrões da Violência Homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.



FOTO: Fernando Frazão / Agência Brasil



FOTO: Fernando Frazão / ABR

Fortaleza e os ecos da violência urbana: segregação, sujeição criminal juvenil e os desafios de continuar vivo

A cartografia da violência e da criminalidade de Fortaleza e a seletividade racial e territorial está concentrada em apenas seis bairros da capital. Essas regiões são menos servidas de infraestrutura e de acesso aos serviços urbanos públicos

Geovani Jacó de Freitas: Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará PPGS/UECE e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Conflitualidade e Violência – COVIO/UECE.

A violência urbana no Brasil, como um problema social, é relativamente recente. Em 2017, conforme dados do IPEA, foram registrados no País 65.602 homicídios, com uma taxa equivalente a 31,6 mortes por cem mil habitantes. Em 2018, o Brasil ocupou o lugar de 9º país mais violento do mundo, conforme relatório da OMS (2017)¹.

As cidades, nessa conjuntura, se transformaram e seus territórios passaram a ser distintos e hierarquizados a partir da concentração de renda e de suas consequentes desigualdades sociais. Essa cartografia socioeconômica condiciona, por tabela, a lógica do planejamento e gestão do espaço urbano, ao mesmo tempo em que serve de parâmetro cartográfico para entender as dinâmicas da violência urbana, tanto em seus aspectos objetivos quanto em suas representações sociais.

A cidade de Fortaleza conta, atualmente, com uma população de 2,643 milhões de habitantes e, considerando a sua região metropolitana, registra 4,074 milhões de habitantes (IBGE, 2018). Tanto a capital quanto a sua região metropolitana são representativas dos impactos das transformações pelas quais passaram os espaços urbanos no Brasil e de como essas espacialidades são afetadas pelas novas configurações da criminalidade no País.

Nas últimas duas décadas no Brasil, as taxas de mortes, advindas, principalmente, dos chamados “autos de resistência ou resistência seguida de morte” e, mais recentemente, em Fortaleza, dos conflitos interpessoais decorrentes das disputas territoriais entre membros de facções rivais, além das taxas de encarceramento, vêm crescendo sem precedentes. Contudo, não é qualquer pessoa que está morrendo ou sendo encarcerada. As juventudes pobres e negras são o alvo principal de todas essas práticas de higienização das políticas de governamentalidade do Estado (FOUCAULT, 1999).

O Ceará bateu recorde de homicídios em 2017, com 5.433 mortes violentas, posicionando o Estado entre os três mais violentos do Brasil. Seguindo a tendência nacional, foram vítimas preferenciais jovens do sexo masculino, negros, moradores de periferia e os segmentos LGBTQI+. Desse total de vítimas registrado no Estado, 4.905 foram negras contra 323 brancas, conforme atesta o Atlas da Violência (IPEA, 2019).

Diante desse cenário, podemos inferir que o extermínio da juventude negra é resultado do exercício biopolítico do poder, como analisa Giorgio Agamben (2004), através do qual as técnicas e mecanismos de controle passam a operar como dispositivo de vida e ou de morte de determinadas populações, em que “fazer viver” é, também, “deixar morrer”.

¹ Cf. <https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018>. Acesso em 18/11/2019.

A cartografia da violência e da criminalidade de Fortaleza atesta, deste modo, a seletividade racial e territorial dos homicídios na cidade: 6 bairros concentraram 17% dos homicídios de toda a cidade no ano de 2018, todos localizados nas regiões menos servidas de políticas públicas de infraestrutura, de saúde e serviços urbanos em geral.

Do total de homicídios cometidos no Ceará, conforme ainda o Atlas da Violência (IPEA, 2019), mais de 63% concentraram-se em Fortaleza e Região Metropolitana, sendo a capital responsável por quase 40% desse total. A cidade de Maracanaú, com 224.804 habitantes, e parte da área conurbada de Fortaleza, foi considerada o município mais violento do Brasil, com taxa de 145,7 homicídios por 100 mil habitantes².

Os territórios da capital são transformados em territórios de exceção, conforme sugere Agamben, já citado, na medida em que são escassas as oportunidades de inserção das juventudes discriminadas, inexoravelmente presas à lógica dos territórios, ora disputados e controlados por facções criminosas³, ora como objeto da máquina de guerra do Estado e de seus dispositivos de controle e repressão dos corpos, seja policial ou tecnológico. A guerra contra o tráfico dá-se, portanto, no âmbito mais vulnerável de sua cadeia: a dinâmica do seu varejo, envolvendo a raia miúda nas quebradas desses territórios estigmatizados, gerando violência e genocídio orquestrados.

Transcorrida praticamente uma década, os dados apresentados pela pesquisa “Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza”, realizada no ano de 2010⁴, atestam que as dinâmicas criminais na cidade de Fortaleza, em 2019, apresentam os mesmos desafios retratados nessa cartografia criminal da cidade, em cujo cenário se reafirmam as características da vitimização preferencial da juventude negra, de sexo masculino, moradora de periferia e com baixa escolaridade, resultado das desigualdades sociais que tornam precarizados esses territórios e seus moradores submetidos à lógica perversa da “sujeição criminal”, conforme demonstrada por Misse (2008).

Conforme refletimos nesses sucessivos cenários urbanos de violências e crimes, em artigo publicado em 2015, “os desafios das políticas públicas de enfrentamento dessa

² Cf. <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-do-ceara-e-considerada-a-mais-violenta-do-pais-veja-lista-do-atlas-da-violencia,70002956348>. Acesso em 18/11/2019.

³ Atuam em Fortaleza “facções” ligadas ao Comando Vermelho (CV), Família do Norte (FDN), Primeiro Comando da Capital (PCC) e uma quarta facção nascida na capital cearense conhecida como Guardiões do Estado (GDE).

⁴ Cf. relatório final da pesquisa em: www.uece.br/pggsociologia/index.php/arquivos/doc_download

⁵ Cf. <https://journals.openedition.org/configuracoes/1509#quotation>

problemática continuam postos. Pesquisadores e gestores públicos consideram que a articulação dos órgãos de segurança pública nos seus níveis local, estadual e federal é fundamental para elaboração e execução de políticas em interfaces com as demais políticas públicas (especialmente educação e saúde) e a sociedade civil local no enfrentamento mais estratégico da criminalidade e da violência”.

Entretanto, numa sociedade tão desigual e preconceituosa como a que vivemos, ser pobre é motivo para ser discriminado, ainda mais se for negro. O fato de uma pessoa ser branca, mesmo sendo pobre, dá-lhe um conjunto de vantagens simbólicas que as pessoas negras não possuem, possibilitando a ela ascensão escolar e maior aceitação social. Dados do IBGE (2017) demonstram que, no Brasil, a taxa de homicídios de jovens negros chegou a 185 por 100 mil habitantes, mais que o dobro de jovens brancos, que foi de 63,5.

Assim, não podemos desconhecer a importância de políticas públicas de segurança voltadas para mitigar ou alterar os atuais dados da criminalidade e da violência urbana que atingem a vida de parcela significativa da população jovem da cidade de Fortaleza. Elas são, de fato, necessárias. Entretanto, vale destacar que os lugares da cidade, considerados violentos e perigosos, a exemplo das favelas, vilas, quebradas e periferias em geral, os “territórios estigmatizados” (WACQUANT, 2001), têm sido palcos rotineiros de excursões belicistas das polícias, que, quase sempre, intervêm violentamente nesses espaços, sem compreender a força organizacional das redes sociais locais e dos próprios traficantes.

As formas negativas com que as intervenções vêm operando nessas áreas precarizadas e sobre a juventude pobre, a exemplo do que tem ocorrido em Fortaleza, contribuem para a estigmatização e revolta desses jovens ao serem transformados em alvos diretos de suspeições, acusações, “baculejos” e genocídio, com viés fortemente racial. São empiricamente observáveis que as batidas policiais dão-se por uma filtragem específica voltada para segmentos juvenis marcados por estigmas e demarcadores sociais, de gênero, de cor/raça e de território. Esse fato mostra, por outro lado, existir um problema na relação estabelecida entre polícias e as juventudes, principalmente quando se trata de jovens sob o signo da suspeição criminal.

Neste sentido, a discussão sobre a natureza das políticas públicas em geral, e aquelas destinadas mais especificamente para as juventudes nos espaços precarizados de Fortaleza, atualiza-se a cada ano. A participação das juventudes no planejamento dessas políticas, embora se apresente como questão fundamental, sempre é negada ou frágil diante das formas autoritárias como essas políticas são executadas, de baixo para cima, associada ao conceito de cidadania normativa, de controle e de punição.

Uma política de segurança pública, de caráter preventivo, será eficaz no enfrentamento e ou superação da dinâmica da criminalidade urbana na medida em que suas ações e estratégias respeitem quatro aspectos a considerar:

Primeiro: o enfrentamento da drogadição, considerando como um problema grave de saúde pública e não apenas uma questão policial;

Segundo: o desarmamento da população, tendo em vista que Fortaleza e seus serviços de saúde, de assistência social e de segurança pública ainda não contam com diagnósticos precisos sobre a problemática das drogas e, ainda mais, quando associada à utilização de armas de fogo. Dados revelam que, em média, nos últimos anos, 80% dos homicídios na cidade são cometidos por meio dessas armas. Entretanto, isso parece não bastar como um dado de realidade que possibilite aos órgãos de segurança elaborar ações preventivas voltadas para este aspecto;

Terceiro: a criação e a qualificação de ações voltadas para a educação formal ampla de jovens que estão tanto na escola quanto fora dela, não desconsiderando a especificidade de atividades relacionadas com a inserção desses jovens no mercado de trabalho sem, contudo, desvinculá-la de ações voltadas para a aprendizagem crítica de conteúdos gerais, com o acesso aos dispositivos de arte, cultura, esporte e lazer, fundamentais para a inclusão social. Ações formativas não parecem eficazes quando são executadas de modo pontual, segmentadas, e inscritas em falsas expectativas mensuradas de fora para um público de “pobres” e de “periferia”;

Quarto: esse aspecto diz respeito às transgressões cotidianas, inscritas nas microrrelações sociais da cidade, cujas práticas ilegais e ilícitas agem como pano de fundo da segurança/insegurança nos territórios da cidade. Podemos afirmar que essas práticas acabam por desviar o Estado da sua responsabilidade de manutenção da ordem social em determinados lugares e espaços. Tornam-se práticas toleradas e muitas vezes não reconhecidas como criminosas ou violentas, no que resultam em impunidade decorrente tanto pela não percepção delas como tais e/ou pelas relações de proximidade que envolvem os criminosos e homens da lei.

Destacamos um contraponto neste cenário desigual de Fortaleza. Tem crescido o número de jovens das periferias, e de seus coletivos, que integram zonas de existências contrárias à política das ações e políticas de extermínio e morte em curso. É decorrente disto que têm surgido, na atualidade, formas de resistência e de reexistências juvenis, mobilizados em torno da arte de criar pertencimentos, reconhecimentos e valorização de seus territórios, ao mesmo tempo em que questionam, profundamente, por meio da palavra aberta, as formas genocidas de atuação do Estado nos territórios sob o controle militarizado dos órgãos de segurança e de suas demais instituições.

São movimentos culturais juvenis, que mobilizam as pessoas, em sua maioria jovens de periferia, negros e seus coletivos feministas, LGBTQI+, entre outros, em torno dos sarasus poéticos, realizados por meio do microfone aberto, dos bailes de reggae, entre outras iniciativas.

Esses coletivos procuram não somente denunciar a negligência do Estado, como buscam criar e reinventar narrativas outras. Insurgem-se na periferia de Fortaleza semelhantes a uma “máquina de guerrilha cultural e política”, como afirma Rômulo Silva (2018), ocupando espaços públicos das praças e ruas dos bairros periféricos da cidade.

Como ainda afirma Rômulo Silva (idem), por meio de suas incursões e vivências de jovem da e na periferia, a primeira demanda para a descolonização é permanecer vivo. É criar formas de existências em face de uma política de morte. Um jogo entre falar da existência, tentar sobreviver e ser visto e ouvido, como bem define.

A busca de (re)existência de jovens da periferia questiona o projeto político vigente de fazer morrer como padrão de poder a partir da ideia de territórios e sujeitos perigosos, corpos incircunscritos pelo Estado democrático de direito. Por meio das diversas linguagens artísticas e da organização política desse roteiro cultural juvenil de periferia, muitos desses jovens e seus coletivos têm forma de uma autogestão mais horizontal possível, como maneira de contestar a lógica excludente e hierárquica da máquina de guerra do Estado e das facções.

Assim, a ação desses atores, por meio de suas narrativas marginais, soa palavras por meio de poesias e sarasus como exercícios de reinvenção da vida de seus praticantes e da própria experiência de viver na cidade, a partir de uma rede de cuidados, de afetos e da busca de continuarem vivos nesses territórios.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, G. Estado de Exceção: homo sacer. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Atlas da violência. Retrato dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes. 1999. (Coleção Tópicos)
- FREITAS, G. J. de; MOTA BRASIL, M. Glauçúria; ALMEIDA, R. de O. Morte em fronteiras: jovens “matáveis” nos celeiros da política e da cidade. Configurações, 10 | 2012, 165-184.
- MISSE, M. Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: Esboços de uma Interpretação. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008, v., p. 13-32.
- SILVA, F. R. do N. Rede de afetos: práticas de re-existências poéticas na cidade de Fortaleza (CE). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Centro de Humanidades / Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual do Ceará, 2019.
- WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.



FOTO: Rosilene Millotti / FASE



FOTO: José Carlos Matos Pereira

São Gabriel da Cachoeira: uma cidade indígena sob ameaça

São Gabriel da Cachoeira fica na região da “Cabeça do Cachorro”, no Oeste do Amazonas. A cidade conta com uma população da qual 80% é indígena de 21 etnias. O português é a língua oficial, mas os moradores convivem com três línguas indígenas co-oficiais. Entretanto, a violência é o maior problema enfrentado por eles

José Carlos Matos Pereira : Doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ.

São Gabriel da Cachoeira fica na região da “Cabeça do Cachorro” no Oeste do estado do Amazonas, na fronteira com a Colômbia. A população residente na cidade é de 19.054 habitantes. Destes, 11.016 se declaram indígenas, conforme os dados do Censo IBGE, de 2010. Contudo, as organizações indígenas fazem referência a 25 mil habitantes, sendo 80% deles indígenas.

Atualmente existem 21 etnias na cidade – Arapaso, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami –, distribuídas em todos os 11 bairros (Areal, Miguel Quirino, Tiago Montalvo, Dabaru, Padre Cícero, Graciliano Gonçalves, Nova Esperança, Boa Esperança, Fortaleza, Centro e Praia)¹. Trata-se de informações importantes para entender o emaranhado de relações que envolvem grupos étnicos em cidades amazônicas por se tratar de uma cidade indígena ou na qual o indígena é o tipo preponderante.

¹ No município são 22 etnias: Araposo, Baniwa, Barasana, Baré, Desana, Hupda, Karapanã, Kubeo, Kuripako, Makuna, Miriti-tapuya, Nadob, Pira-tapuya, Potiguá, Siriano, Taiwano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanana, Werekena e Yanomami, que falam 20 línguas diferentes, distribuídas em 500 comunidades em uma área de aproximadamente 110 mil km² (NAKANO; COMARÚ, 2007; NAKANO, 2009) ou cerca de 10 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas no ano de 1999. A população municipal é de 37.896 habitantes (IBGE, 2010).

O português é a língua oficial da cidade, mas convive com três línguas indígenas co-oficiais – Nhengatu, Baniwa e Tukano, conforme definição do Plano Diretor, lei municipal nº 145, de 11/12/2002. Mas também é possível encontrar falantes das línguas Tuyuca, Baré, Desano, Barasana, Piratapuya e Wanano. Por isso, é comum encontrar os indígenas conversando em lugares públicos na língua nativa. Por vezes, as negociações envolvendo a tirada de fotografias, gravação de entrevistas e filmagens, intermediada por outro indígena, eram tratadas na língua mãe. Só depois de acordado entre eles, é que traduziam para nós os acertos feitos.

Os conflitos entre indígenas e não-indígenas

Visitamos várias organizações indígenas de agricultores, pescadores, professores, costureiras, esportistas e artesãos da cidade ou com atuação municipal, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

Pelo menos dois atos violentos chamaram nossa atenção de imediato: os incêndios da feira improvisada de palha onde os indígenas vendiam seus produtos nos fins de semana – a feira “Direto da roça” –, e da sede da FOIRN, prejuízo avaliado em mais de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Coincidentemente, na mesma semana, a FOIRN havia denunciado casos de pedofilia contra indígenas envolvendo comerciantes da cidade. Alguns

deles cumpriram prisão em regime fechado na cidade de Manaus durante a realização do trabalho de campo?

Apesar da gravidade da situação, a violência sexual contra indígenas não é nova. O momento de maior ocorrência se deu na década de 1970, com a abertura da rodovia Perimetral Norte e da estrada que liga São Gabriel a Cucuí, na Venezuela. Nesse período, cerca de 4 mil homens vieram para a cidade, entre soldados de baixa patente do I Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC) e peões das empresas construtoras, que se envolveram em assédio sexual, gravidez, seguido de abandono dos filhos e estupro coletivo de indígenas (LASMAR, 2005).

Uma das entrevistadas recordou que quando tinha entre dez e onze anos, ela e sua prima voltavam da escola quando foram atacadas por um homem que arrastou sua prima à força para o interior de um carro e tentou abusar dela sexualmente. Não foi só uma vez, mas ela conseguiu fugir mordendo o agressor, relata indignada nossa entrevistada. Hoje ela e sua prima têm mais de 40 anos, são casadas e têm filhos. Nesta narrativa, vale destacar que, dentre os homens que estão presos em Manaus, conforme relatamos acima, está aquele que praticou este ato há muitos anos. Dessa forma, as denúncias envolvendo abuso sexual de crianças e tentativa de estupro contra mulheres indígenas por comerciantes, militares e políticos, envolvem tanto o presente, como o passado, fato que levou à prisão de alguns dos envolvidos. Agora a preocupação vem acompanhada de certo temor pela libertação desses indivíduos e do perigo de retaliação ou repetição dos delitos cometidos anteriormente.

2 “O grupo foi denunciado por crimes de estupro de vulnerável, corrupção de menores, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, favorecimento da prostituição de vulnerável, rufianismo (tirar proveito da prostituição alheia) e coação no curso do processo. Entre os dez réus, há duas mulheres, um ex-vereador, servidores públicos e um motorista. Os oito homens são acusados de manter relações sexuais com meninas indígenas, com idades entre 09 e 14 anos, em troca de dinheiro, presentes, alimentos e bombons. “[...] As meninas vítimas dos crimes de exploração sexual e abusos são das etnias tariano, wanano, tukano e baré, que vivem na periferia de São Gabriel da Cachoeira[...]”. Notícia disponível no site <http://amazoniareal.com.br> (2015).

Em agosto de 2019, quando fizemos a devolução do que fora pesquisado em São Gabriel, fomos informados que um pedófilo – um grande comerciante –, preso em 2015, já estava solto e que ele havia sido condecorado em uma sessão realizada pela Câmara de Vereadores.

As situações de violência contra indígenas são algo corriqueiro na vida em cidades. A violência sexual é uma delas. Outra se refere à agressão física. Em Manaus, nas áreas de ocupação, a ação de traficantes é frequente. Uma liderança da etnia Kaixana foi agredida com coronhadas de revólver por defender a permanência de múltiplas indígenas em uma grande ocupação alvo do interesse de traficantes. Na mesma cidade, fomos desmobilizados durante a realização de uma filmagem, já que na área denominada de “Anaconda”, na parte sob controle dos traficantes, quatro pessoas haviam sido assassinadas na noite anterior. Os locais de moradia indígena geralmente se localizam nas margens de igarapés, áreas de encostas, terrenos irregulares ou em ocupações sob a ameaça constante da ação policial ou de traficantes, da violência e das ações judiciais de reintegração de posse da terra.

“ As situações de violência contra indígenas são algo corriqueiro na vida em cidades

Referências Bibliográficas

IBGE, Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas. LASMAR, Cristiane. De Volta ao Lago de Leite: Gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Editora UNESP/ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

NAKANO, Kazuo Anderson. São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão territorial imbricada. In: CASTRO, Edna (Org.). Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2009. p. 237-279.

NAKANO, Kazuo Anderson; COMARÚ, Francisco de Assis. São Gabriel da Cachoeira: o planejamento e a gestão territorial num município indígena da Amazônia. In: CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. (Org.). Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007. p. 155-192.

Entrevistas: Homem da etnia Kaixana, 33 anos. Entrevista concedida em maio de 2015 na cidade de Manaus (AM). Mulher da Etnia Baré, 45 anos. Entrevista concedida em março de 2015 na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)

FOTO: José Carlos Matos Pereira

Parte 4

Dossiê Recife: Os direitos na cidade, lutas coletivas e resistências nos territórios

FOTO: Rosilene Millotti / FASE



FOTO: Marcelo Soares / Direitos Urbanos

Plano diretor ou plano de negócios?

A revisão do Plano Diretor do Recife, cidade com forte presença de patrimônio histórico, cultural e ambiental, foi marcada por contradições

Fernanda Carolina Costa: Advogada, especialista em Planejamento, uso e ocupação do solo urbano pelo IPPUR/UFRJ, mestra em planejamento urbano e regional pelo MDU/UFPE e vice-diretora geral do IBDU – Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico.

A revisão do atual Plano Diretor do Recife – Lei 17.511/2008 – tem se dado em um contexto de intensa disputa e denúncias sobre a forma como a prefeitura da cidade tem conduzido o processo, em que a escolha e a contratação de um consórcio ocorreram sob sigilo e os estudos exigidos pelo Termo de Referência integrante do edital de licitação não foram apresentados integralmente, em especial aqueles que comprovavam a capacidade ou não de suporte da infraestrutura instalada e as simulações eletrônicas dos parâmetros urbanísticos propostos. A metodologia e o cronograma de execução também foram sumariamente desconsiderados.

O processo de contratação do consórcio, formado por duas empresas de São Paulo, para revisão e elaboração de um conjunto normativo de legislação urbanística - Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo, Regulamentação do Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, Outorga Onerosa do Direito de Construir e transferência do Direito de Construir - durou mais de 36 meses, porém todo o processo de revisão do Plano Diretor do Recife ocorreu em apenas seis meses, apesar de o edital determinar que o mesmo deveria ocorrer no prazo de 13 meses. Vale registrar que nesse período de seis meses ocorreu a Copa do Mundo de futebol, festas juninas e um dos processos eleitorais mais disputados da última década, com eleições para presidente da República,

dois senadores, deputado federal, governador de estado e deputado estadual. Vale registrar ainda que a revisão do Plano Diretor (PD) se deu apartada do restante dos instrumentos normativos contratados, mesmo que o Termo de Referência estabelecesse o contrário. Tudo em uma clara estratégia de desmobilizar a participação e o controle social, e de viabilizar o “esquartejamento” das discussões e regramentos, além do envio de regulações e competência do Plano Diretor para instrumentos normativos de menor hierarquia e que são mais facilmente alterados.

Segundo o Termo de Referência que orientou a contratação dos serviços de consultoria para revisão/elaboração do conjunto normativo, os grandes motivadores da revisão do Plano Diretor foram: a descaracterização da paisagem e da identidade urbana do Recife; a incapacidade de a infraestrutura instalada suportar o adensamento construtivo em curso e permitido; a “generosidade” dos parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação; e a “pasteurização” ou uniformização da paisagem. Tudo isso em uma cidade com quase 500 anos de história registrados na sua paisagem e na sua morfologia, em que menos de 40% da área ocupada conta com rede de esgotamento sanitário, situação que a tornou a cidade campeã mundial de casos de microcefalia decorrentes do vírus da zika, transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Essas preocupações constavam da justificativa do Termo de Referência que estabelecia:

“Os frequentes conflitos e debates acirrados acerca da identidade, memória e futuro da cidade, pautados por grandes empreendimentos, têm exposto uma forte inquietação social e evidenciam a necessidade de um instrumental apropriado de mediação de interesses e de ponderação sobre as alternativas de expressão do crescimento, da transformação e da preservação das múltiplas facetas da cidade. Mas pode dar suporte a uma readequação na forma e nos meios de se assegurar expressões mais diversificadas de paisagem, morfologia e ambiência urbana, sem que nenhum modelo sufoque outro, mas que seja pautada na valorização de diferentes identidades e feições para uma cidade modelada por distintos sujeitos e valores....Não há consensos fáceis, mas são fortes as evidências de que a defesa da diversidade na paisagem e na morfologia da cidade, expressa no Plano Diretor, encontra pouco eco na forma generalizada como alguns índices se aplicam a largas extensões da área urbanizada, desconhecendo singularidades e favorecendo a reprodução de padrões uniformes de urbanização. Outro desafio que remete à consistência técnica diz respeito ao estabelecimento de referenciais e procedimentos para aferição da capacidade da infraestrutura urbana instalada e projetada - preceito igualmente declarado no Plano Diretor que encontra amparo ainda muito limitado nas definições dos condicionantes para empreendimentos de impacto ou nas análises de atividades potencialmente geradoras de incômodo à vizinhança”.

Acontece que a paisagem urbana foi desconsiderada na proposta enviada à Câmara de Vereadores. O termo e o conceito de Direito à Paisagem incorporados no Plano Diretor, em consonância com as discussões sobre o tema feitas no mundo inteiro, foram suprimidos da proposta de revisão. Recife é uma cidade recortada por rios e que possui forte presença de patrimônio histórico e ambiental. Durante todo o processo de revisão do Plano Diretor, não houve a participação de um único especialista em patrimônio histórico. A identidade histórica, cultural e ambiental da cidade não foi o fio condutor da proposta. O fio condutor foi uma pretensa capacidade de mobilidade – com base em um sistema viário projetado – e o adensamento construtivo desvinculado da paisagem, do patrimônio histórico e ambiental, e da capacidade de suporte da infraestrutura instalada.

O zoneamento proposto é confuso, sem um embasamento metodológico. Os parâmetros urbanísticos propostos são irresponsáveis e não consideraram a capacidade de suporte da infraestrutura instalada. Pedacos do território sem um único metro linear de esgotamento sanitário estão com os parâmetros urbanísticos dentre os mais altos – Imbiribeira, Várzea...

“

Populações tradicionais ribeirinhas e de religião de matriz africana foram sumariamente ignoradas na proposta de novo Plano Diretor encaminhada ao Legislativo municipal

O zoneamento ambiental não foi incorporado ao Zoneamento do Plano Diretor. As Unidades Protegidas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP) são citadas, mas não foram incorporadas nos mapas e descritivos. O Plano Diretor autoriza que os Planos de Manejo estabeleçam parâmetros urbanísticos mais permissivos e que se possa ocorrer outorga onerosa do direito de construir em unidades ambientalmente protegidas.

Na sequência das aberrações propostas pelo projeto de lei enviado à Câmara, atenção especial deve ser dada às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Recife ficou conhecida mundialmente como uma das cidades a primeiro propor o instrumento das ZEIS, visando garantir a permanência de populações de baixa renda em trechos bem localizados da cidade, onde construíram suas moradias. Também poderá entrar para a história como a cidade que destruiu o instrumento. Os parâmetros propostos para as ZEIS são especulativos e visam a substituição da população pobre por população de maior renda.

O diagnóstico da consultoria aponta que quase 70% da população recifense tem renda inferior a dois salários mínimos, porém a prefeitura trata como empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS) e que poderiam se instalar em zonas definidas como ZEIS aqueles destinados a pessoas com renda de até R\$ 9.000. Com os parâmetros urbanísticos estabelecidos no projeto de lei para as ZEIS e com a caracterização de baixa renda proposto, fica clara a intenção de liberação das ZEIS para o mercado imobiliário formal.

As populações tradicionais ribeirinhas e praticantes de religião de matriz africana também foram sumariamente ignoradas na proposta de novo Plano Diretor encaminhada ao Legislativo municipal. Em todas as oficinas realizadas foram solicitadas a espacialização e a proteção desses territórios. Nenhuma área foi demarcada e os parâmetros propostos podem resultar na expulsão dessas populações.

Para as áreas de comércio popular, que desempenham um importante papel de centralidades urbanas e responsáveis pelo desenvolvimento de uma dinâmica econômica e social que traz vitalidade para trechos descentralizados do território, também foi solicitado um tratamento diferenciado visando a sua preservação. Os parâmetros propostos terão o poder de substituir o porte e o tipo de atividade instalada, promovendo a substituição do comerciante pequeno ou individual por grupos de maior porte.

Todas essas “estratégias” adotadas pela gestão municipal, o processo vivenciado e o projeto de lei enviado à Câmara dos

Vereadores nos fazem questionar: estamos tratando de um Plano Diretor ou um Plano de Negócios? Tudo leva a crer que se trata de um grande plano de negócios. Um plano de negócios que não envolve ou incorpora a população mais pobre ou vulnerável. Um plano de negócios com grande potencial de ampliar desigualdades, promover deslocamentos forçados e aumentar a exclusão socioambiental em nossa cidade.

Referências Bibliográficas

Prefeitura do Recife, Termo de Referência do SBQC012016, Solicitação Padrão de Propostas.
Recife, Lei 17.511/08 – Plano Diretor do Recife
Recife, Projeto de lei nº 28/2018 - Plano Diretor do Município do Recife.

FOTO: Gilka Resende / FASE





FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

Disputas e dívidas na área central do Recife

O debate da dívida surge a partir da lógica da propriedade. O processo de formação do Recife se deu com transições de cima para baixo, sem grandes alterações nas estruturas sociais. Não foram poucas as resistências que pautaram outras relações sociais de acesso à terra para além da transmissão histórica de poder em forma de propriedade

Lula Pinto: Jornalista, professor do curso de Jornalismo da Unicap, membro fundador da Marco Zero Conteúdo.

Rud Rafael: Educador da FASE em Pernambuco e membro da coordenação da Articulação Recife de Luta.

Muito tem se falado nos últimos tempos da disputa de narrativas, como um dos elementos do fazer político contemporâneo. Em um país no qual existem mais imóveis vagos do que famílias precisando de moradia, podemos dizer que a narrativa que mantém essa realidade insustentável não é bem baseada na legalidade. Isso porque, sendo moradia um direito e a função social da propriedade um princípio, ambos previstos na Constituição Federal de 1988, cabe questionar que ideologia sustenta tamanha injustiça social.

Ela emerge dos porões da história do Brasil colonial, que não rompeu com as amarras do patrimonialismo e não é à toa que o atual presidente identifique como inimigos do seu Governo os movimentos que questionam a ordem sublegal da apropriação privada, concentrada da terra e o não cumprimento da função social. É fundamental falarmos de ideologia em um tempo no qual o termo é usado para criminalizar a luta política e naturalizar as desigualdades, quando seu uso tradicional, na verdade, servia para combatê-las.

Falando em colonialidade e ideologia da propriedade, existe um debate importante a ser feito: o debate da dívida. O processo de formação do Recife, alinhado ao processo nacional, se deu com transições de cima para baixo, sem grandes alterações nas estruturas sociais. Não foram poucas, no entanto, as resistências que pautaram outras relações sociais de acesso à terra para além da transmissão histórica de poder em forma de propriedade.

Os quilombos, por exemplo, representam experiências alternativas de sociedade. Esse modelo associativo se desenvolveu no país e se atualiza como ideia-força há quatro séculos, assumindo as formas legais de rede de irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras, ocupações urbanas etc.

No início do século XX, por exemplo, o bairro do Recife, o primeiro núcleo urbanizado da cidade, passara por intensa reforma, muito inspirada pelo processo de reforma urbana de Paris, na segunda metade do século XIX, mas também pelas intervenções que a capital federal, à época o Rio de Janeiro, vivenciavam. Em nome de uma ideia de modernização, as pessoas iam dando lugar aos negócios. Nesse momento, “da população residente de 13 mil pessoas em 1910, 5 mil foram desalojadas em 12 meses. A evasão levou embora cerca de 10 mil pessoas num período de 13 anos”¹.

No fim da década de 1910, mais especificamente em 1919, a primeira legislação que tratava do zoneamento da cidade do Recife, a lei 1051/1919, trazia abertamente que era proibida a existência de moradias precárias no centro. O signo do dito progresso da cidade sempre teve a marca da modernização conservadora, se convertendo num espaço urbano extremamente segregado.

¹ Disponível em: http://marcozero.org/bairro-do_recife-100-anos-depois/

Na década de 1930, sob a alegação da promoção da saúde pública, se construiu um novo alvo: os Mocambos. A Liga Social contra os Mocambos e, posteriormente, o Serviço Social contra os Mocambos promoveram uma verdadeira higienização urbana nas áreas centrais do Recife.

Obras estruturadoras e grandes avenidas foram sendo construídas e o centro foi se verticalizando, “mudando de cara”. A sociedade da cana-de-açúcar ia mudando progressivamente para uma economia de serviços. Bancos, seguradoras, escritórios, grandes redes de lojas e bares foram se instalando no centro, reparcelando e lembrando as áreas das antigas construções.

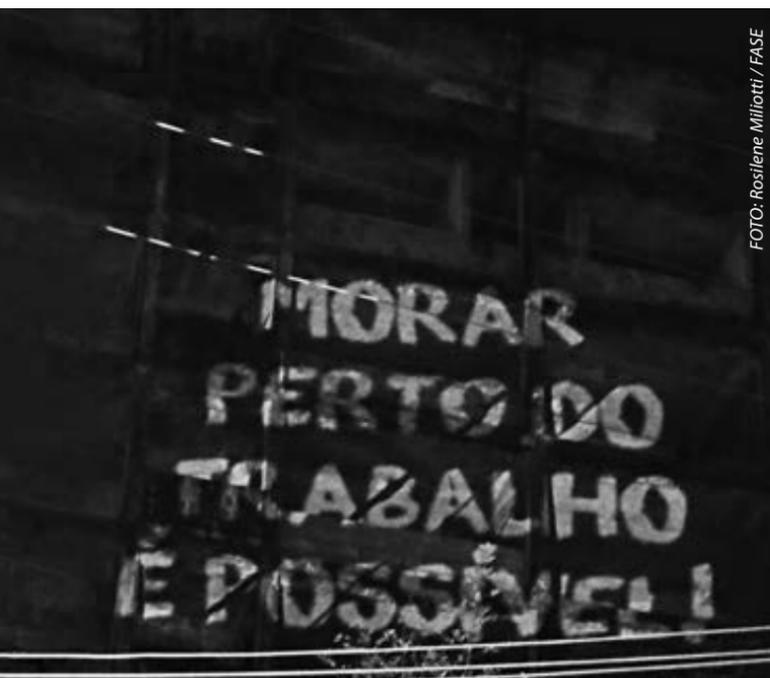


FOTO: Rosilene Miliozzi / FASE

Esse processo, que alia e alinha capital imobiliário, patrimonialismo, patriarcado, racismo e segregação urbana, se atualiza de maneira dramática ao longo do século XX na cidade do Recife. Um interessante índice desse estado de coisas pôde ser percebido a partir da experiência do Rolê da Função Social da propriedade – uma ação do Coletivo A Cidade Somos Nós, com o objetivo de mapear e discutir a situação de centenas de imóveis abandonados no Centro do Recife. Em 2009, o Projeto Moradia no Centro, realizado por organizações que compunham o Fórum Nacional de Reforma Urbana, já tinha apontado essas questões e o Rolê mobilizou pessoas para identificar “in loco”.

Em 2018, essa ação resultou em um relatório, produzido através da parceria entre a FASE, a ONG Habitat para Humanidade Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Coletivo Arquitetura, Urbanismo e Sociedade (CAUS). Esse trabalho revelou a existência de 42 imóveis (com cinco ou mais andares) desocupados ou menos da metade ocupados no bairro

de Santo Antônio. O espaço disponível é correspondente a 2.106 unidades habitacionais. Para isso, seria necessário um investimento estimado de R\$ 252.781.694,85. No geral, a área ociosa significa pouco mais de 14% do total de área construída em todo o bairro – incluindo igrejas, conventos, palácios e sobrado.

Na mesma época em que esse levantamento foi publicizado, a Marco Zero Conteúdo revelou um inacreditável acúmulo de dívidas em Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no centro da cidade – cerca de R\$ 346 milhões, relacionadas a imóveis nos bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista.

O valor dessa dívida na Região Político Administrativa 1 (RPA) é comparável ao que a atual gestão municipal estimava angariar em 2018 em toda a cidade com a arrecadação de IPTU, cerca de R\$ 382 milhões. É também equivalente ao custo de construir mais de 4 mil unidades habitacionais no padrão do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Esse montante de dívida indica várias coisas. Uma delas é que o abandono é estrutural da condição de desigualdade no acesso à moradia. Ao mesmo tempo, essa condição naturaliza um cenário – de vazio, decadência e insegurança –, que alimenta um afeto, que é experimentado por milhões de pessoas sem lugar para morar: o sentimento de abandono.

Esse debate se deu no contexto em que a ocupação Marielle Franco, realizada no dia 19 de março de 2018 no edifício Sulamérica, em plena Praça da Independência, reivindicava moradia popular no centro e políticas públicas para as mulheres. A ocupação, que reuniu inicialmente mais de 100 famílias, foi mais uma iniciativa para mostrar que é possível enfrentar esse abandono. A ocupação também foi a retomada desta tática por parte dos movimentos sociais, posto que em 1999 houve a ocupação do Edifício JK – antigo prédio do INSS, que hoje acumula mais de R\$ 7 milhões em dívida de IPTU e continua subutilizado – em 2010 a ocupação Margarida Alves ocorreu no edifício Trianon Margarida Alves e houve, no mínimo mais outras três ocupações (duas no antigo edifício do IBGE, em 2010 e 2012, e uma no antigo edifício da CONAB, em 2011, que fora demolido para a construção de um Hotel Marina).

Em agosto deste ano, a Articulação Recife de Luta entrou com uma denúncia pedindo a arrecadação dos 42 imóveis abandonados no bairro de Santo Antônio. O pedido se embasa no Decreto 31.671/18, de autoria da Prefeitura do Recife, e abre a possibilidade para que organizações e cidadãos façam esse requerimento.

Pensar novas dinâmicas para os centros urbanos é um desafio urgente das grandes cidades, para pensar reparação histórica, enfrentando o problema da moradia, mas também avançar na direção de preservação democrática do patrimônio comum. Pensar uma nova economia política das cidades passa por resgatar a vida nos centros.



FOTO: Gilka Resende / FASE

As mulheres negras, a negação dos direitos e o acesso às políticas públicas

Sempre houve e continua havendo lutas contra as diversas formas de violência sofridas pela população negra. Dando continuidade a esse processo de resistência, nasceu em Pernambuco a Campanha “Mulheres Negras Pela Vida”

Rosimere Nery Peixoto: Pedagoga, militante feminista e educadora do programa da FASE em Pernambuco.

*“Eu te digo o que a liberdade
significa para mim:
não ter medo”.*

Nina Simone

*“Quando uma mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade
se movimenta com ela”.*

Ângela Davis

Como entidade nacional que atua na defesa dos Direitos Humanos e na ampliação da democracia e das condições de igualdade e acesso às políticas públicas para todas as pessoas, a FASE se coloca como uma organização antirracista, antixista e a favor da igualdade dos direitos. Sua missão é “contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, sustentabilidade do meio ambiente e universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos”.

No decorrer dos seus 58 anos de existência, a entidade tem incorporado a perspectiva do combate ao racismo e a promoção da igualdade racial em sua atuação, na perspectiva da interseccionalidade. No conjunto de questões específicas de cada um dos feixes de atuação temática, debateram-se os motivos e formas de manifestação do racismo em suas diversas dimensões e a partir das causas da FASE: Direito à Cidade, Justiça Ambiental, Mulheres e Soberania Alimentar.

Na causa Mulheres, o programa regional da FASE em Pernambuco tem trabalhado, nesses últimos 12 anos, dando destaque

às questões relacionadas às mulheres negras, integrando a temática e as próprias mulheres, gradativamente, ao conjunto de nossa atuação como elemento estrutural. Além disso, tem desenvolvido projetos específicos ligados à temática. Exemplos significativos desta forma integrada de atuação são os projetos Mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo e o sexismo¹ e Juventudes nas Cidades², dos quais participam, em maioria absoluta, jovens mulheres negras. Por meio dessas iniciativas, buscamos a integração das seguintes dimensões: “Mulheres”, “Juventude” e “Enfrentamento ao Racismo e Igualdade Racial”.

As participantes dos projetos trazem histórias de precarização vivenciadas histórica e cotidianamente, resultantes do longo e presente processo de escravização e a falta de oportunidades, face mais visível do racismo estrutural resultante da constitui-

¹ Projeto desenvolvido em parceria com Oxfam Brasil, Instituto Pólis, Inesc, Ibase, Ação Educativa e Crioula. Participam da iniciativa jovens negras de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

² Projeto com jovens das comunidades e periferias em parceria com a Oxfam Brasil, Ibase, Inesc e Ação Educativa. O objetivo é trabalhar a questão Direito à Cidade dos Direitos na Cidade.

ção do país a partir do sistema escravista. Ainda que a escravidão tenha sido interrompida como sistema oficial de produção, a população negra teve sua vida marcada e estruturada por este evento colonial, que segue sendo reposto e se dá a conhecer pelas formas estruturais da desigualdade e das formas abertas e veladas de racismo cotidiano.

O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, ficando somente atrás da Nigéria. O nosso país foi o maior território escravocrata das Américas, recebeu cerca de 5 milhões de pessoas escravizadas vindas da África e teve o maior período do mundo de exploração de escravizados, que sofriam todo tipo de violência, tortura e crueldade. Quando ocorreu a abolição, os antigos escravos foram colocados nas ruas sem nenhum direito ou apoio por parte do Estado. Não foi oferecida nenhuma política de reparação ou de oportunidade a essa população.

Resistência nos dias atuais

Historicamente, a falta de políticas públicas tem reforçado o racismo e o controle da vida e dos corpos negros. Atualmente, estamos vivenciando no Brasil um processo de muitos retrocessos: o governo Jair Bolsonaro autoriza a sociedade em seus atos e ações racistas, além de eliminar as políticas afirmativas étnico-raciais que existiam como forma de o Estado reconhecer a dívida histórica com a população negra.

Dados do Atlas da Violência 2019 confirmam a ligação direta entre essa política de destituição de direitos, o aprofundamento das desigualdades vivenciadas pela população negra, em especial as mulheres, e as práticas de racismo:

“A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas



FOTO: Rosimere Nery Peixoto / FASE



FOTO: Rosimere Nery Peixoto / FASE

A “Marcha das Mulheres Negras de 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver como nova Utopia” foi um marco nos últimos anos, reunindo mais de 50 mil mulheres das cinco regiões do Brasil. Essa foi uma demonstração de articulação e força política que estruturou dali até os nossos dias formas de articulação em rede, visibilização da agenda de lutas e resistências, sobretudo as formas de combate ao racismo. Ao final da Marcha, foi entregue a Carta Pública à então presidenta da República Dilma Rousseff:

“Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha inspiradas em nossa ancestralidade, que nos fez portadoras de um legado capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório. Buscamos fundamentos em paradigmas que se orientam

por outra gramática política, responsável por uma reordenação sociorracial equilibrada, capaz de acolher saberes, práticas e experiências até então ignorados pelas dominantes configurações do político. Não temos dúvida de que a adoção desse paradigma instaura, a uma só vez, a reconstrução de utopias onde as diferenças são compreendidas como um valor humano.

O nosso grande desafio, pensando o lugar e o papel dos grupos historicamente discriminados, onde, nós, mulheres negras, estamos na dianteira dos índices de iniquidade, é como fazer das diferenças um capital importante da humanidade e não um elemento que dinamiza, perversamente, as desigualdades e as discriminações, que se mostram cada vez mais abissais no Brasil e no mundo”.¹

¹ Trecho da Carta Pública “Em nome de nossas ancestrais, marchamos”.

no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas.” (pg. 39)

“Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios³ foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,] utilizada também pelo SIM [Sistema de Informação sobre Mortalidade]), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.” (pg. 49)

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2011 a taxa de escolarização de mulheres brancas foi de 23,8%, enquanto de mulheres negras somente 9%, comprovando a escassez de acesso dessas mulheres negras à educação. 68% das mulheres encarceradas são negras, a grande maioria por envolvimento no tráfico de drogas, enquadradas principalmente no crime de associação ao tráfico. Em muitos casos, a venda de drogas é a única alternativa de sobrevivência oferecida a elas, frente a uma realidade de falta de oportunidades, racismo e um modelo de educação inacessível. Por fim, 80% das mulheres presas são mães e, em sua maioria, as únicas responsáveis por seus filhos e filhas.

³ Sobre o processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições do Atlas da Violência.

Diálogo com a sociedade

Definimos como estratégia da Campanha “Mulheres Negras Pela Vida” exposição em lugares públicos de manequins negros vestidos com peças contendo dados sobre os eixos políticos que orientam a iniciativa. Essas são as atividades realizadas até o momento:

Seminário de Lançamento da Campanha “Mulheres Negras Pela Vida”, realizado no Recife, no início de outubro de 2019;

Exposições na Estação Central do Metrô do Recife - Joana Bezerra; e no Terminal Integrado de Passageiros Xamba;

Roda de diálogo de Lançamento da Campanha “Mulheres Negras Pela Vida”, em Vitória de Santo Antão, zona da mata de Pernambuco. E exposição de manequins na Praça da Matriz da cidade;

Exposição de manequins e rodas de conversas nas seguintes escolas de Moreno, na região metropolitana

A violência é um fator também estrutural das desigualdades no Brasil, tanto nas áreas urbanas quanto no campo. Os dados mostram que as mulheres negras e as jovens negras das comunidades periféricas estão sendo violentadas. E o aumento desta violência está pautado pela política racista que tem sido implementada com maior fôlego pelo Estado, que tem sido autorizado pelo modelo de desenvolvimento excludente que vem sendo implantado em nosso país nos últimos anos, onde o que é valorizado é o capital. As pessoas, o meio ambiente e os territórios têm sido expropriados para os grandes projetos de desenvolvimento.

Campanha Mulheres Negras pela Vida

Sempre houve e continua havendo lutas contra as diversas formas de violência sofridas pela população negra. Mesmo com toda política para exterminar o povo negro, as mulheres negras continuam resistindo de muitas formas. Elas foram as principais heroínas na perspectiva de proteger o quilombo. Dando continuidade a esse processo de resistência, a FASE e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco lançaram a Campanha “Mulheres Negras Pela Vida”, que denuncia as violências que as mulheres negras são vítimas diariamente no seu cotidiano.

Seis eixos são priorizados:

1. MORTALIDADE MATERNA: No ano de 2017, no estado de Pernambuco, cerca de 72% das mortes por mortalidade materna foram de mulheres negras (pretas e pardas). A faixa etária mais atingida pelas mortes maternas está entre 20 e 39 anos, com cerca de 74% desses óbitos.

do Recife: Escola Estadual Maria do Céu Bandeira e Escola Estadual Artur de Mendonça;

Exposição de manequins no Encontro Nacional de Escritoras Negras, na Faculdade Joaquim Nabuco no Recife;

Exposição de manequins negras no Seminário MILBA - “Entre tradição e contemporaneidade: insubmissas vozes de mulheres”, realizado em outubro de 2019, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);

Exposição de manequins e distribuição do material no II Seminário “Vidas Negras Importam” de Serviço Social, realizado em novembro de 2019 no Centro de Ciências Sociais Aplicada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

E lançamento da Campanha “Mulheres Negras Pela Vida”, em Passira, no agreste pernambucano, também em novembro de 2019.



FOTO: Rosimere Nery Peixoto / FASE

Na cidade do Recife, 95% das mulheres que morreram de morte materna em 2018 eram negras⁴.

2. MULHERES ENCARCERADAS: Em Pernambuco, 81% das mulheres que estão em situação prisional são negras. O Brasil é o 5º país do mundo que mais encarcera mulheres. Cerca de 20% dessas mulheres são analfabetas.⁵

3. EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS: Pernambuco é o terceiro estado com maior aumento de casos de homicídios de jovens no ano de 2017, com um aumento de 26,2% em relação a 2016. Em torno de 70% desses jovens assassinados são jovens negros. São os filhos, maridos, irmãos, familiares e amigos das mulheres negras.⁶

4. ANALFABETISMO: A taxa de analfabetismo entre pessoas brancas é de 4,2%, enquanto que entre pretos e pardos é de 9,9%.⁷

5. RENDA: No Brasil, 67% dos negros estão incluídos entre os que recebem até 1,5 salário mínimo (cerca de R\$1400). Entre os brancos, esse índice fica em 45%. Brancos e negros só terão salários iguais no ano de 2089, ou seja, daqui a 70 anos, se a situação do Brasil continuar como está hoje.⁸

6. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: Quase 67% das mulheres negras sofreram algum tipo de violência durante o parto,

como gritos, procedimentos dolorosos não autorizados ou informados, ausência de anestesia e negligência.⁹

A FASE e a Rede de Mulheres Negras compartilham essa Campanha na perspectiva de reforçar as redes de solidariedade e estratégias de resistências que as mulheres negras têm utilizado para enfrentar o racismo, interpelando a sociedade acerca das violências que as atingem cotidianamente e que são geradas pelo racismo, pelo machismo e a discriminação de classe.

Finalizo esse texto convidando todas as pessoas a terem atenção para como o racismo e o machismo têm se colocado em nossa sociedade, reforçando que a luta contra o racismo não é uma luta da população negra, e sim de toda a sociedade.

Referências Bibliográficas

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/> <acesso em 14.12.2017>

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública (orgs.). Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

⁴ Comitê de Mortalidade Materna.

⁵ (INFOPEN).

⁶ Atlas da Violência 2019.

⁷ PNAD Contínua 2016.

⁸ Oxfam Brasil, 2017.

⁹ Pesquisa Nascer no Brasil, 2014.



FOTO: Rodrigo Lima / Ação Comunitária Caranguejo Uçá

Pescadoras e pescadores urbanos e o atual cenário da pesca artesanal, a partir da comunidade Ilha de Deus (PE)

Recife é uma cidade tradicionalmente pesqueira. Ao longo do tempo, “arranha-céus” imponentes e excludentes começam a ser erguidos e a cidade passa a ser caracterizada pela lógica dicotômica entre as áreas de maiores investimentos de políticas públicas e áreas com menos investimentos – como as comunidades tradicionais pesqueiras

Ação Comunitária Caranguejo Uçá: movimento de resistência surgido, em 2002, na Ilha de Deus, cidade do Recife. O grupo tem como principal missão contribuir para o processo de construção do pensamento crítico e favorecer a descoberta da capacidade e força inerentes a todo ser humano, através da identificação de suas potencialidades.

Recife, uma cidade tradicional pesqueira

A cidade do Recife, em Pernambuco (PE), tradicionalmente pesqueira, carrega em sua história a força das águas e a resistência dos povos Tapuias que, dentre as diversas práticas, detinham a habilidade da pesca, mas que, assim como em outras localidades na história do Brasil, foram expulsos para o interior pelos colonizadores que aqui chegaram. A cidade inicia, então, seu processo de ascensão, quando a atividade açucareira passa a gerar renda para a chamada na época Vila Recife. Margeada pelos rios, abrigava engenhos e casebres que tinham as águas como os caminhos para transportar os produtos. Já no século XIX, a cidade inicia processualmente mudanças impulsionadas pelo aumento da população, que em nome do desenvolvimento, começa a ser “engolida” por aterro dos mangues e rios. Sendo assim, ruas e pontes passam a constituir a paisagem da metrópole. A ruptura na relação ancestral entre as pessoas e os rios começa a ser evidenciada. Recife começa a ser ocupada de forma desigual pelos mais poderosos nos melhores terrenos e aos migrantes restavam os morros e demais espaços, que hoje são conhecidos como periferias.

Ao longo do tempo, “arranha-céus” imponentes e excludentes começam a ser erguidos e o que era mangue tornou-se prédio, o que era história, pouco a pouco, deu lugar ao vazio de sentido. A cidade passa a ser caracterizada pela lógica dicotômica entre as áreas de maiores investimentos de

políticas públicas e áreas com menos investimentos – como as comunidades tradicionais pesqueiras. Ocupando as margens dos rios, as comunidades passam a ser subjugadas pelas políticas públicas, esmagadas pelo formato ainda escravocrata e colonizador lá de trás, quando lhes é negado o potencial de produção que garanta a segurança e soberania alimentar de uma parcela da população. Assim, a história de vida das pessoas dessas comunidades tradicionais pesqueiras se assemelha ao movimento das águas, fluxo que se apresenta como caminho sustentável.

Na contramão, negando seu potencial de origem, a cidade “cresce” fechando os olhos para essa cultura milenar. Mesmo com toda adversidade, onde o rio é a expressão da origem histórica da cidade por um lado, é lembrado como sinônimo de poluição e pelas intervenções urbanísticas opressoras, por outro, a pesca artesanal ainda segue o modo tradicional e garante a continuidade dos conhecimentos ancestrais que atravessaram gerações. Embora essa categoria não seja respeitada e inserida na organização política da cidade, seguem produzindo os tão apreciados mariscos, sururus, camarões e peixe para a cidade e para todo o estado. A exemplo dessa perspectiva está a comunidade do Bode, situada no bairro do Pina, que é uma das primeiras comunidades tradicionais pesqueiras e tem em sua memória a produção do filé de Siri, mesmo tendo sobre seu território a negação do potencial pesqueiro.

Ilha de Deus, a raiz da cidade

A comunidade tradicional pesqueira de Ilha de Deus está localizada na Zona Sul da cidade, entre os rios Pina, Jordão e Tejió, entre a Baía do Pina e o Parque Natural Municipal dos Manguezais Josué de Castro – Unidade de Conservação com área equivalente a 412 hectares. Nessa região, o ecossistema predominante é o manguezal, que favorece a produtividade primária que garante a manutenção da cadeia alimentar marinha e oferece os recursos pesqueiros necessários à manutenção das atividades da comunidade. As principais atividades socioeconômicas são a catação de sururu e marisco (moluscos), o cultivo de camarão e a pesca.

A história de resistência da Ilha de Deus é demarcada pela luta das mulheres pescadoras. Nos anos 1980, o crime ambiental promovido pelo governo da época que autorizou o lançamento dos efluentes industriais nos corpos hídricos, resultando numa mortandade dos recursos pesqueiros, reforçou o papel de destaque das mulheres, assumindo o protagonismo e o lugar decisivo para a consolidação das políticas públicas e a conquista de direitos de uma forma incisiva para comunidade



FOTO: Rodrigo Loma / Ação Comunitária Caranguejo Uçá

com a garantia de serviços básicos como o acesso à energia, à água encanada e a construção da Ponte Vitória das Mulheres, que carrega em seu nome a força das mulheres da Ilha. Resistir é sem dúvida o verbo que mantém, desde o princípio, os territórios tradicionais pesqueiros que, assim como o Bode e a Ilha de Deus, trazem no cotidiano um modo de vida coletivo e sustentável carregado de subjetividades afetivas, históricas, culturais e identitárias, mas também de elementos determinantes, como sendo os locais de moradia, trabalho e lazer.

Em 2007, diversas comunidades e movimentos sociais, sob regência da Ação Comunitária Caranguejo Uçá, se reuniram em uma barqueata com o propósito de garantir políticas públicas ambientais e pelos seus respectivos reconhecimentos enquanto Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Entre as propostas apresentadas ao governo estadual estavam a limpeza dos rios, canais e marés, o desassoreamento em pontos estratégicos dos rios, política de saneamento básico para diminuição ou extinção

do derramamento dos esgotos nos rios, políticas públicas habitacionais em coerência com o contexto de vida tradicional e o ressarcimento monetário às famílias durante o período de procriação de algumas espécies (seguro-defeso). Passados 10 anos, em 2017 as comunidades tradicionais pesqueiras se reuniram no Encontro de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Recife, que trouxe como tema central a luta em defesa de direitos e territórios tradicionais pesqueiros. O encontro foi realizado por diversas organizações¹, onde foram discutidos os problemas e as necessidades das pescadoras e pescadores artesanais urbanos.

Como marco decisivo para ações posteriores, até então, estes tinham sido alguns dos poucos momentos – que se tem registro – de mobilização e organização da categoria para reivindicação dos seus direitos. Recentemente, em agosto de 2019, a Ciranda de Mulheres² realizou o “Encontro Ciranda em Rede: Fortalecendo Mulheres Pescadoras”, reunindo pescadoras de quatro comunidades do Recife para dialogar sobre a necessidade da organização política e para a construção de caminhos para o fortalecimento das mulheres trabalhadoras da pesca artesanal.

Um século de colônia

O surgimento das primeiras colônias de pescadores se deu por iniciativa da Marinha de Guerra do Brasil, através de uma missão que percorreu a costa brasileira (1919-1924), chefiada pelo comandante Frederico Vilar. O período pós 1ª Guerra Mundial havia demonstrado o quanto o país apresentava fragilidade, uma vez que a região costeira se encontrava militarmente desprotegida e ninguém melhor do que os pescadores artesanais conheciam os segredos dos mares. A pesca artesanal, que se configurou enquanto categoria sócio-profissional ainda nos tempos do Brasil-Colônia, agora era vista como reserva naval da Marinha, atendendo aos interesses políticos de grupos da elite econômica. Sob um pretexto de modernização e industrialização do setor pesqueiro, a relação que o estado brasileiro estabeleceu com trabalhadores da pesca sempre apresentou um caráter paternalista e assistencialista.

Instabilidade da categoria

Ao longo das décadas, a pesca artesanal esteve subordinada em uma constante alternância de diferentes subpastas, órgãos e autarquias governamentais: Marinha do Brasil; Ministério da Agricultura (CONDEPE, SUDEPE); Ministério do Meio Ambiente (IBAMA); Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca/Ministério de Pesca e Aquicultura; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. As instabilidades de uma gestão eficiente

¹ Ação Comunitária Caranguejo Uçá, Conselho Pastoral dos Pescadores, FASE, SOS Corpo, FUNDAJ, UFPE, Centro Sabiá, Poupança Comunitária e TV Universitária.

² Grupo formado por pescadoras artesanais e também por profissionais de outras localidades, com objetivo de socializar saberes e práticas ligadas à saúde e formação sócio-política.

associada a uma carência de políticas públicas específicas escancararam um dos principais problemas do setor, a falta de governança. Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1998 a categoria conquista direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores são equiparadas aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Ausência de estatísticas pesqueiras e o fim do MPA e o RGP

Dentre as inúmeras carências no cenário da pesca artesanal, um dos principais gargalos é a estatística pesqueira. Para que haja uma valorização e uma gestão eficiente dessa atividade, é necessário compreender como funciona a cadeia econômica. É preciso conhecer e analisar os dados das etapas³ da produção pesqueira, com o objetivo de garantir uma regulamentação sustentável. Porém, a estatística pesqueira realizada no Brasil apresenta fragilidades devido a uma descontinuidade na obtenção dos dados e por ter utilizado diferentes metodologias de coleta das informações.

Desde 2006 não é realizada a estatística pesqueira por estado, apenas São Paulo segue fazendo seu próprio monitoramento. O último levantamento nacional da produção oriunda da pesca artesanal foi em 2011. De lá para cá, apenas dados da produção da aquicultura⁴ têm sido publicados. Além de não sabermos com precisão quanto de pescado é produzido pela pesca artesanal, não sabemos qual o número real de pescadores e pescadoras no país, uma vez que a emissão do Registro Geral da Pesca (RGP), conhecido como carteira do pescador/da pescadora, não é feita desde 2013 e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) foi extinto em 2015.

Cenário do óleo

Desprovidos de qualquer política pública específica, sem nenhum órgão representativo na esfera federal à altura do que simbolizam, milhares de pescadores e pescadoras encontram-se desamparados sem ações concretas do poder público diante do maior crime ambiental em extensão já ocorrido na costa brasileira. Desde que as primeiras manchas de óleo apareceram na Paraíba, em 30 de agosto de 2019, mais de 4 mil toneladas de óleo foram retiradas do mar, das praias e dos estuários. Ao todo já se contabilizam 466 localidades afetadas em 107 municípios dos 9 estados da região Nordeste e do Espírito Santo⁵.

³ Captura, beneficiamento e comercialização.

⁴ Produção de organismos aquáticos, como peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios, répteis e plantas aquáticas para uso do ser humano. Os peixes da aquicultura são alimentados de ração.

⁵ IBAMA, atualizado em 10/11/2019.

“As curvas dos rios são muitas e as marés pedem o fortalecimento e a união dos pescadores e pescadoras do Recife”

Próximos passos

Apenas em Pernambuco, mais de 1.500 toneladas dos resíduos do óleo foram removidas do litoral e destinadas ao Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) Ecoparque, em Igarassu⁶. Embora tenham sido realizados sucessivos debates públicos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e a Fiocruz, onde profissionais, especialistas e representantes de movimentos sociais sugerem que o governo pernambucano declare Estado de Calamidade Pública, para poder acessar fundos emergenciais, tal medida ainda não foi tomada. As principais preocupações se referem aos impactos ambientais nos ecossistemas costeiros, à questão da saúde pública de todas as pessoas que tiveram contato ou ficaram expostas ao óleo e com a fonte de renda, e a segurança e soberania alimentar das comunidades tradicionais pesqueiras.

Apesar de o óleo ainda não ter sido registrado em Recife, o prejuízo já chegou e se acumula. Enquanto as análises de contaminação do pescado ainda não foram realizadas, a dificuldade de vender os moluscos, crustáceos e peixes produzidos por pescadores da Ponte do Limoeiro e de comunidades como a Ilha de Deus, Vila da Imbiribeira, Bode e Brasília Teimosa preocupa a população e traz incertezas. De que forma as comunidades tradicionais pesqueiras serão ressarcidas pelas perdas da produção local? O que acontecerá, caso os recursos pesqueiros estiverem contaminados? Baseada nesses questionamentos, a Ação Comunitária Caranguejo Uçá realizou uma assembleia na comunidade⁷ com pescadoras e pescadores de três comunidades. Como resultado, foi encaminhada na Câmara Municipal uma solicitação de Audiência Pública Externa que irá impulsionar os próximos passos para tomada de decisão acerca das questões ambientais na cidade. Neste mesmo período, o Congresso Nacional estará recebendo as assinaturas recolhidas pela Campanha de Regulamentação dos Territórios Pesqueiros, projeto de Lei de Iniciativa Popular liderado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), entre outros movimentos sociais.

As curvas dos rios são muitas e as marés pedem o fortalecimento e a união dos pescadores e pescadoras da cidade do Recife, do estado de Pernambuco e do Brasil, para seguirem firmes e que toda população compreenda que o compromisso para a defesa e reconhecimento dos territórios pesqueiros para a garantia dos direitos das comunidades tradicionais é de todos e todas.

⁶ CPRH acessado em 02/11/2019.

⁷ Assembleia realizada no dia 05 de novembro.



FOTO: Fran Silva

A proibição das drogas como estratégia de controle do povo negro

A política de drogas é chamada de “guerra às drogas”. Na verdade, é uma guerra contra pessoas, e as que mais morrem são as mais vulneráveis

Fran Silva: Fotógrafa, Educadora Social, Rede de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e Ação Comunitária Caranguejo Uçá.

A guerra às drogas, que vem matando mais que o consumo da própria droga, serve como motivo para a polícia entrar em nossas periferias em perseguição e controle do povo negro. Desde que há humanidade, existe o uso de drogas para vários fins. Substâncias disponíveis na natureza foram usadas na forma de chás, em alimentos e medicamentos, passando pelos usos recreativos e religiosos, entre outros. O fato é que as civilizações que nos antecederam sempre conviveram com substâncias capazes de alterar a consciência, muitas delas contidas em plantas consideradas sagradas. Dentre elas, está a maconha, sendo que seus primeiros registros datam de 10 mil anos A.C.

Nem sempre a maconha foi proibida no Brasil. As leis que iniciaram uma política de perseguição envolvendo essa planta são de períodos próximos à abolição da escravidão. Muito popularizada entre os negros, a maconha foi proibida como forma de controle social de um grupo. A repressão ao seu uso também faz parte da política de perseguição ao samba, às religiões de matrizes africanas, ao jongo e à capoeira, todas as formas de resistência da cultura negra no Brasil.

Há cerca de um século essa tradição passou a ser permeada por intransigência e violência. De alguma forma naturalizamos e aceitamos essa forma de lidar com a questão das drogas sob a perspectiva da repressão do direito penal, mesmo essa proibição sendo recente. Por determinadas razões, diria geopolíticas, a

partir de uma posição de maior importância dada aos Estados Unidos, estabeleceu-se um sistema internacional de controle de drogas que hoje é seguido pela maioria dos países.

A política de drogas é chamada de forma oportunista de “guerra às drogas”. Na verdade, é uma guerra contra pessoas, e as que mais morrem são as mais vulneráveis. Ela só tem legitimado a violência, a morte e a desigualdade social, tendo na favela seu alvo principal. Essa lógica da guerra atrai muito mais, em termos políticos, do que a perspectiva da luta pela paz, que em última análise é o que move as nações unidas.

Nesse sentido, discutir esses impactos do proibicionismo, pensando uma nova política de drogas para as nossas cidades e para o nosso país, é urgente. É uma tarefa não só dos usuários de drogas ilegais, mas, de toda a sociedade, que também é atingida por esse modelo.

O fracasso da “guerra às drogas” se mostra em fatos: o consumo de drogas não diminui e o comércio ilegal não acaba. A Lei 11.343, de 2006, chamada Lei de Drogas, é um dos principais instrumentos que legitimam o superencarceramento. O Brasil tem uma população prisional que não para de crescer. Atualmente, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen), temos a terceira maior população prisional do mundo. São 726.712 mil pessoas presas no país. Essa população prisional não é multicultural e tem,



FOTO: Fran Silva

sistematicamente, seus direitos violados. 64% da população prisional é de pessoas negras, enquanto que este grupo compõe 53% da população brasileira. Ou seja, dois em cada três presos são negros no Brasil. Cruzando o dado geracional, esta distorção é ainda maior: 55% da população prisional é composta por jovens, ao passo que essa categoria representa 21,5% da população brasileira.

Quando inserimos a opressão de gênero, esta política tem efeito multiplicado para as mulheres, que muitas vezes sofrem agressões e violência já nas batidas policiais. Em números absolutos, 37.380 mulheres estão em situação prisional. Entre 2006 e 2014, a população carcerária feminina aumentou em 567,4%, ao passo que a média de aumento da população masculina foi de 220% no mesmo período. Com isso, temos a quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo, em que 67% delas são negras, ou seja, duas em cada três mulheres presas são negras. E 62% das mulheres estão presas por tráfico de drogas, ao passo que os homens são cerca de 27%. 74% das prisões por tráfico têm apenas policiais como testemunhas do caso, sendo que 91% desses processos terminam em condenação.

Essa política que declara “guerra às drogas” tem impactos diretos em mulheres negras. E um dos grandes impactos da criminalização das drogas não é a restrição, porque, mesmo sendo proibido, pessoas permanecem utilizando. O problema maior é esse impacto que destrói a vida da juventude e povo negro. Além do Brasil, apenas a Guiana, Guiana Francesa e o Suriname tratam como crime o porte de drogas para uso pessoal. Não podemos negar o Racismo como pilar das desigualdades no Brasil sob este quadro. Não podemos falar em democracia racial no Brasil, quando os

dados nos mostram um sistema prisional que pune e penaliza prioritariamente a população negra.

A maioria das pessoas presas por tráfico de drogas não portava armas, não tinha antecedentes criminais e foi detida com pouca quantidade de drogas. Existe o consumo de drogas em todas as classes sociais. Estudos⁷ mostram que jovens da classe A são os maiores consumidores de drogas no Brasil. Só que, mesmo consumindo menos, as pessoas mais pobres são o principal alvo das políticas de controle de drogas, o que mostra como essa política é seletiva.

Não é possível construir estratégias para mudar essa realidade sem discutir os impactos da guerra às drogas nas nossas vidas e sem pensar em soluções que incluam a periferia e deem oportunidades para superar décadas de políticas fracassadas. Precisamos debater o desencarceramento, o que significa pensar e repensar os presos provisórios em um primeiro momento. E refletir também sobre a legalização das drogas. Não basta só descriminalizar o usuário. Ou seja, não estamos falando meramente da liberdade individual de ser usuário de drogas, mas sim estamos negritando que essa narrativa tem servido para encarcerar uma parcela da população, com uma política de segregação e discriminação racial.

Proibir não resolve nada

Pesquisas feitas pelo Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (Cesec) mostram que as drogas que causam mais problemas de saúde e morte estão legalizadas, a exemplo do

¹ Ver pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV): <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/EDJ/midia/jc1058.pdf>

álcool e do tabaco. Enquanto isso, as drogas ilegais servem de desculpa para ações da polícia nas favelas, matando mais que o uso da droga em si. Alguns países e locais já abandonaram a lógica da “guerra às drogas” e estão testando outras políticas. Uma pesquisa² feita em 21 países que já descriminalizaram o uso de drogas mostra que, sem a proibição, não houve aumento no consumo. Ao mesmo tempo, houve uma relevante diminuição do tráfico de drogas.

Se a Marcha da Maconha³ começou com a luta pelo direito de se expressar como movimento social, hoje tem em sua composição uma diversidade de grupos, que vão de produtores da planta às mães de crianças epiléticas que precisam do óleo do canabidiol. É fundamental que cada vez mais setores da sociedade compreendam que o proibicionismo não afeta apenas usuários, mas implica em modelos excluídos de saúde, educação e de segurança pública.

Com ou sem proibição, o consumo de drogas, legais ou ilegais, já é um problema de saúde pública. E a proibição evidentemente falha em seu suposto pressuposto de garantia dessa saúde pública – já que as pessoas seguem consumindo

substâncias psicoativas, porém sem controle de qualidade – e traz consigo a violência do mercado ilegal e do Estado, o encarceramento em massa e a penalização dos pobres, o impedimento dos usos religiosos e medicinais, a ingerência do Estado na vida privada dos cidadãos, a estigmatização e o preconceito, entre outros.

“

A população prisional no Brasil não para de crescer, sendo atualmente a terceira maior do mundo. Dois em cada três presos são negros

Precisamos investir dinheiro público onde ele realmente será útil. A verba empregada em prisões das pessoas envolvidas no mercado de drogas poderia, por exemplo, ser usada para melhorar o atendimento a usuários de drogas nos serviços de saúde. Precisamos ainda repensar o sistema de Justiça para que ele se organize não pela vingança e punição, mas principalmente pela restauração e reconciliação.

Por fim, cabe ressaltar que é impossível construirmos uma nova política de drogas no Brasil sem a participação direta das mulheres e sem a inclusão das pautas trazidas pelo feminismo. Afinal, é pela vida das mulheres que também lutamos pela legalização da maconha! Como diz Angela Davis⁴, “só seremos livres em um mundo sem prisões, e a verdadeira liberdade só será com igualdade”.

² Ver em <https://www.ucamcesec.com.br/reportagens/pesquisa-mostra-que-90-dos-cariocas-querem-a-descriminalizacao-do-uso-de-drogas/>

³ Manifestação que ocorre anualmente em diversos locais do mundo.

⁴ Filósofa e ativista estadunidense. Autora de “Mulheres, raça e classe” (2016), de “Mulheres, cultura e política” (2017), dentre outros livros.

FOTO: Fran Silva





FOTOS: PH Reinaux

Um tribunal popular das juventudes pelo direito de viver em Pernambuco

Iniciativa inspiradora colocou em debate as condições desiguais de existência quando o assunto é juventude, notadamente a juventude popular, urbana, negra e periférica. Essa é portadora de utopias e sonhos transformadores para os quais devemos ampliar nossas escutas

Léo Machado: Educador da FASE em Pernambuco.

O presente artigo compartilha leituras de contextos, visões de mundo e depoimentos de pessoas jovens, negras, urbanas que atuam no sentido de fazer valer os direitos das juventudes em Pernambuco. As juventudes estão em diferentes coletivos, organizações, partidos políticos e, especialmente, realizam suas militâncias em espaços como o Fórum de Juventudes de Pernambuco, coalizão que articula e manifesta as capacidades coletivas de resistir às violações e de incidir nas políticas públicas e na sociedade local. É essa a mesma sociedade que já tem uma dívida enorme com as juventudes, dado que existem cidades em Pernambuco que são consideradas os piores lugares para elas viverem. Estamos falando de jovens negras e negros, pobres e moradores da assim chamada “periferia urbana”.

Os “depoimentos” e narrativas apresentados aqui são, antes de tudo, um acúmulo de lutas levadas adiante pelas juventudes em Pernambuco. O Tribunal Popular das Juventudes¹ foi a iniciativa inspiradora para esse compartilhamento, nos dando a oportunidade de visualizarmos as verdadeiras condições desiguais de existência quando o assunto é juventude, notadamente a juventude popular, urbana, negra e periférica. E é contra essas condições adversas de existência e, ao mesmo

tempo, pelo reconhecimento das capacidades de não se deixarem abater, que uma vez mais afirmamos que essa juventude é portadora de utopias e sonhos transformadores para os quais devemos ampliar nossas escutas.

Um primeiro contexto geral dessa escuta é que a movimentação das juventudes já indica que “há lutas” em curso. Por exemplo, está em trâmite no Ministério Público de Pernambuco (MPPE), desde 2018, um Inquérito Civil público que cobra do governo do estado maior transparência no diálogo com o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude. Propõe ainda uma avaliação do Plano Estadual de Políticas Públicas para Juventude – que passados mais de dez anos desde sua criação² pouco demonstra sua efetividade. Tal ação foi movida pelo Fórum das Juventudes de Pernambuco (Fojupe), que viu no Judiciário uma alternativa para a responsabilização do Estado e, também, para incidir politicamente de maneira articulada, com coletivos, grupos, organizações juvenis, de apoio e indivíduos interessados na efetivação da cidadania juvenil.

No Tribunal Popular das Juventudes, em 2019, houve denúncias sobre o desmantelamento da política pública de juventude, as

¹ Em Recife, no dia 23 de agosto de 2019, as juventudes - na sua diversidade - estiveram reunidas no Parque 20 de Novembro (antigo 13 de Maio), realizando um Tribunal Popular das Juventudes.

² Ver Plano Estadual de Juventude de Pernambuco, Lei Estadual nº13. 608 31 de outubro de 2018 : http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=32341625&folderId=32341241&name=DLFE-159944.pdf

alarmantes estatísticas³ e a situação de vulnerabilidade na qual se encontra esse grupo populacional em Pernambuco. As denúncias realizadas apontam temas que estruturam as desigualdades sociais locais e no Brasil, além de fazerem conexões com raça, classe e gênero. Na ocasião, as juventudes de Pernambuco explicitaram ainda as agendas públicas baseadas na defesa e na proteção aos que estão seriamente em desconstrução.

Organizam a massa reflexiva que tem subsidiado a luta das juventudes no estado temas como: o Direito de Viver e Contra o Genocídio da Juventude Negra, Indígena e Quilombola; o Direito de Viver no Território e Direito à Mobilidade; a luta contra o Femicídio e a Violência LGBTQI+; o Direito de Viver e pela Agroecologia; o Direito de Viver e Contra as Reformas das Políticas Sociais; e o Direito à Saúde e o Direito à Cultura. Apresentaremos em seguida alguns dos pontos de vista desenvolvidos pelas juventudes no referido Tribunal.

Genocídio da juventude negra

Começaremos destacando o que foi narrado por Derson Silva (Fórum Juventudes de Pernambuco - FOJUPE), inspirados no relatório final do Tribunal Popular das Juventudes⁴. Derson destaca que o enfrentamento ao genocídio é importante e caro, há muito tempo. Que a juventude negra vem morrendo desde a escravização e que, no atual contexto político, é a população negra a que ainda mais morre – principalmente os homens negros jovens. Diante do desmonte das políticas públicas, o Estado tem oferecido como “solução” um pacote fascista que confere, ao próprio Estado, uma licença para matar a juventude. No estado de Pernambuco, o governo Paulo Câmara respondeu à questão da violência com a implantação de um batalhão policial de operações especiais, conhecido nacionalmente como BOPE, que tem sistemática prática de desrespeito aos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que não existe acesso aos direitos básicos, os governos promovem o que se chama de “necropolítica”⁵, ou política da morte.

Para Derson, em Pernambuco, seis em cada 10 jovens encontram-se encarcerados – o que chama a atenção para o problema do encarceramento em massa da população negra. Soma-se a isso o problema da criminalização da cultura da juventude negra e periférica: um problema sério que tem ocorrido em Recife (e no estado de Pernambuco como um todo) é o recrudescimento da política contra jovens que ocupam a cidade com o

Passinho⁶. Falar de genocídio não é somente falar da morte por assassinatos, mas de todo um processo constituído para que os jovens morram nos hospitais, sem educação, sem trabalho. Sobre isso, lembra que hoje no Brasil temos 13 milhões de pessoas desempregadas⁷ e que, muitas vezes, o Estado vê como criminosos trabalhadoras e trabalhadores que estão atuando como ambulantes – vendendo sua pipoca, sua caipirinha etc.

Ainda segundo Derson, tudo isso é parte do processo de genocídio que coloca a juventude ou na vala (matando os corpos negros jovens) ou nos presídios (encarcerando em massa os negros jovens). O que se deseja são os jovens com acesso ao emprego, à renda e com possibilidade de educação – e, diferente do que o presidente do Brasil acha, não se trata de “mimimi”. Em 2015, o próprio Congresso Nacional confirmou que existe um genocídio em curso e que as poucas políticas existentes não dão conta de mitigar esse fenômeno⁸. Dessa forma, concluiu afirmando que “há uma preocupação não com o futuro do jovem, mas sim de como esse jovem vai morrer”.

Em outro depoimento, Vitória Genuíno, do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST), destaca que, de 2006 a 2016, o genocídio da população negra aumentou consideravelmente, e a faixa etária das pessoas assassinadas é de 15 a 29 anos⁹, sejam elas transexuais, negras ou mulheres. Vitória afirma que o governo Bolsonaro aprofunda a situação de violência com a aprovação da Reforma da Previdência¹⁰ e do Pacote “Anticrime”¹¹, do ministro da Justiça Sérgio Moro. Diante de tal cenário, Vitória ressalta que quem pode reconstruir este país são os/as jovens, e o governo atual não deseja isso. É necessário reivindicar sempre os direitos juvenis, e não abrir mão deles.

Femicídio e a Violência LGBTQI+

Para Adrielly Gomes (RUA – Juventude Anticapitalista), o patriarcado é reiteradamente confirmado em nossas legislações. Ela recorda que apenas nos últimos anos temos conse-

⁶ O “passinho dos maloka” de Recife: Um grito de identidade e visibilidade. Ver em <https://medium.com/neworder/o-passinho-dos-maloka-de-recife-um-grito-de-identidade-e-visibilidade-acfa72d77198>.

⁷ Ver Estado de Minas, 29/03/2019: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/03/29/internas_economia,1042184/brasil-tem-13-1-milhoes-de-desempregados-ate-fevereiro-revela-ibge.shtml#:~:targetText=A%20taxa%20de%20desemprego%20no,Geografia%20e%20Estat%3ADstica%20.

⁸ Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) homicídios de jovens negros e pobres, julho de 2015, Brasília (DF), Câmara dos Deputados: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1362450

⁹ Faixa estipulada pelo Estatuto da Juventude como o período juvenil.

¹⁰ Nos termos como foi aprovada, a Reforma da Previdência impossibilita uma aposentadoria plena da população jovem. Foi aprovada em primeiro turno, em 02/10/2019, no Senado Federal: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/02/reforma-da-previdencia-e-aprovada-em-primeiro-turno>.

¹¹ Pacote “Anticrime” providencia o recrudescimento do Estado contra a população negra jovem. Após uma série de idas e vindas, a Câmara dos Deputados aprovou em 04/12/2019 o controverso texto. Mas o conteúdo só conseguiu passar na Casa após ter sido desidratado em quase 30%. BBC Brasil, 05/12/2019: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50673251>.



Foto: PH Reingaux

guido travar um enfrentamento a respeito disso. Uma denúncia feita no Tribunal Popular das Juventudes trouxe a questão do crime de honra, no qual o marido era respaldado juridicamente se assassinava sua mulher em caso de adultério por parte dela, e do crime passionais, quando o homem mata sua companheira em situações de ciúme. Somente em 2015 que tais mortes das mulheres foram vistas como devem ser: como feminicídio¹².

Adrielly disse que, ainda que estejamos em 2019, é preciso fazer a mesma pergunta: “não seria eu uma mulher?”¹³. “Parem de matar as mulheres negras, travestis, trans, quilombolas, indígenas e periféricas, tal qual Carolina Maria de Jesus e outras. As mulheres não vão parar de revolucionar. Nós, mulheres negras, somos as maiores vítimas e não podemos parar de cobrar pela nossa humanização. Temos que ir com raiva para lutar pelos nossos direitos e cobrar o que nos é direito!”, disse.

Já João Victor (Instituto de Protagonismo Juvenil - IPJ) ressalta que nas cidades do interior e no campo, existe a invisibilidade dos sujeitos LGBTQI+ nas discussões políticas. O preconceito relacionado à questão da sexualidade faz com que as juventudes sejam expulsas de casa mais cedo, por vezes ainda na adolescência. Essa realidade faz aumentar a vulnerabilidade dessas pessoas, que desde cedo se encontram desalojadas e tendo que procurar saídas/alternativas de sobrevivência.

Ele afirma que, além da falta de emprego, a estigmatização na busca por trabalho também aprofunda as dificuldades dessa população.

“Faço neste momento a denúncia de três mortes em razão da homofobia por orientação sexual: Aline foi morta em

¹² Assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero.

¹³ Ver Papo sobre mulheres: Não preciso me ajustar a nenhuma definição. Daniele Amaral, 09/03/2018: <https://f-utilidades.com/tag/papo-sobre-mulheres/page/6/>.

Arcoverde¹⁴; também na cidade do sertão, o professor Henry teve sua casa incendiada¹⁵; e o caso de Sandro, do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), cujo corpo foi encontrado desfigurado um dia após a data do orgulho LGBTQI+. Cada uma dessas mortes tem um peso simbólico: a mulher trans que morre na luta pela terra; o LGBTQI+ que morre na luta pela cultura; e o LGBTQI+ que morre na luta pela terra”, disse João Victor.

Escutar as juventudes

Como podemos observar, o Tribunal Popular das Juventudes nos deu a oportunidade da escuta. Depoimentos como os que constam neste artigo ilustram o que jovens sentem na pele no seu cotidiano. A não efetivação da Lei nº 13.608, de 2008, que institui o Plano Estadual de Juventude, bem como pouca aplicação em nível local do Estatuto da Juventude (Lei Federal nº 7 12.852), tem contribuído com a violação dos direitos que garantem cidadania juvenil em Pernambuco. O resultado é que só no ano de 2015, para o conjunto de cada 100 mil habitantes, foram assassinados 171,24 pernambucanos (as) entre 15 e 29 anos. O estado de Pernambuco aparece em 3º lugar como local de muito alta vulnerabilidade para jovens negros, atrás apenas de Alagoas (1º) e Paraíba (2º), no Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e à Desigualdade Racial, publicado em 2014 pela UNESCO.

E essa dramática realidade permanece em 2018, afetando jovens negras e negros, nos centros urbanos da região metropolitana e do interior. Basta analisarmos o Atlas da Violência (IPEA, FBSP 2018): Pernambuco tem um extermínio que se estende por anos. De 2007 até 2018, um total de 47.974 mortes violentas letais e intencionais, sendo 27.081 jovens entre 15 e 29 anos, ou seja 56,44%! As Secretarias de Defesa Social e de Planejamento e Gestão do Governo do Estado só começaram a ter o recorte de raça a partir de 2014. Nesse período, tivemos 21.400 pessoas vítimas de mortes violentas intencionais, dessas 11.996 eram jovens e 11.523 eram negros e negras.

Diante desse contexto, algo precisa ser feito com muita urgência. É necessário ampliar nosso desejo de que coletivos, grupos, organizações, redes e movimentos sociais rurais e urbanos estejam articulados no combate à violação dos direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e de representação vivenciados pelas pessoas entre 15 e 29 anos de idade, defendendo o direito à vida e o bem viver das juventudes nas cidades e no campo.

¹⁴ Jovem mulher transexual Aline da Silva, de 22 anos, militante do Movimento Sem Terra (MST), foi assassinada voltando de uma festa em Arcoverde Sertão de Pernambuco. Portal Caetés News, 19/018/2019: <https://caetesnews.com.br/militante-transexual-do-mst-e-assassinada-em-arcoverde-pe/>.

¹⁵ Professor de 49 anos foi encontrado morto em casa incendiada (15/05/19). Ver <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2019/05/15/professor-e-encontrado-morto-dentro-de-casa-incendiada-em-arcoverde.ghtml>.



FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

Qual o futuro das ZEIS e do PREZEIS a partir da experiência de advogados e advogadas populares do Recife?

Para ilustrar como se dão os embates por moradia no Recife, o artigo cita a comunidade Caranguejo Tabaiães. A história dessa comunidade é a história de várias outras áreas populares, que, frente às investidas de um modo de produção pensando o urbano não pelo seu valor de uso, mas sim por um valor de troca, resulta em processos de expulsão de áreas de interesse das elites locais das mais diversas formas

Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH)

Nos últimos anos, as atividades das organizações que atuam na pauta de moradia em Recife, Pernambuco (PE), têm sido eminentemente nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e quase nada no Fórum do PREZEIS¹ (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social). Outrora espaço de vanguarda no debate público sobre moradia, atualmente, o Fórum vem sendo esvaziado pela atual gestão, que não prioriza a regularização fundiária enquanto política habitacional, muito menos a participação popular.

O PREZEIS foi forjado por setores do movimento popular em tempos de efervescência da abertura democrática, com forte influência de setores da igreja católica, sobretudo na figura do eterno Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara. A partir de então, inúmeras comunidades pobres da cidade do Recife passaram a contar com uma proteção legal contra o processo de desterritorialização forçada pelo modelo desenvolvimentista promovido pelo capital imobiliário nas cidades, aprovando em 1987 a criação de 27 ZEIS com o objetivo de promover a segurança da posse da terra, bem como a proteção dos territórios enquanto locais de interesse social para fins de moradia.

O Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), organização da sociedade civil que atua na pauta do Direito à Cidade e da

Liberdade de Expressão, acompanhou o desfecho do Fórum do PREZEIS enquanto instância de manipulação da atual gestão da cidade do Recife.

Na perspectiva da Assessoria Jurídica Popular (AJP), o trabalho do CPDH consiste em fornecer elementos político-jurídicos a movimentos populares, comunidades e grupos em processos de luta por direitos, de modo a subsidiar a luta política colocada: disputas em torno de posse e propriedade de terras, regularização fundiária para fins de mitigar processos de expulsão e, a problemática mais presente no Recife no que diz respeito ao direito à moradia, a promoção de “obras” nas comunidades, por parte da gestão municipal.

Sob a influência de associações que trabalham na perspectiva de uma interpretação jurídica crítica – como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH); a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), de Pernambuco; e a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) – o CPDH pretende abarcar as lutas urbanas no seio de sua ação institucional, garantindo de modo sagrado o protagonismo do sujeito político em processo de lutas por direitos.

Nas diversas formas de AJP, “a mais significativa das AJP, todavia, é a aquela que chamaríamos de advocacia coletiva,

¹ O Fórum do PREZEIS é instância de discussão e deliberação do PREZEIS

em que as outras modalidades se reuniram e se orientariam pela organicidade dos movimentos populares. Ou seja, aqui o profissional deixaria de ser liberal para se tornar vinculado, ainda que sem relação empregatícia, a um movimento popular ou a uma rede deles". (Pazello, 2017, p.97). Esta é a forma de trabalho com a qual o CPDH mais se identifica.

Dito isso, de modo a ilustrar como se dão os embates por moradia no Recife e a AJP feita pelo CPDH, podemos citar a recente celeuma envolvendo a comunidade de Caranguejo Tabaiães.

A Comunidade de Caranguejo Tabaiães é uma ZEIS desde 1996, cujo processo de ocupação teve início por volta de 1910, se intensificando a partir de 1970, influenciada pela evolução do processo de ocupação urbana no país, como também por efeitos de migrações internas na cidade. A luta pela permanência na comunidade foi apoiada desde o início pela Paróquia Nossa Senhora dos Remédios (ETAPAS, 1998).

A história da comunidade é a história de várias favelas na cidade do Recife, que, frente às investidas de um modo de produção de vida neoliberal que desconsidera as particularidades desses lugares em prol de uma homogeneização da paisagem, pensando o urbano não pelo seu valor de uso, mas sim por um valor de troca, resulta em processos de expulsão de áreas de interesse das elites locais das mais diversas formas.

Situada entre os bairros da Ilha do Retiro e Afogados, em contexto no qual a PCR tenta implementar obras de requalificação do canal do Prado, no trecho compreendido entre a estrada dos remédios e a foz na ilha do Zeca, Caranguejo Tabaiães pode ser "cortada" ao meio pela referida obra, onde está prevista a remoção de mais de 70 famílias para dar lugar à abertura de avenidas (três rolamentos) onde hoje situa-se a Vila Canal.

Dada a localização da comunidade às margens do rio Capibaribe e a existência de mangues, desde antes do início da ocupação das famílias com o uso de moradia, havia atividades voltadas à pesca e à carcinicultura. Levantamento recente identificou a existência de 14 criadores e 24 viveiros de camarão.

O canal do Prado e o inédito viável: resistência como caminho possível

O reconhecimento de determinada comunidade como ZEIS significa reconhecer o direito à moradia das famílias que lá habitam. Importa em reconhecer o direito de permanência das moradoras e moradores das áreas ZEIS em seu território afetivo de origem, protegidos – ao menos pela força da lei – de serem desapropriados ou removidos para lugares distantes

e periféricos em relação ao centro da cidade, seja pelo Poder Público ou por pressão do capital imobiliário.

Desde que a comunidade de Caranguejo e Tabaiães se tornou uma ZEIS, há vinte e três anos, nenhuma providência efetiva foi tomada para promover a regularização fundiária das casas, motivo pelo qual as famílias da comunidade vivem uma situação permanente de insegurança jurídica da posse de suas moradias, caracterizando, portanto, omissão por parte do poder público – em especial do poder executivo municipal – no seu poder-dever legal de promover a regularização fundiária na comunidade.

Apesar de desde 2008 a comunidade possuir Plano Urbanístico construído de modo participativo, ainda em 2018 a URB Recife (Empresa de urbanização da cidade) informou de modo superficial a algumas lideranças comunitárias que realizaria a obra do Canal do Prado, implantaria o sistema viário nas margens do canal, mas não implementaria o Plano Urbanístico da comunidade. Imediatamente a PCR começa o processo de assédio às famílias, sob a alegação de urgência para implementação da obra, pois poderia a gestão municipal perder o recurso federal garantido.

Com relação aos habitacionais anteriormente prometidos, a PCR afirmava que o projeto para construção de um deles havia sido selecionado pelo Governo Federal e que seriam construídas 176 unidades habitacionais. Contudo, a construção não seria antes da obra viária nas margens do Canal, já que havia uma pendência na desapropriação do terreno a ser destinado ao habitacional. Afirmou-se ainda que para construir o referido habitacional no terreno da antiga Fábrica "Fermentação", as vias da margem do Canal precisariam ser abertas para darem acesso ao terreno.

Aqui cabe a pergunta: qual "urgência" justifica a não implementação de um plano urbanístico amplamente discutido na comunidade e, ao invés disso, investe-se na realização de uma obra pensada de modo unilateral que pretende remover de modo abrupto mais de 70 famílias?

A propósito, na medida em que a Assessoria Jurídica Popular pretende abarcar demandas imediatas, importante trazer o conceito do inédito viável² trabalhado por Paulo Freire. O educador pernambucano, ao falar em utopia, evidentemente está falando nesse inédito viável. Que é inédito porque ainda não o temos, mas é viável porque estamos no presente e somos sujeitos produtores do nosso futuro, protagonistas de nossa história.

² "O inédito viável é na realidade uma coisa inédita, ainda não conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um percebido destacado pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade". (FREIRE, 1992, p. 206-207)

Nesta perspectiva, a comunidade, apoiada pelo CPDH e por entidades parceiras como a Cooperativa Arquitetura Urbanismo e Sociedade e Habitat Para Humanidade, construiu uma proposta com alternativas de acesso que não implicasse na remoção de famílias antes que o conjunto habitacional fosse construído.

É importante notar que a proposta inicial de construção de 420 unidades habitacionais constante no Plano Urbanístico específico da ZEIS sofreu alteração unilateral por parte da Prefeitura da cidade do Recife (PCR), que diminuiu para 176 o número de habitações a serem construídas em Caranguejo Tabaiães.

Assim, foi instaurado um conflito fundiário na comunidade tendo como grande violadora do direito à moradia a PCR, que na execução do "projeto de requalificação do canal do Prado" – que é uma fragmentação do projeto "Capibaribe Melhor" – pretende deslocar forçadamente, expulsando da comunidade e expropriando suas casas,

aproximadamente uma centena de famílias para construir avenidas com três faixas de rolamentos dentro de uma comunidade ZEIS, desconsiderando o traçado urbano já consolidado na comunidade, em desrespeito à Lei municipal nº 16.113 de 1995, que dispõe sobre o Plano de Regularização das ZEIS.

O modo de agir empregado pela PCR, quando da realização de supostos acordos bilaterais com as moradoras e moradores, afigura-se bastante questionável, pois revela-se enquanto instrumento de coação, na medida em que agentes da Prefeitura vão cotidianamente na porta de senhoras idosas e semianalfabetas, sem garantir-lhes qualquer assistência jurídica, para pressioná-las a aceitar um "acordo", colocando-as como "invasoras" e oferecendo indenizações calculadas com base apenas nas benfeitorias empregadas, com valores insuficientes para que as pessoas possam adquirir outra casa do mesmo padrão construtivo. Por fim, afirmam que "é melhor aceitar, porque depois pode ser pior".



FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

O CPDH também representou o caso ao Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE), no qual existe em processamento o Inquérito Civil nº 13/2019, instaurado pela 35ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital - Habitação e Urbanismo.

Na Defensoria também existe procedimento em curso que produziu a RECOMENDAÇÃO nº 01.2019, lavrada pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE - Núcleo de Habitação e Urbanismo da Subdefensoria de Causas Coletivas).

Acontece que mesmo com esses procedimentos em curso, a PCR continua pressionando moradores para que abandonem suas casas e suas histórias, negando o cumprimento da legislação que resguarda o direito à permanência e à moradia dos ocupantes de Caranguejo Tabaiães.

Em função do risco de um deslocamento forçado, outra tática adotada pela comunidade com a assessoria do CPDH foi a realização de um pedido administrativo de regularização fundiária, protocolado em 06/06/2019 perante o poder executivo municipal de Recife. Teve como base a Medida Provisória 2.220/2001 (que dispõe sobre a concessão de uso especial para fins de moradia) e a Lei Federal nº 13.465/2017 (que dispõe sobre

a regularização fundiária rural e urbana), com destaque para o seguinte dispositivo da referida lei:

art. 31, § 8º da Lei nº 13.465/2017: O requerimento de instauração da Reurb ou, na forma de regulamento, a manifestação de interesse nesse sentido por parte de qualquer dos legitimados garante, perante o poder público, aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a serem regularizados a permanência em suas respectivas unidades imobiliárias, preservando-se as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento.

Todavia, mesmo diante da pendência do requerimento administrativo de regularização fundiária, a comunidade de Caranguejo Tabaiães foi surpreendida pelo Decreto nº 32.680 de 24 de julho de 2019, assinado pelo prefeito, o Sr. Geraldo Julio de Mello Filho, que “Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação total, as benfeitorias localizadas nos perímetros do Canal do Prado”, em caráter de urgência, “para fins de negociação administrativa ou de imissão provisória na posse”.

Conclui-se que as famílias possuem direito ao devido processo administrativo do requerimento de regularização fundiária

formalizado, sem que haja qualquer remoção até sua final avaliação. Direito este que decorre não só dos dispositivos legais apontados, mas também da interpretação teleológica extraída do arcabouço legal e constitucional brasileiro, sendo também medida muito mais razoável, proporcional e muito menos gravosa ao interesse público.

Recentemente, através de incessante luta da comunidade através do Coletivo Caranguejo Tabaiães Resiste, o prefeito voltou atrás e revogou o Decreto de desapropriação anteriormente assinado. O que não impede que a gestão municipal continue promovendo as remoções de modo “amigável”.

Por fim, tentando responder a pergunta que guia este texto (O futuro das ZEIS e do PREZEIS...), podemos afirmar, tendo em vista do inédito viável atualmente vivenciado pela comunidade, que:

A instância do Fórum do PREZEIS funcionou como espaço estabilizador das contradições e ilegalidades perpetradas pela gestão municipal;

O fato de a comunidade de Caranguejo Tabaiães ser uma ZEIS

pouco fez diferença nas remoções promovidas pela gestão municipal, até então;

O Fórum do PREZEIS tornou-se para a comunidade de Caranguejo Tabaiães um espaço catalisador que provoca a divisão interna de lideranças comunitárias, segregando aquelas e aqueles que deveriam estar unidas e unidos em torno da defesa do território.

Referências Bibliográficas

- ETAPAS. Caranguejo e Tabaiães: história, lutas e conquistas. Recife, 1998.
- _____. Caranguejo/Tabaiães: Resistir, insistir e participar. Recife, 2005
- FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Pazello, Ricardo Prestes. “A práxis da assessoria jurídica popular como vetor para o estudo da relação entre Direito e movimentos populares: ensaio sobre o Direito insurgente.” Caderno Eletrônico de Ciências Sociais 4.2 (2017): 94-117.

FOTO: Rosilene Miliotti / FASE



O CAMELÔ É
MEU AMIGO!
MEXEU COM ELE
MEXEU COMIGO!

FOTO: Igor Freitas Lima

SINTRACI: Organização urbana e comércio informal como alternativa ao desemprego

Sindicato organiza trabalhadores e trabalhadoras informais com a missão de resistir ao modelo de urbanização capitalista que domina a cidade e que exclui os que sobrevivem em suas ruas

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal de Recife (SINTRACI)

Recife, aglomerado urbano mais rico do Norte-Nordeste, com pouco mais de 1,6 milhão de pessoas e graduada como a capital do estado de Pernambuco, é palco onde trabalhadores e trabalhadoras do comércio informal se organizam como classe funcional e travam arduamente batalhas diárias pelo direito de trabalhar e de sustentar suas famílias. Dessa organização, surge, em 12 de dezembro de 2012, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Comércio Informal de Recife (Sintraci), com a missão de ser uma ferramenta incansável de luta e resistência contra o modelo de urbanização capitalista que domina a cidade e que exclui os que sobrevivem em suas ruas.

O sentimento que impulsionou a união dos comerciantes em um coletivo sindical foi o de combater a execrável criminalização da atividade, por parte do poder público (que se materializava em perseguições, agressões e proibições de trabalhar), bem como a certeza de que apenas juntos e juntas poderíamos obter o reconhecimento como classe trabalhadora. Entretanto, nem mesmo o mais otimista dos adeptos das lutas sindicais poderia prever o fenômeno que esse sindicato se tornaria.

Com raríssimas exceções, os sindicatos tradicionais tendem a se restringir na defesa de apenas uma classe trabalhadora, nos postos de trabalho, com certa supremacia e sem organizar associados em outros meios sociais. Como os adeptos do

Sintracise estruturam para trabalhar ocupando equipamentos urbanos, como calçadas ou praças, por força de matéria, a defesa da classe não se restringe ao local de trabalho e se amplia na preocupação pela organização urbana, tendo militantes em apoio pelos diversos movimentos e programas que atuam pela urbanização sustentável e inclusiva.

Essa preocupação pela organização das cidades não se dá apenas pela posição estratégica dos sindicalizados, ela é diretriz primordial porque é nos centros urbanos que o capital se reproduz. É lá onde os excedentes de produção se multiplicam, onde os aluguéis são cobrados, onde as especulações remuneram e, por consequência, o capital tende a controlar o processo urbano com implicações sobre o Aparelho Estatal e a política, bem como sobre nosso cotidiano, trabalho, cultura e valores.

É na vivência cidadina que a luta de classes é mais acirrada; a disputa pelo espaço urbano evidencia uma cruel batalha pela sobrevivência que a população comum nem percebe: o capital equipado pelo Estado e pelo privado versus a luta dos comerciantes informais pelo direito à cidade. Sendo assim, não temos como seguir os padrões de um sindicato tradicional e não nos envolvermos nos fenômenos urbanos que influenciam diretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, sob pena de fracassar fatalmente em nossa missão.

Bem, o espaço não é apenas deles – os capitalistas. O urbano também é nosso e o mesmo terreno que eles tentam gentrificar¹ deve ser importante espaço de resistência e revolta política. Nessa toada, o Sintraci travou inúmeras batalhas nas mais diversas regiões do Recife, todas elas em resposta às ações de caráter higienista da prefeitura, que ao invés de propor soluções inclusivas, buscava a retirada

dos equipamentos de trabalho dos comerciantes. Nossa base, que é presente nos principais centros comerciais e feiras da cidade, além do entorno dos grandes hospitais da capital pernambucana, resiste forte e organizadamente a cada tentativa de retirada.

O *modus operandi* e a frequência de nossos protestos nos tornaram famosos junto à opinião pública, não do jeito que queríamos, como trabalhadores em luta pelo espaço

1 Processo de elitização de uma região.



FOTO: Oswaldo Corneti / Fotos Públicas

urbano e pelo direito ao trabalho, mas como baderneiros que atrapalham a calma do centro comercial e financeiro da maior capital do Nordeste. “O homem dos protestos” estampava a capa de um dos principais editoriais da região, juntamente com a fotografia do então presidente do sindicato, como uma forma clara de o capital subjugar os esforços dos movimentos de oposição e de criminalizar uma luta pelo trabalho que não segue a lógica formal capitalista.

Vitórias de afirmação popular

Apesar das tentativas de desconstrução de nossa luta, o Sintraci acumulou muitas vitórias de afirmação popular. A evolução da organização da classe desembocou no entendimento de que se fazia necessário disputar o orçamento público e os espaços de poder para que pudéssemos efetivar nossos objetivos de valorização da categoria. Nesse sentido, elencamos, em especial, alguns marcos com sabor bem especial, pelo simbolismo que elas estampam no cenário político e urbano.

Primeiro, destacamos, como resultado de nossa militância, a eleição, em 2018, da primeira parlamentar estadual camêlo da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a codeputada do coletivo Juntas, Jô Cavalcanti. Esse foi um marco histórico que atesta que as lutas populares podem chegar ao poder e produzir políticas institucionais de muita qualidade.

Nosso segundo relato exitoso é caracterizado pela formação de um Grupo de Trabalho (GT), composto pelo sindicato, poder público Executivo e Legislativo e a academia, no caso a Universidade Católica de Pernambuco, que se debruçou em projetar a inclusão dos comerciantes informais no projeto de requalificação da principal avenida da cidade do Recife, a Conde da Boa Vista. Como resultado inicial, afinal os trabalhos prosseguem, foram beneficiados 100 camelôs pelos primeiros equipamentos projetados pelo GT. A via suporta mais de 300 famílias que sustentam suas famílias a partir do fluxo das pessoas no local, com uma diversidade incrível de produtos ofertados.

Segundo pesquisa socioeconômica encomendada pelo sindicato, 96% dos trabalhadores e trabalhadoras da via sustentam suas famílias com a atividade, sendo 23,7% mulheres. Se faz necessário, portanto, que outras soluções sejam implementadas, principalmente a regulamentação da venda de alimentos (representa 45% dos produtos ofertados no local e não foram contemplados na primeira fase do estudo). Todavia, essa metodologia de integrar academia, ambulantes e poder público na criação de

soluções para os próprios usufrutuários é um modelo de gestão do orçamento público que deve ser louvado e replicado por todo o país.

Ampliando a visão de trabalho

Essas vitórias fantásticas nos dão esperança para prosseguir com nossa meta de mudança da mentalidade social sobre trabalho. Mudar tal mentalidade, inclusive, é imprescindível para a reorganização ideológica das esquerdas e para a realização das metas macroeconômicas para o pleno emprego em tempos de ruptura tecnológica e liquidez do capital. Defendemos que o termo trabalho deve passar das atividades de chão de fábrica para uma concepção mais ampla, que aborde todos os aspectos de vida no espaço urbano.

“

Defendemos que o termo trabalho deve passar das atividades de chão de fábrica para uma concepção mais ampla, que aborde todos os aspectos de vida no espaço urbano

No trimestre encerrado em junho 2019, por exemplo, o número de trabalhadores e trabalhadoras por “conta própria”, além da alta anual de 5%, aumentou 1,6%, acompanhado proporcionalmente pelo crescimento do desalento com quase 5 milhões de pessoas. O comércio informal é a solução encontrada pelos desalentados e pelos que buscam emprego, mas precisam se sustentar enquanto não ocupam uma vaga formal.

Portanto, partidos políticos, centrais sindicais, movimentos sociais e a população em geral precisam fazer ou cobrar que se façam políticas públicas direcionadas a setor, buscando melhoria da qualidade de vida da categoria. E como organização de nossa parcela nessa cobrança, compomos um coletivo nacional que aglutina sindicatos, associações e movimentos em prol do comércio informal: a União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil (Unicab), que atua desde 2011 no enfrentamento, em nível federal, da criminalização desse modal de trabalho.

Infelizmente, o que temos para hoje é que ainda muitos travamentos se farão necessários. Precisamos de mais alianças e articulações ampliadas. Ainda que diante de retrocessos, a esperança no futuro nos move. Como diz Chomsky², “se você assume que não existe esperança, então você garante que não haverá esperança. Se você assume que existe um instinto em direção à liberdade, então existem oportunidades de mudar as coisas”. Seguimos esse instinto libertador.

2 Noam Chomsky. Linguista, filósofo, sociólogo e ativista político estadunidense.



FOTO: Rosilene Miliotti / FASE

“Nós mulheres, nosso nome é Resistência!”

Este artigo é um esforço coletivo de militantes/ativistas feministas do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), que integra a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e que tem como uma das suas formas organizativa as Coletivas de Lutas

Coletiva Justiça Sócio Ambiental do Fórum de Mulheres de Pernambuco: A Coletiva Justiça Sócio Ambiental do FMPE é composta por mulheres feministas militantes nos bairros e comunidade na Região Metropolitana do Recife e integrantes do Fórum. O programa da FASE em Pernambuco integra a Coletiva. O artigo foi elaborado por Joana Santos Pereira e Pergentina Valentim, com colaborações de Mercia Alves. As fontes que inspiraram essa produção foram: (i) as Anotações e relatórios de reuniões de estudos da Coletiva Justiça Sócio Ambiental/FMPE e (ii) o Texto subsídio para mobilizações do 08 de março (2018) sobre as questões da cidade e as mulheres.

É através da Coletiva Justiça Sócio Ambiental, do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), que apresentamos algumas concepções conceituais que temos construído nos estudos internos e coletivos e, principalmente, a partir da escuta da vivência e experiências das mulheres. A luta feminista é o desafio incansável pela vida das mulheres e por garantia de direitos e cidadania.

O contexto e as lutas

Água, terra, mobilidade e moradia sempre foram lutas que marcaram a vida da população de forma diária porque têm a ver com o cotidiano e as condições de vida socioeconômica à qual estão sujeitas. O que deveria ser um bem público é um aliado ao modelo de desenvolvimento econômico predatório, de mercadoria e distancia neste mesmo cotidiano o acesso às condições dignas de habitabilidade, com infraestrutura adequada, daquilo que chamamos o direito à cidade.

As mulheres estão na rua, construindo a organização política na luta por terra e moradia, são a maioria que integram o movimento urbano e rural, mas ainda estão invisíveis como parte da luta enquanto sujeito político. Essa é uma questão para reafirmar-se enquanto lugar político das mulheres. Muitas ocupações, por exemplo, têm o nome das mulheres que se tornaram símbolos destas lutas de resistência nos territórios, como um lugar para viver e de construções coletivas de modo de vida.

A terra e a moradia têm um lugar central na vida das mulheres, seja porque são responsáveis pelo provimento da família, mas também como um lugar de segurança e convivência social. Mas, assim como a água, terra, moradia e o transporte são mercadorias. Por mais que tenhamos toda uma legislação¹ que ampara a lógica do direito social, a política urbana como direito coletivo, tem um contexto que transforma o acesso a esses direitos como mercadoria, privatista, e vincula o acesso a esses direitos em uma relação de compra e venda, cujo regulador é o Estado, o mercado imobiliário e as construtoras. Não sem propósito, são setores que financiam as campanhas eleitorais.

As mulheres estão na rua pela Democracia e contra a regressão de direitos, reafirmando agendas políticas para enfrentar o contexto de desigualdades que impactam nas suas vidas. Mulheres, em sua maioria pobres, negras, jovens, idosas, com vivência sexual diversa e, a depender da condição econômica, distantes do acesso a esses direitos, vivenciando no seu cotidiano a desigualdade na constituição das cidades; no ir e vir com um modelo de mobilidade urbana segregado; com precárias condições de moradia; com uma rede de abastecimento de água racionada, desigual e propulsor de doenças; e pelo alto preço da terra, numa especulação imobiliária que joga a população pobre e negra para as periferias urbanas, num crescente processo de favelização e feminilização da pobreza.

¹ Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001.

A lógica de constituição da cidade está pautada, portanto, no modelo de desenvolvimento capitalista predatório. A lógica de mercado determina o espaço e a ocupação da cidade, e os problemas se agravam nas periferias. Pensar a cidade se contrapondo à lógica do capitalismo é revolucionário. Uma nova forma de entender o mundo. Uma perspectiva coletiva de viver a cidade, considerando as diversidades sociais, políticas e culturais dos sujeitos que a vivenciam como a concretude do ideário do direito à cidade em constante processo de construção como expressão da luta política sobre o urbano.

Pernambuco apresenta índices de uma crescente desigualdade no urbano, no acesso à água ou na falta dela, porque alguns municípios da Região metropolitana do Recife estão com o abastecimento d'água racionado há mais de 20-10 anos, além de o acesso à água ser desigual na própria cidade. Às vezes, no mesmo bairro, a água não chega e isso tem a ver com a desigual distribuição que estrutura as cidades.

E em se tratando das demais regiões do Estado, vivencia-se verdadeiro sistema de colapso das barragens [a exemplo do agreste] e, por conseguinte, o crescimento do sistema privado de carros-pipas. Junto à mercantilização da água, explora-se o seu uso para fins eleitorais dentro da lógica perversa do clientelismo político, transformando o que é direito em mercadoria. E para as mulheres que têm como parte do seu cotidiano a dupla jornada de trabalho (o trabalho produtivo e o reprodutivo e de cuidados com as tarefas domésticas), acirram-se as suas condições de vida, que tem nesta lógica desigual econômica e de gênero a exploração e a sobrecarga nestas dimensões da vida. Tendo depois de mais 54,4h de trabalho semanal² – onde se inclui o trabalho fora e dentro de casa –, uma sobrecarga e uma precarização (quando a água racionada chega 2 ou 3 vezes por semana demanda das mulheres recolher tarde da noite-madrugada para realizar as tarefas domésticas) das suas condições de vida, impedindo-a em muitos casos de ter tempo para cuidar de si, de viver espaços de lazer e da política.

Dos problemas diversos e as demandas das mulheres nas comunidades, encontram-se as múltiplas expressões da violência contra elas: a violência policial e suas abordagens e assassinatos contra a população negra; a falta de segurança pública, a insegurança e a violência sexista no ir e vir na cidade, bairro e comunidade; a criminalização no território; a ausência do serviço dos Correios pela invisibilidade das ruas e vielas dos assentamentos e ocupações urbanas no mapa da cidade; a poluição dos rios; a evangelização em larga escala; ausência de creches; ruas sem pavimentação e, por consequência, o lixo não é coletado; não há investimentos em infraestrutura;

² Estudo de Estatísticas de Gênero (IBGE, 2019).

falta água; não há saneamento; o transporte público é de má qualidade; crescimento da violência, tráfico de drogas e roubos; precariedade das escolas e postos de saúde; falta de lazer; racismo ambiental; falta de trabalho e renda; ausência e desrespeito do poder público frente às demandas das mulheres; e, no recente período (2019), o crime ambiental de óleo nas praias do litoral nordestino, que tem agravado a situação de pobreza dos pescadores e marisqueiras.

“

As mulheres estão na rua pela democracia e contra a regressão de direitos

Esses são problemas reais da não cidade para as mulheres pobres e negras que estão nas ocupações e periferias urbanas. Os depoimentos a seguir ilustram estes argumentos aqui apresentados, de uma cruel realidade da vivência e experiência das mulheres no cotidiano da cidade. Isso se torna real, ao apresentarmos a realidade da comunidade de Passarinho³. Para os problemas dessa comunidade, o poder público fica jogando responsabilidades de um município para outro e ninguém resolve:

“O transporte é precário e piora com a integração que complica mais porque a mulher não tem nenhuma segurança e nenhum conforto. As mulheres sofrem assédio nos ônibus, que estão sempre lotados”.

“Quando chega a enchente na comunidade da Vila Esperança, deixa muita gente desabrigada e o único meio de transporte das mulheres é a ponte, que a água levou e elas ficam atentas para não perder nada, ficam colocando as coisas (móveis) tudo para o alto. Quando a água chega, não manda avisar e quem mais sofre com esta situação são as mulheres”.

“De segunda a sexta uso ônibus à noite para ir para o curso. Tenho opção de linha direta para o centro de Recife, o que me ajuda a não chegar atrasada e não ter que usar o BRT e a integração. As poucas vezes que usei o BRT, houve assaltos. E quando uso ônibus do meu bairro, tenho que ir para integração/ Pelópidas e de lá pegar outro ônibus para o centro de Recife, o que torna a viagem demorada e cansativa. Evito sair aos domingos pois, assim como nos feriados, a frota diminui e, além da demora, os ônibus estão sempre lotados. Não moro perto de barreiras, mas quando chove muito, as ruas ficam alagadas e intransitáveis, tem muita lama e a falta de saneamento básico faz tudo piorar. O transporte público não é nada agradável para as mulheres, pois dentro dele sofremos assédio e violência. À noite, a insegurança é total e durante o dia a superlotação facilita acontecer abusos. As enchentes são mais um complicador nas nossas vidas, pois aumenta a nossa carga de tarefas e complica ainda mais o acesso à casa própria”.

“Vivenciei o processo de revisão do Plano Diretor da cidade do Recife a partir da atuação no Habitat e como

³ Quilombo urbano, localizado em um bairro limite entre Recife e Olinda.

representante no Conselho da Cidade e da Articulação Recife de Luta. Tive bastante envolvimento na mobilização de alianças e construção de posicionamentos coletivos, assim como a construção e defesa no campo da sociedade civil sobre a revisão do Plano Diretor, o esforço das entidades e pessoas envolvidas foi fundamental para construir a narrativa do processo atropelado e manipulado pela prefeitura. As mulheres vivenciaram este processo de forma muito desigual. As que estavam mais próximas da Articulação Recife de Luta tinham conhecimento mais técnico sobre o que estava sendo discutido. Contudo, a grande maioria das mulheres, especialmente as mais afetadas pelo modelo excludente de cidade que temos em Recife, não pôde participar. A forma atropelada de condução da revisão do Plano Diretor do Recife não mobilizou as interessadas nesse processo. Muito menos construiu as capacidades e condições necessárias à participação das mulheres, especialmente das mulheres das periferias. Muitas nem sabem que esse processo ocorreu, mas terão suas vidas impactadas negativamente por uma cidade planejada para o mercado”.

Esses depoimentos, na ordem dos problemas reais que as mulheres vivem nas comunidades e da participação na decisão do Plano Diretor da cidade do Recife, nos mostram que essa luta tem sido em torno do direito de viver a cidade,

e ter acesso à casa, terra e água, assim como o transporte público, como políticas públicas e como um direito, e não como mercadoria!

Que as políticas públicas no campo urbano tenham perspectiva universal, para todas e todos e sejam mecanismos de enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e da vivência sexual no campo urbano e rural. E nós mulheres, em toda nossa diversidade, queremos construir uma cidade para vivê-la em sua amplitude no acesso aos direitos sociais e políticos e sem medo de ir e vir!

Desta forma, afirmamos os princípios do bem viver e dos bens comuns como princípios elementares para a construção da Justiça Sócio Ambiental⁴ pensada na perspectiva de compartilharmos coletivamente esse bem viver e o bem comum.

⁴ A Justiça Sócio Ambiental está articulada com uma nova perspectiva do urbano, onde se entrelaçam direitos e sujeitos políticos em sua diversidade interseccional (raça, classe, gênero e vivência sexual) para ter condições dignas e reais de viver à cidade com direitos. Estão entrelaçados, não podemos isolá-los ou separá-los.

FOTO: Rosilene Miliotti / FASE



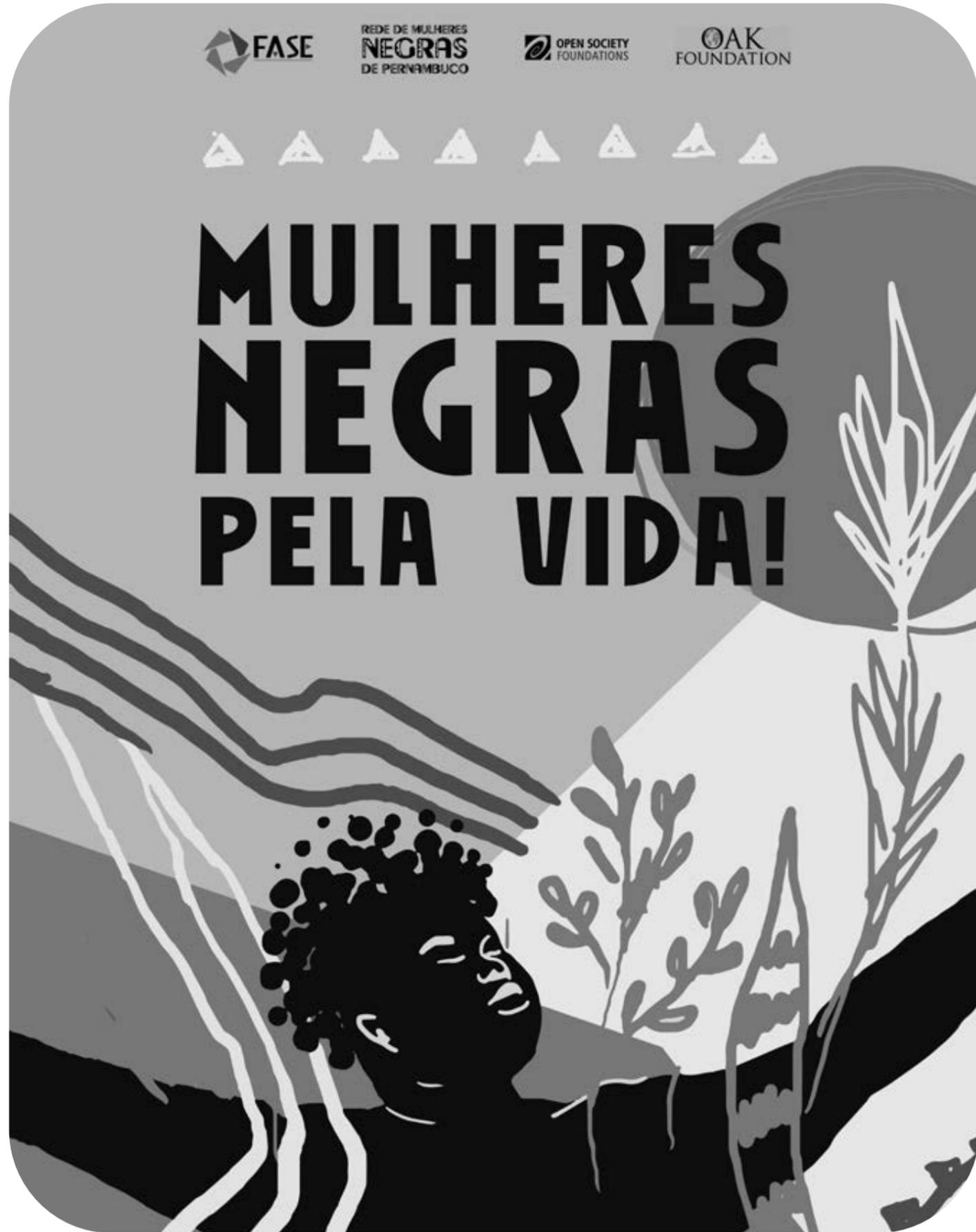


REDE DE MULHERES
NEGRAS
DE PERNAMBUCO



OAK
FOUNDATION

MULHERES NEGRAS PELA VIDA!



Saiba mais sobre a campanha no artigo da página 71 desta revista
Acesse www.fase.org.br

SAAP

O Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP) aposta na auto-organização de novos sujeitos sociais coletivos em todo o Brasil, principalmente mulheres e jovens.

Saiba mais em
www.fase.org.br/saap



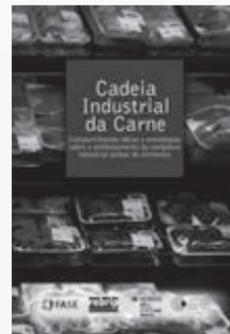
Publicações FASE



Mercado ou Bens Comuns?

O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental

Org.: Jean Pierre Leroy. Org.: Maiana Maia e Julianna Malerba. FASE, 2016.



Cadeia Industrial da Carne

Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos.

Org.: Diana Aguiar e Leticia Tura. FASE, REBRIP, Fundação Heinrich Böll Brasil e IATP, 2016.



Cartografia Social Urbana

Impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos /Rio de Janeiro.

Org.: Aercio Barbosa de Oliveira, Anelise Gutterres, Joana Barros e Rachel Barros. FASE, 2015.



Caderno de Debates 6

Territórios de Utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil

Org.: Joana Barros, Anelise Gutterres e Evanildo Barbosa da Silva. FASE, 2015.



Caderno de Debates 5

Zona portuária do Rio de Janeiro: sujeitos e conflitos.

Org.: Rachel Barros, Anelise Gutterres e Joana Barros. FASE, 2015.



A luta popular urbana por seus protagonistas:

Direito à cidade, direitos nas cidades

Org.: Aercio Barbosa de Oliveira e Evanildo Barbosa da Silva. FASE, 2018.

Interessado nas publicações da FASE?
Entre em contato pelo e-mail comunicacao@fase.org.br



Apoiadores Institucionais

Internacional:

ASW – Aktionsgemeinschaft Solidarische Welt e.V.
www.aswnet.de

Brot für die Welt (Pão Para o Mundo)
www.brot-fuer-die-welt.de

CCFD – Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
www.ccfid-terresolidaire.org

Desenvolvimento e Paz
www.devop.org

Fastenopfer – Ação Quaresmal Suíça
www.fastenopfer.ch

Fundação Ford
www.fordfoundation.org

Fundação Heinrich Böll
www.br.boell.org

Fundação OAK
www.oakfnd.org

Fundação Rosa Luxemburgo
www.rls.org.br

Misereor
www.misereor.de

OXFAM Brasil
www.oxfam.org.br

OXFAM Hong Kong
www.oxfam.org.hk

Nacional:

Fundo Amazônia
www.fundoamazonia.gov.br

Instituto C&A
www.institutocea.org.br

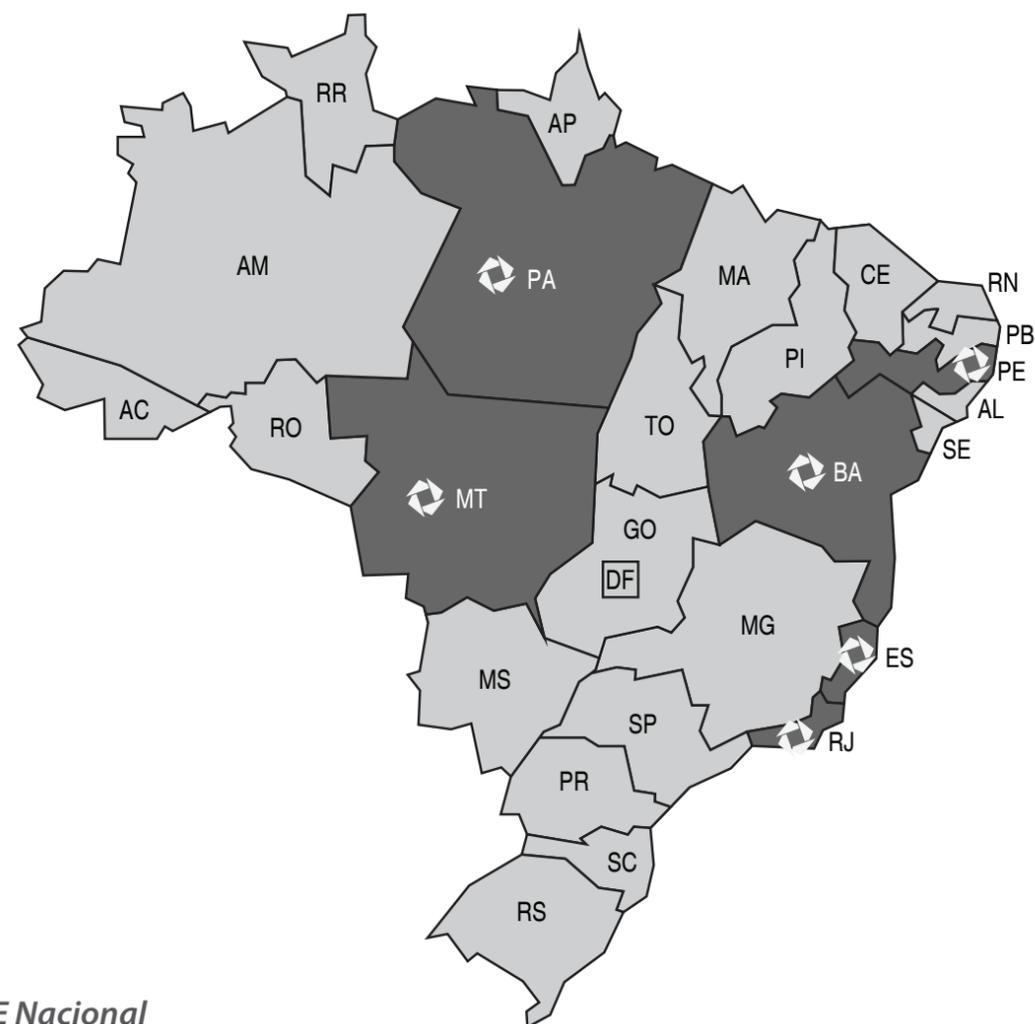
Instituto Ibirapitanga
www.ibirapitanga.org.br

Sec. de Desenvolvimento Rural (SDR) da Bahia
www.sdr.ba.gov.br

Sec. Estadual da Mulher de Pernambuco
www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher

Esta publicação conta com o apoio da **Fundação OAK**, organização que adota abordagens baseadas em direitos, igualdade de gênero e parceria com as organizações que financia, apoiando a sociedade civil como um pilar da democracia e da justiça, alimentando a inovação e a liderança visionária.

No Brasil, o trabalho da organização visa ajudar a melhorar a vida das comunidades, promovendo, através de seus parceiros, processos inclusivos, eficientes, democráticos e sintonizados com o interesse dos cidadãos e das cidadãs envolvidos nas ações. A Fundação OAK reconhece a diversidade de movimentos sociais, a importância da sociedade civil e a relevância social, econômica e ambiental do Brasil e, por isso, desenvolve ações para apoiar organizações como a FASE.



FASE Nacional

Conselho Deliberativo

Tatiana Dahmer Pereira
Presidenta

Leilah Landim Assumpção
Vice-Presidenta

André Pacheco Teixeira Mendes
1º Secretário

Leila de Andrade Linhares Barsted
2ª Secretária

Márcia da Silva Pereira Leite
3ª Secretária

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz
Carlos Bernardo Vainer
Ricardo Gouveia Correa

Direção

Leticia Rangel Tura
Dir. Executiva
Evanildo Barbosa da Silva
Dir. Executivo Adjunto

Expediente

Conselho Editorial

Aercio Barbosa de Oliveira
Evanildo Barbosa da Silva
Jorge Durão
Luiza de Marillac Melo de Souza
Maria Emília Pacheco

Organização

Aercio Barbosa de Oliveira
Evanildo Barbosa da Silva
Luiza de Marillac Melo de Souza

Edição

Gilka Resende
Rosilene Miliotti

Revisão

Sheila Jacob

Diagramação e Capa

Pablo Ramos

Fotos de Capa

Direitos Urbanos / Divulgação
(capa)

Vitor Nisida / Instituto Pólis
(contra-cap)

Informações

www.fase.org.br
Tel.: (21) 2536-7350
comunicacao@fase.org.br





Publicada há mais de 40 anos, a **Revista Proposta** é um instrumento político de reflexão sobre as realidades do país, tendo como objetivo intervir no debate sobre variados temas de interesse da sociedade. Em seus artigos e entrevistas, você encontra análises e retratos extraídos de experiências dos movimentos populares em diferentes perspectivas, lendo e refletindo sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em diversas regiões do país, para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nesta edição, reunimos análises sobre o Direito à Cidade a partir da realidade de cidades como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Santarém e Fortaleza. Os conteúdos foram desenvolvidos pela própria FASE, por lideranças políticas e acadêmicas ou por organizações parceiras, buscando oferecer variados testemunhos, narrativas, relatos e experiências sociais coletivas.

